

BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL - BNDES

CNPJ Nº 33.657.248/0001-89
SISTEMA BNDES

Senhor acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da Administração do Sistema BNDES relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro bastante benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo consequências positivas nos fluxos de capitais líquidos para economias emergentes. Os preços de *commodities* continuam se comportando de maneira favorável aos exportadores, com destaque para a recuperação no preço do petróleo. Enquanto isso, os prêmios de risco vêm apresentando queda em todo o mundo, inclusive em países emergentes, como o Brasil.

O cenário doméstico caracterizou-se, ao longo do segundo semestre do ano, pela recuperação da atividade econômica. O PIB apresentou crescimento de 0,1% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre de 2017, na série com ajuste sazonal. Foi a terceira alta consecutiva do PIB na margem. Embora a taxa tenha sido menor do que nos dois trimestres anteriores, o resultado se destacou pelo crescimento da demanda doméstica: marcou, por exemplo, a primeira alta do investimento em 15 trimestres. O consumo das famílias também cresceu mais do que o PIB, mantendo a recuperação observada desde o início do ano, baseada fortemente na melhora do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego passou a cair, atingindo 11,8% nos dados de dez/17 (a nona queda seguida), embora a maioria dos empregos gerados seja de pior qualidade (setor informal). A queda da inflação trouxe impactos positivos no rendimento real, elevando a massa salarial e, consequentemente, o poder de compra das famílias. A continuidade da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito, o que vem acontecendo lentamente.

Este contexto macroeconômico, de recuperação lenta e gradual, continua influenciando os indicadores de desempenho do BNDES. Os desembolsos do Banco acumularam R\$ 70,8 bilhões em 2017, uma contração de 20% frente a 2016. O destaque positivo no ano se refere aos desembolsos da linha BNDES Giro, destinada ao financiamento de capital de giro das empresas, que totalizou R\$ 7,1 bilhões em desembolsos no ano, alta nominal de 164% em relação a 2016.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2018 e para os próximos anos, foi beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos alimentos, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 725 pontos básicos da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. As expectativas indicam que a taxa de juros ficará em baixo patamar por um tempo razoável, favorecendo a continuidade da recuperação econômica.

No cenário fiscal, a Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, continua na centro das atenções. Após as sucessivas tentativas de aprovação em 2017, a matéria ficou para 2018, fato que deverá provocar grande volatilidade nos mercados. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal iniciou recuperação no fim de 2017, enquanto as despesas continuam pressionadas por gastos com aposentados e funcionários públicos. A dívida bruta do governo geral encerrou o ano em 74,0% do PIB, ante 70,0% em dez/16.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial, que fechou 2017 com um superávit recorde, de US\$ 67 bilhões. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tornando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

2. DESTAQUES DE 2017

2.1. Transparência

Canal do Desenvolvedor MPME

Lançamento do Canal do Desenvolvedor MPME, nova plataforma do BNDES de micro, pequenos e médios empresários, por meio do qual micro, pequenas e médias empresas (MPMEs) podem postular crédito, via internet, em qualquer lugar, 24 horas por dia, nos sete dias da semana, sem a necessidade de ir a um agente repassador de recursos para solicitar apoio financeiro para seus projetos com recursos do BNDES.

O canal pode ser acessado por meio de dispositivos móveis (celulares e *tablets*). Produtores rurais, microempreendedores individuais (MEIs) e transportadores autônomos de cargas (caminhoneiros) também podem utilizar a ferramenta. Para mais detalhes sobre essa iniciativa, vide a seção "BNDES Transparente – Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais".

BNDES no LinkedIn

Ativação da página empresarial do BNDES na rede social LinkedIn, onde são divulgados artigos, publicações, textos para discussão, infográficos, memória institucional, entre outras publicações. Para mais detalhes sobre essa iniciativa, vide a seção "BNDES Transparente – Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais".

Sistema Auditor

O sistema desenvolvido pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e compartilhado com as unidades de auditoria interna da Administração Pública Federal direta e indireta apoiará as atividades da Auditoria Interna do Sistema BNDES e sua interlocução com os órgãos externos de controle.

Visa atender à necessidade de maior disponibilidade de informações e à comunicação tempestiva ao Conselho de Administração e à Diretoria do Banco sobre as auditorias realizadas e seus desdobramentos, além de maior agilidade no processo de acompanhamento dos apontamentos e dos planos de ação definidos pelos gestores dos processos auditados.

Livro Verde

Lançamento do Livro Verde - *Nossa história tal como ela é*, que apresentou à sociedade brasileira o conjunto de temas controversos que cercaram o BNDES nos últimos anos e, de forma integrada e abrangente, sua atuação no período entre 2001 e 2016.

Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo

Realização do seminário Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Financiamento ao Terrorismo, em que o presidente Paulo Rabello de Castro discursou sobre a importância da adoção de novas técnicas, ferramentas e abordagens no combate à corrupção.

O evento debateu a visão dos órgãos reguladores e da unidade de inteligência financeira quanto ao tema e apresentou boas práticas adotadas por bancos nacionais e internacionais e contou com a participação de representantes da Agência Brasileira de Desenvolvimento (AFD), do KfW Development Bank, o Banco de Desenvolvimento, além da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU). Ainda foi realizado um treinamento on-line sobre esse tema com todos os funcionários do BNDES.

2ª Semana de Ética e Integridade

Com objetivo de reforçar a cultura de ética e integridade no BNDES, foi realizado, entre os dias 4 e 8 de dezembro, a 2ª Semana de Ética e Integridade (SEI), na qual foram destaque o seminário "Integridade para pequenos negócios", com a participação do Ministério da Transparência e Controladoria Geral da União (CGU) e da Alliance for Integrity, e o debate "Governança e Integridade", que reuniu vários executivos do BNDES e representantes da Fundação Nacional de Qualidade (FNQ) e da KPMG, para discutir temas como necessidade de ações conjuntas interdepartamentais, integridade como valor reputacional e função da governança no processo de integração da ética.

2.2. Prêmios

Prêmio ALIDE 2017

O projeto GeoBNDES, que oferece soluções de gestão do território e incorpora ferramentas de inteligência geográfica para apoiar as operações do Banco, foi vencedor da categoria "Gestão e Modernização Tecnológica" do Prêmio ALIDE 2017, concedido durante a 47ª Assembleia Geral da Associação Latinoamericana de Instituciones Financieras para el Desarrollo (ALIDE), realizada de 31/05 a 02/06/17, em Santiago, no Chile.

O acompanhamento de projetos por imagens de satélite visa qualificar e quantificar as alterações ocorridas no território dos projetos entre períodos pré-selecionados. As informações obtidas a partir da análise das imagens fornecem aos técnicos uma ferramenta auxiliar para analisar e acompanhar o andamento dos projetos.

Prêmio "Deal of the Year (2016)" da Infrastructure Journal and Project Finance Magazine/Euromoney

O BNDES foi vencedor na categoria "Project Finance de Portos na América Latina" pela estruturação da operação Hidrovias do Brasil, em conjunto com outras instituições financeiras cofinanciadoras do projeto, que teve como destaque a estrutura customizada de garantias e o compartilhamento de riscos entre os vários credores.

O apoio do BNDES envolveu o financiamento de um novo terminal portuário privado por meio de uma operação mista do BNDES Finem, com participação de outras instituições financeiras, e o apoio à construção de cinquenta embarcações fluviais graneleiras, com recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM). As operações fazem parte do projeto de implantação de um sistema de transporte de carga pela Região Norte.

Medalha do Exército

Empregados da Área de Mercado de Capitais receberam a Medalha do Exército pelo trabalho em iniciativas do BNDES de apoio a institutos militares para fomento à inovação. O Banco atua na criação de uma agenda conjunta com o Instituto Militar de Engenharia (IME) para o fortalecimento da cultura empreendedora e de inovação no Brasil.

Prêmio Internacional por Operações em Títulos Verdes

O BNDES fez uma das três melhores operações em *green bonds* (títulos verdes) na América Latina em 2017. O reconhecimento foi concedido pela renomada Global Capital, do Grupo Euromoney. As escolhas foram feitas por meio de votação de especialistas, profissionais e investidores do mercado - o que confere maior credibilidade ao trabalho do Banco.

O sucesso da oferta de *green bonds* proporciona uma série de benefícios, entre eles, reforçar a prioridade que o Banco dá ao tema da sustentabilidade socioambiental, promover a difusão das melhores práticas de gestão socioambiental, incentivar o acesso de outros emissores brasileiros ao mercado de *green bonds* e construir um novo ponto de referência em sua estrutura a termo de taxa de juros internacionais.

Medalha Mário de Andrade

O BNDES recebeu a Medalha Mário de Andrade, concedida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), por sua atuação como financiador do restauro do patrimônio histórico e cultural brasileiro, iniciada em 1997.

Em vinte anos ininterruptos de apoio, o Banco destinou R\$ 565 milhões para a preservação de 182 monumentos nas cinco regiões brasileiras, entre os quais se incluem espaços públicos e arqueológicos, religiosos, bibliotecas e academias, muitos deles em parceria com o próprio IPHAN.

Selo de Qualidade de Gestão do Ministério do Planejamento

O BNDES recebeu nota 9,5, num total de 10, na primeira Certificação do Indicador de Governança das Estatais (IG-SEST) do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que indica a qualidade da gestão das estatais. As empresas estatais federais alcançaram nota média de 4,02.

Medalha João Velloso

O BNDES recebeu, na Câmara Municipal de Ouro Preto, em Minas Gerais, a Medalha João Velloso, que homenageia pessoas e entidades que se destacaram na preservação e recuperação do patrimônio histórico e cultural do município. Há mais de 20 anos o BNDES apoia o patrimônio cultural brasileiro como instrumento de promoção do desenvolvimento socioeconômico e cultural.

Prêmio Rio + Empreendedor 2017

Por sua eficiência e excelência, o BNDES foi o eleito vencedor do Prêmio RIO+ Empreendedor 2017, na categoria "Área Financeira", promovido pelo movimento empresarial LIIDE Rio de Janeiro, com o apoio da Prefeitura da Cidade.

Ordem do Mérito Cultural 2017

O BNDES recebeu a Ordem do Mérito Cultural 2017, condecoração em reconhecimento por suas contribuições à cultura brasileira.

2.3. Memorandos, Acordos e Parcerias

Memorando de Entendimento com a International Finance Corporation (IFC)

Assinatura de Memorando de Entendimento com a IFC, com prazo de dois anos, visando alcançar uma reflexão conjunta e aprendizado sobre como os Padrões de Desempenho da IFC poderiam ser utilizados no aprimoramento das políticas socioambientais do BNDES, considerando a sua realidade de banco nacional de desenvolvimento. A IFC, membro do Grupo Banco Mundial, é a maior instituição de desenvolvimento global voltada para o setor privado nos países em desenvolvimento.

Memorando de Entendimento para Implantação de Fábrica de Chips

Assinatura de Memorando de Entendimento com a *Qualcomm Technologies Inc.*, a *Advanced Semiconductor Engineering Inc.* (ASE), o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), o Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) e a Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade (Investe São Paulo) para implantação de planta de encapsulamento de semicondutores em São Paulo.

O empreendimento é dedicado a pesquisa, desenvolvimento, manufatura e comercialização da próxima geração de semicondutores com múltiplos componentes em uma mesma placa (ACSiP), para incorporação em smartphones e outras aplicações, incluindo equipamentos com funcionalidade em internet das coisas.

Acordo para Ampliação da Cooperação Técnica entre o BNDES e a Controladoria Geral da União (CGU)

Ampliação de acordo de cooperação técnica assinado com a CGU em março de 2016 para intensificar a troca de informações e experiências entre os profissionais das duas instituições sobre iniciativas de promoção do direito à participação social e o acesso à informação. Entre as ações conjuntas previstas no acordo estão a capacitação de gestores e empregados, a realização de eventos, o aprimoramento de mecanismos de atendimento ao cidadão e o compartilhamento de documentos e normas de execução e fiscalização. O acordo é válido por cinco anos, prorrogável por igual período.

Acordo de Cooperação Técnica com a Embrapij

O BNDES e a Associação Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial (Embrapij) assinaram acordo de cooperação técnica para promover e incentivar investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação (PDI) em áreas estratégicas como saúde, internet das coisas (IoT) e manufatura avançada, e possibilitar que o BNDES e a Embrapij se aproximem cada vez mais dos empresários que buscam apoio à inovação.

Memorando de Entendimento entre o BNDES e a Agência Francesa de Desenvolvimento (Agence Française de Développement, "AFD")

Assinatura de Memorando de Entendimento entre o Banco e a AFD, que contempla as seguintes propostas: diálogo, planejamento estratégico e o papel e o futuro dos bancos de desenvolvimento, diálogo, apoio e compartilhamento de experiências em finanças verdes, linha de crédito e co-financiamento com foco na adaptação e/ou mitigação climática, inovação financeira para o apoio a projetos de infraestrutura, principalmente por meio de PPPs, nos setores de energia, iluminação pública, transportes, água e saneamento, e educação, a fim de melhor mobilizar o financiamento privado e desenvolver o mercado de capitais e diálogo no âmbito do *International Development Finance Club* (IDFC) sobre apoio e promoção do desenvolvimento com baixo carbono e resiliência.

Acordo BNDES e a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP)

O BNDES e a FAPESP assinaram acordo de cooperação técnica visando ampliar as possibilidades de apoio a pequenas empresas inovadoras e incentivar investimentos em inovação no país, principalmente nas áreas estratégicas de manufatura avançada e internet das coisas (IoT).

Ampliação de Parceria com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)

O BNDES e a SUDENE decidiram ampliar parceria e elaborar um diagnóstico da região, com propostas voltadas para o desenvolvimento local.

2.4. Gestão

Mudança na Presidência do BNDES

Em 1º de junho, o economista Paulo Rabello de Castro assumiu a presidência do BNDES.

Paulo Rabello de Castro é formado em economia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e doutor em economia pela Universidade de Chicago. Fundador da SR Rating, primeira empresa brasileira de classificação de riscos de crédito, é também autor de mais de dez livros, solo ou em co-autoria. Ex-presidente do Lide Economia, coordenou, até junho de 2016, o Movimento Brasil Eficiente. Em julho de 2016, assumiu a presidência do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do qual se desligou para assumir a presidência do BNDES em junho de 2017.

2.5. Legislação e Regulação

Medida Provisória nº 777, de 26 de abril de 2017 - Criação da Taxa de Longo Prazo (TLP)

Em 31 de março de 2017, o Governo anunciou a criação da Taxa de Longo Prazo (TLP) que substituirá a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) utilizada na remuneração dos contratos de financiamento concedidos pelo BNDES, a partir de 1º de janeiro de 2018.

A TLP será definida pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) acrescido da taxa de juro real da NTN-B de cinco anos, sendo sua convergência para a taxa de juro real da NTN-B gradativa, no prazo de cinco anos. Em 1º de janeiro de 2018, a primeira TLP será igual à TJLP vigente na mesma data. Para tal, será estabelecido um percentual da taxa de juro real da NTN-B de cinco anos, o qual será válido por um ano e que será ajustado progressivamente até 2023.

A TJLP será mantida até o fim da vigência dos contratos de operações enquadradas ou aprovadas pela Diretoria do BNDES e dos contratos firmados e em fase de desembolso, inclusive operações por meio de agentes financeiros, antes de 1º de janeiro de 2018, e dos projetos associados a leilões passados de concessões ou cujas condições sejam anunciadas antes de 1º de janeiro de 2018. Para manter a competitividade das empresas brasileiras nos mercados internacionais, as operações de exportações não terão suas condições alteradas.

A taxa real de juros da TLP para os novos contratos do BNDES será anunciada mensalmente pelo Banco Central. A partir da vigência dos contratos em TLP, a parcela de juro real será fixa ao longo do contrato, variando apenas o componente da inflação (IPCA). Após o quinto ano, quando finalizada a convergência da taxa, o Banco Central continuará divulgando mensalmente a taxa real de juro da TLP que balizará os contratos do BNDES.

Decreto nº 8.957, de 16 de janeiro de 2017 - Ampliação do Rol de Atividades dos Bancos Públicos

O Decreto 8.957/2017 ampliou o rol de atividades em que os bancos públicos, como o BNDES, podem financiar empresas constituídas no Brasil, independentemente de seu controle ser ou não estrangeiro, fomentando a atividade econômica, o investimento no país e a geração de emprego local.

Novo Estatuto Social

O BNDES foi a primeira empresa estatal a adaptar seu Estatuto às mudanças decorrentes da Lei das Estatais (Lei 13.303/2016) e do Decreto 8.945/2016. As principais mudanças foram a criação da Assembleia Geral, ampliação de competências, modificações na composição e estabelecimento de critérios de elegibilidade e prazo de gestão para os membros dos colegiados, criação de Comitês de Remuneração e de Elegibilidade e incorporação da Política de Dividendos negociada em 2016.

2.6. Outros

Lançamento do "Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais"

Em parceria com a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), o BNDES anunciou o "Prêmio BNDES de Boas Práticas para Sistemas Agrícolas Tradicionais", uma iniciativa que pretende contribuir para que as práticas de agricultura tradicional do Brasil concorram, pela primeira vez, a um importante reconhecimento internacional da FAO.

Até quinze Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATs) brasileiros receberão prêmios em dinheiro, capacitação da Embrapa e orientação para se candidatarem a receber o título de "Sistema Agrícola Tradicional Globalmente Importante" (*Globally Important Agricultural Heritage System*, GIAHS).

3. DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. Política Operacional

Ao longo de 2017 foram mantidas as Políticas Operacionais aprovadas na revisão geral ocorrida em dezembro de 2016. Naquela revisão foram definidas como diretrizes para revisão a seletividade no uso da TJLP, privilegiando projetos com maior retorno social, independentemente do setor em que se originam. As novas condições passaram a refletir atributos dos projetos apoiados, refletindo uma atuação mais horizontal do BNDES.

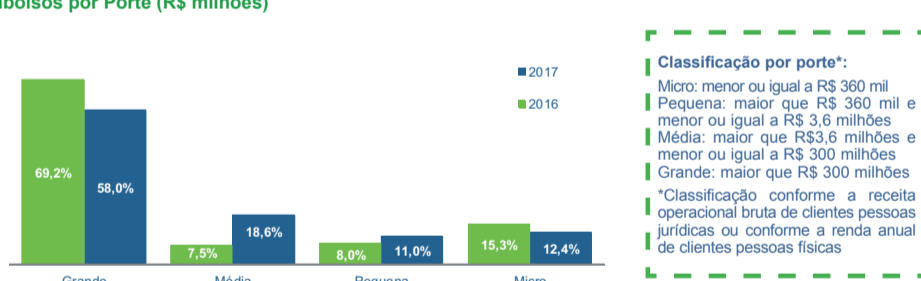
Ainda naquela revisão, dentre outras alterações, as Políticas Operacionais expandiram de R\$ 90 milhões para R\$ 300 milhões o teto da Receita Operacional Bruta (ROB) de empresas classificadas como MPMEs. Como principal consequência desse aumento, empresas com ROB entre R\$ 90 milhões e R\$ 300 milhões passaram a ter acesso ao Cartão BNDES, que também teve seu limite ampliado de R\$ 1 milhão para R\$ 2 milhões. Destaca-se que no BNDES Automático, as MPMEs tem acesso a financiamento com 80% de participação de TJLP independentemente do setor. Já no FINAME, houve ampliação do prazo de financiamento de 5 para 10 anos.

Em dezembro de 2017, a Diretoria do BNDES aprovou novas Políticas Operacionais, com foco na transição da TJLP para a TLP, como Referencial de Custo Financeiro do BNDES. As participações nas Linhas foram ampliadas, ficando mantida, contudo, a orientação de utilização preferencial de debêntures para a parcela adicional de apoio financeiro em projetos de infraestrutura.

Como destaque, o Programa BNDES Giro teve a vigência renovada, acompanhada de aumento de dotação. Esse Programa tem grande relevância no momento atual, ao suprir a necessidade de capital de giro das empresas, de modo a garantir a continuidade de suas operações e apoiar a manutenção ou criação de postos de trabalho.

3.2. Perfil dos Desembolsos

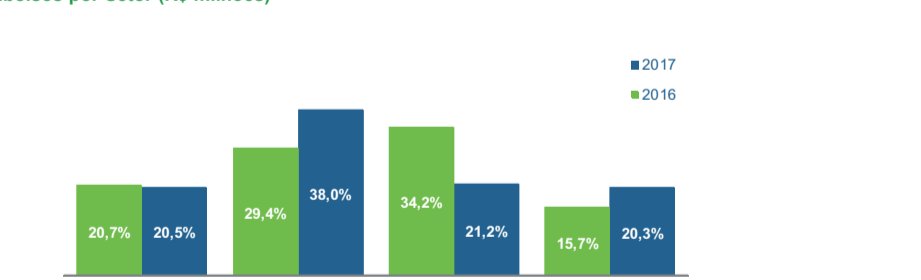
Desembolsos por Porte (R\$ milhões)



A classificação de acordo com o porte do cliente permite ao BNDES uma atuação adequada às características de cada segmento, através da oferta de linhas, programas e condições específicas. O apoio às micro, pequenas e médias empresas, por exemplo, é considerado prioritário pelo BNDES, oferecendo condições especiais com o intuito principal de facilitar o acesso destas empresas ao crédito.

Em 2017, foram realizadas 383.839 operações com micro, pequenas, médias e grandes empresas, um volume 35,8% menor do que 2016, reflexo da crise econômica nas perspectivas de investimento das empresas.

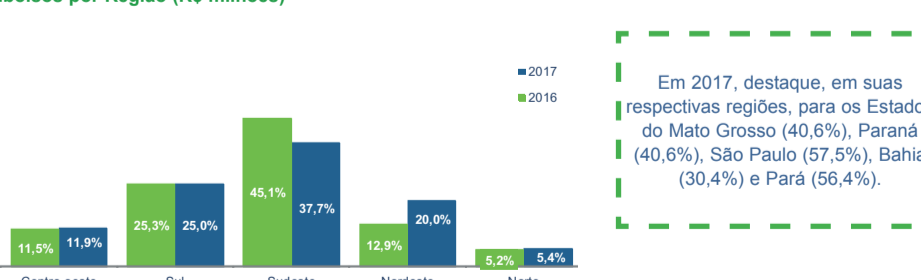
Desembolsos por Setor (R\$ milhões)



Em 2017, destacam-se, no setor industrial, os desembolsos aos segmentos de material de transporte (34,1%), alimentos e bebidas (16,2%) e mecânica (12,4%), enquanto no setor de infraestrutura, destacam-se os segmentos de energia elétrica (51,5%) e transportes* (38,2%).

*Inclui transportes rodoviário (terrestre de carga e passageiro), aquaviário, aéreo, metroviário e ferroviário, e concessões de rodovias, ferrovias, portos e aeroportos.

Desembolsos por Região (R\$ milhões)



4. FINANCIAMENTOS E GERAÇÃO DE EMPREGOS

Os projetos de investimento financiados pelo BNDES têm relação direta com a geração de emprego e renda na economia, seja por consistirem em estímulos ao dinamismo da economia real, seja pela dimensão dos recursos envolvidos.

As estimativas da quantidade de trabalhadores necessários (emprego gerado ou mantido) na fase de implantação dos investimentos apoiados pelo Banco são obtidas pelo Modelo de Geração de Empregos do BNDES (MGE), um modelo insumo-produto para a economia brasileira, que utiliza dados oficiais do Sistema de Contas Nacionais e da Matriz Insumo-Produto de 2005 divulgados pelo IBGE. É importante frisar que o número de postos de trabalho resultante do MGE não corresponde à geração líquida de empregos na economia, mas sim ao volume médio de emprego necessário para viabilizar os investimentos. O volume de emprego estimado pode ser decomposto em dois tipos:

- emprego direto – aquele que ocorre no setor que fornece produtos da formação bruta de capital fixo para os projetos apoiados pelo Banco, ou seja, principalmente na construção civil, na fabricação de máquinas e equipamentos e no comércio; e
- emprego indireto – corresponde aos postos de trabalho das cadeias produtivas que atendem aos setores afetados diretamente pelos investimentos apoiados.

Emprego Gerado ou Mantido na Implantação de Investimentos Apoiados pelo BNDES

(desembolsos e aumento de demanda final em R\$ milhões correntes e emprego em milhares de postos de trabalho)

Período	Desembolsos	Aumento de demanda final ¹	Direto	Emprego Indireto	Total
2S/16	48.131	34.321	385	385	770
2S/17	88.257	66.879	755	579	1.334
2017	70.751	58.553	654	495	1.149

Fontes: BNDES, IBGE e FGV.

Autoria: BNDES, RJ, 2018.

1 Consiste em uma estimativa da parcela de recursos desembolsados que representam aumento de demanda de setores para a implantação dos investimentos. Volume de recursos que alimenta o MGE.

Em 2017 os desembolsos do Sistema BNDES somaram cerca de R\$ 70,8 bilhões e representaram cerca de R\$ 58,5 bilhões de aumento de demanda final durante a implantação dos projetos de investimento. O número de empregos necessários para viabilizar esse montante de investimentos, segundo as estimativas do MGE, foi de cerca de 654 mil. Comparando-se esse resultado do indicador de emprego com o resultado de 2016, nota-se que, enquanto os desembolsos totais caíram cerca de 20%, as estimativas de emprego recuaram menos, 14%. Em 2017 o BNDES desembolsou proporcionalmente um pouco mais para tipos de gasto que têm potencial de geração de emprego do que em 2016.

Em relação à composição por tipo de emprego, o ano de 2017 apresentou resultados muito similares aos de 2016, com 57% compostos por empregos diretos e 43% por empregos indiretos. A média de empregos gerados ou mantidos por milhão investido na economia subiu de 15,1 em 2016 para 16,2 em 2017, o que significa que a distribuição dos setores impactados pelos projetos apoiados foi um pouco mais concentrada em setores trabalho-intensivo e/ou que possuem maior poder de encadeamento de demanda de fornecedores.

Os setores que concentram as estimativas de emprego durante a fase de implantação dos investimentos apoiados pelo BNDES são: (i) construção civil; (ii) comércio; (iii) agricultura, silvicultura e exploração florestal; (iv) pecuária e pesca; (v) serviços prestados às empresas; (vi) máquinas e equipamentos; e (vii) transporte, armazenagem e correio. Somados, os empregos nesses setores corresponderam, em 2017, a cerca de 74% do total estimado para os recursos do BNDES.

5. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Sistema BNDES registrou lucro líquido de R\$ 6,183 bilhões em 2017, no mesmo patamar do lucro líquido de R\$ 6,392 bilhões em 2016.

O lucro líquido de 2017 foi marcado principalmente por: (i) crescimento de R\$ 8,561 bilhões (249,5%) do resultado com participações societárias; (ii) redução de R\$ 2,454 bilhões (26,8%) da despesa com provisão para risco de crédito; (iii) redução de R\$ 10,877 bilhões (42,1%) do produto de intermediação financeira; e (iv) aumento de 15,1% das despesas tributárias e redução de 6,3% de outras despesas, líquidas.

O ativo total alcançou R\$ 867,517 bilhões em 31/12/17, uma redução de R\$ 8,620 bilhões (1,0%) no ano, provocada principalmente pela redução de R\$ 62,880 bilhões da carteira de crédito e repasses decorrente de liquidações em volume superior aos desembolsos no exercício e pela redução de R\$ 7,391 bilhões (7,9%) dos títulos e valores mobiliários em razão, especialmente, da parcela do pagamento antecipado de dívida com o Tesouro Nacional paga em títulos públicos federais (R\$ 15,0 bilhões), atenuadas pelo aumento das disponibilidades em R\$ 57,778 bilhões (105,5%).

Em 2017, o Tesouro Nacional e o FAT/PIS-Pasep permanecem como as principais fontes de recursos do Sistema BNDES, respondendo por 48,0% e 32,0% do passivo total, respectivamente. Não houve novas captações de recursos do Tesouro e foram captados R\$ 16,326 bilhões do FAT. No mercado externo, foram captados R\$ 3,185 bilhões por meio da primeira emissão de *green bonds* do BNDES e R\$ 2,027 bilhões com instituições multilaterais.

O crescimento de R\$ 7,660 bilhões (13,9%) do patrimônio líquido no ano decorreu do ajuste positivo de avaliação patrimonial, líquido de tributos, de R\$ 5,071 bilhões, e do lucro líquido de R\$ 6,183 bilhões em 2017, parcialmente atenuado pelo pagamento de dividendos complementares relativos ao lucro de 2016 e provisionamento de juros sobre capital próprio dos dividendos mínimos obrigatórios de 2017, no valor de R\$ 3,594 bilhões.

O capital social alcançou R\$ 42,349 bilhões em 31/12/17, um crescimento R\$ 6,008 bilhões decorrente da reversão das reservas de futuro aumento de capital e de equalização de dividendos.

A queda do lucro líquido e o crescimento do patrimônio líquido em 2017 responderam pela redução do retorno sobre patrimônio líquido.

5.1. Principais Indicadores Econômico-Financeiros

Resultado (R\$ milhões)	2017	2016	Δ (%)	2S/17	2S/16	Δ (%)
Lucro Líquido	6.183	6.392	(3,3)	4.838	6.566	(43,5)
Produto da Intermediação Financeira	14.969	25.846	(42,1)	6.632	13.611	(51,3)
Provisão para Risco de Crédito	(6.702)	(9.156)	(26,8)	(1.933)	(4.718)	(59,0)
Participações Societárias	5.130	(3.431)	(249,5)	3.712	1.494	148,5
Despesas Tributárias	(4.189)	(3.638)	15,1	(1.923)	83	(2.416,9)
Outras Despesas, Líquidas	(3.025)	(3.229)	(6,3)	(1.650)	(1.904)	(13,3)

Posição Financeira (R\$ milhões)	dez/17	dez/16	Δ (%)	dez/17	jun/17	Δ (%)
Ativo Total	867.517	876.137	(1,0)	867.517	883.640	(1,8)
Carteira de Crédito e Repasses, líquida (CCR)	548.037	610.917	(10,3)	548.037	583.082	(6,0)
Títulos e Valores Mobiliários ¹	85.976	93.367	(7,9)	85.976	103.435	(16,9)
Participações Societárias	81.672	78.247	4,4	81.672	70.070	16,6
Sociedades Não Coligadas	66.777	64.336	3,8	66.777	55.304	20,7
Sociedades Coligadas	13.244	12.465	6,2	13.244	13.166	0,6
Fundos de Investimentos em Participações	1.651	1.446	14,2	1.651	1.600	3,2
Créditos perante o Tesouro Nacional	4.027	5.560	(27,6)	4.027	4.713	(14,6)
Disponibilidades	112.549	54.771	105,5	112.549	86.669	29,9
Outros Ativos	35.257	33.274	6,0	35.257	35.670	(1,2)
Passivo Total	867.517	876.137	(1,0)	867.517	883.640	(1,8)
Recursos de Terceiros	804.681	820.961	(2,0)	804.681	833.470	(3,5)
Tesouro Nacional ²	415.988	439.763	(5,4)	415.988	452.672	(8,1)
FAT/PIS-PASEP	277.949	267.701	3,8	277.949	276.792	0,4
Outros Fontes Governamentais	30.338	30.532	(0,6)	30.338	30.219	0,4
Captações Externas	39.857	39.612	0,6	39.857	41.994	(5,1)
Debêntures BNDESPAR	1.891	2.675	(29,3)	1.891	1.823	3,7
Outras Obrigações	38.658	40.678	(5,0)	38.658	29.970	29,0
Patrimônio Líquido (PL)	62.836	55.176	13,9	62.836	50.170	25,2
PL/AT	7,2%	6,3%	0,9	7,2%	5,7%	27,6

Limites Prudenciais (%)	dez/17	dez/16	dez/17	jun/17
Índice de Basileia	27,5%	21,7%	27,5%	22,7%
Índice de Capital Principal	18,3%	14,5%	18,3%	15,2%
Índice de Capital Nível 1	18,3%	14,5%	18,3%	15,2%

Índices de Crédito (%)	dez/17	dez/16	dez/17	jun/17
Índice de Inadimplência (30 dias) ³	2,12%	2,81%	2,12%	2,45%
Índice de Inadimplência (90 dias) ³	2,08%	2,43%	2,08%	2,15%
Provisão / Carteira de Créd e Repasses	2,27%	2,08%	2,27%	2,85%
Índice de Cobertura (30 dias) ⁴	107,0%	29,6%	107,0%	44,3%
Índice de Cobertura (90 dias) ⁴	109,3%	34,2%	109,3%	50,4%
Índice de Renegociação ⁵	3,62%	6,34%	3,62%	5,78%

Rentabilidade (%) ⁶	2017	2016	2S/17	2S/16
Retorno s/ Ativos (LL / AT)médio)	0,72%	0,71%	0,56%	0,95%
Retorno s/ PL (LL / PL)médio)	12,99%	14,78%	10,21%	20,05%

¹ Exceto investimentos em sociedades não coligadas e em fundos de investimentos em participações, classificados em "Participações Societárias".

² Inclui repasses e instrumentos elegíveis a capital principal.

³ Créditos inadimplentes/carteira total

⁴ Provisão/Créditos inadimplentes

⁵ Créditos renegociados nos últimos 12 meses / carteira total

⁶ O cálculo dos retornos considera como média dos ativos e do patrimônio líquido a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos o ajustes a valor justos das participações em sociedades não coligadas, líquido de efeitos tributários no caso do retorno s/ PL.

5.2. Posição Financeira

Operações de Crédito e Repasses

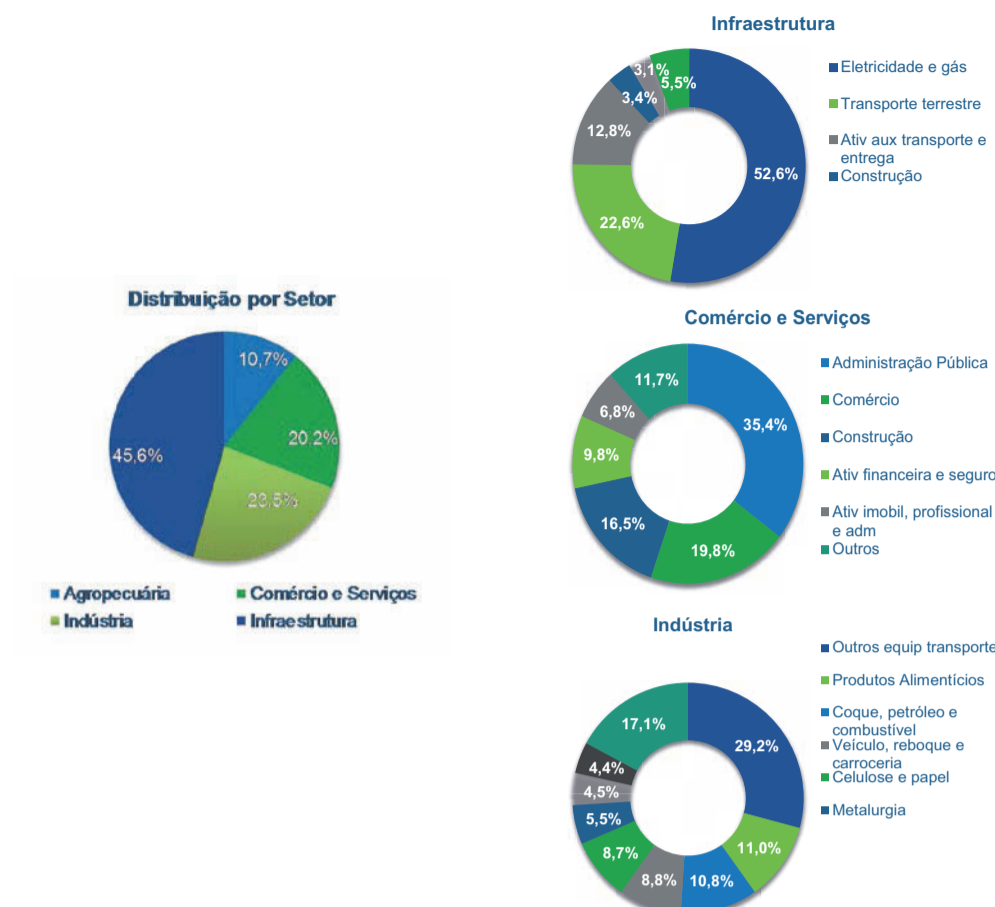
Compreende os financiamentos concedidos pelo BNDES de forma direta, designadas operações de crédito, ou de forma indireta, por meio de instituição financeira credenciada, designadas operações de repasses.

A carteira de operações de crédito e repasses, líquida de provisão para risco de crédito, no montante de R\$ 12,727 bilhões, totalizou R\$ 548,037 bilhões em 31/12/17, o equivalente a 63,2% do ativo total na mesma data.

A redução de R\$ 62,880 bilhões (10,3%) da carteira líquida em 2017 foi influenciada pelas liquidações das operações, que superaram em R\$ 99,387 bilhões os desembolsos no ano em razão da redução da demanda por crédito.

Perfil da Carteira Bruta de Crédito e Repasses

Carteira Bruta de Crédito e Repasses por Setor



Qualidade da Carteira de Crédito e Repasses

O BNDES monitora continuamente a qualidade de sua carteira de crédito, com a finalidade estratégica de aperfeiçoar sua gestão de riscos e retornos. Os financiamentos concedidos são objeto de acompanhamento permanente e demandam garantias que cubram a posição devedora ao longo da vida dos contratos.

A classificação da carteira de crédito e repasses por nível de risco segue a Resolução CMN 2.682/99, que determina a classificação dos créditos entre os níveis AA, menor risco, e H, maior risco, e o percentual de provisão a ser constituído para cada nível. Em 31/12/17, a provisão para risco de crédito atingiu R\$ 12,727 bilhões, mantendo-se no mesmo patamar de 31/12/16.

O índice de cobertura, "colchão" que representa o número de vezes que a provisão para risco de crédito cobre os créditos inadimplentes (30 dias), apresentou melhora no ano, passando de 74% em 31/12/16 para 107,0% em 31/12/17.

Classificação de Risco da Carteira de Crédito e Repasses
31 de dezembro de 2017

Classificação de Risco	Sistema BNDES	SFN ^{1 2 3}	Instituições Financeiras Privadas ^{2 3}	Instituições Financeiras Públicas ^{2 3}
AA - C	95,8%	89,8%	88,6%	90,8%
D - G	3,7%	6,9%	7,3%	6,6%
H	0,5%	3,3%	4,1%	2,6%
TOTAL	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

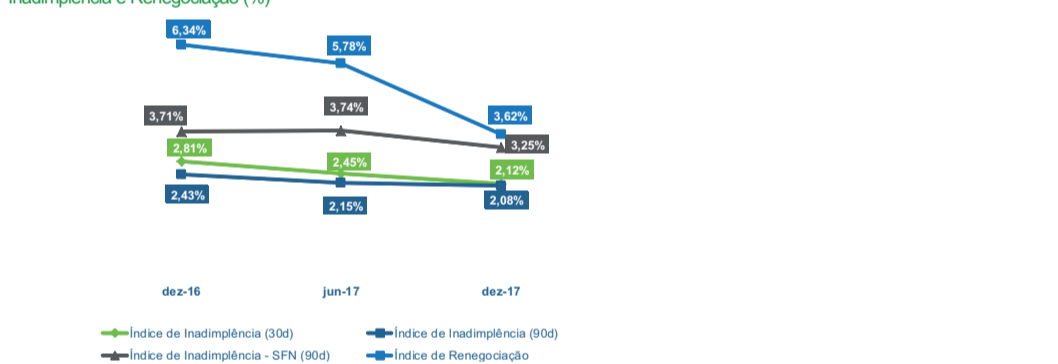
¹ Sistema Financeiro Nacional

² Fonte: BACEN

³ Em 30 de setembro de 2017. Última informação disponível.

Os créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, responderam por 95,8% da carteira total em 31/12/17. Essa posição, superior à média de 89,8% do SFN em 30/09/17, revela uma pequena deterioração do risco em relação à 30/06/17 (96,2%) e à 31/12/16 (96,4%).

Inadimplência e Renegociação (%)



O índice de inadimplência do BNDES mantém-se abaixo do índice do SFN, refletindo a gestão e a qualidade da carteira de crédito e repasses, a consistência das políticas operacionais e, sobretudo, o papel do BNDES como banco de desenvolvimento: a concessão de financiamento com taxas de juros e prazos compatíveis aos projetos de longa maturação. Nos períodos apresentados, todos os índices de inadimplência do BNDES se encontram abaixo do índice de inadimplência do SFN.

Desconsideradas as operações cujas prestações são integralmente garantidas pela União, o índice de inadimplência do BNDES passaria para 0,90% (30 dias) e 0,85% (90 dias).

O índice de renegociação, que apresentou queda em 2017, considera todas as operações de crédito e repasses renegociadas nos últimos 12 meses, cujas alterações resultaram em modificações em seus fluxos de caixa, independentemente das motivações.

Títulos e Valores Mobiliários

Compreende, basicamente, debêntures e títulos públicos federais, que representavam 16,4% e 81,0%, respectivamente, da carteira em 31/12/17.

A redução de R\$ 7,391 bilhões (7,9%) dos títulos e valores mobiliários em 2017 decorreu principalmente da utilização de parte dos títulos públicos federais para pagamento antecipado de dívida com o Tesouro Nacional, no valor de R\$ 15,0 bilhões, e pela conversão de debêntures da Marfrig, no valor de R\$ 986 milhões, em ações da companhia.

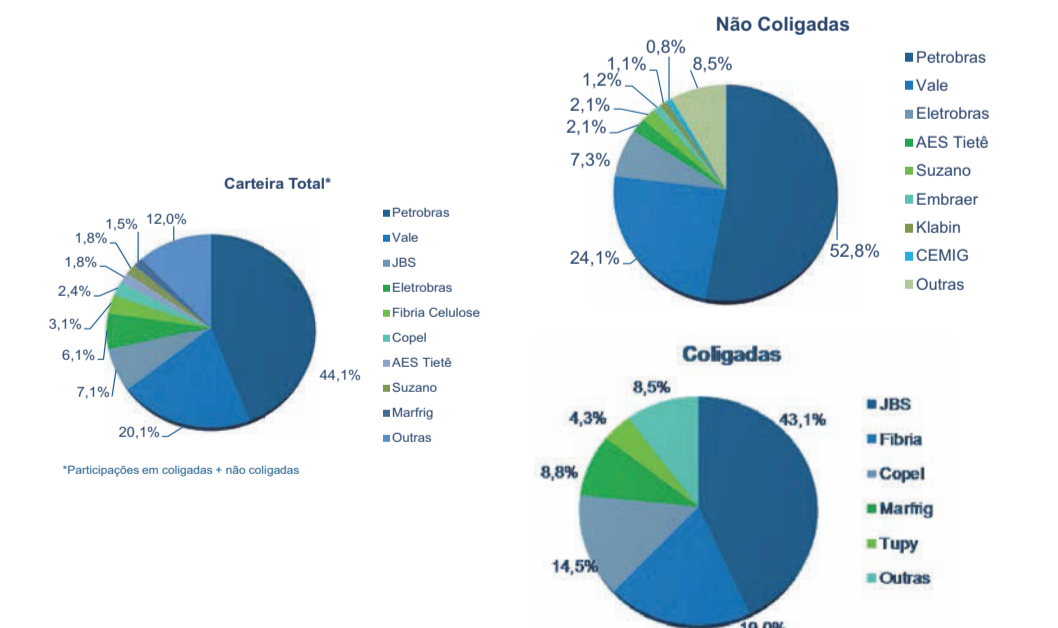
Participações Societárias

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados por meio de investimento direto no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou pela integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional no início dos anos 80 e em 2009, e fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos através de rigoroso processo de seleção.

Do total da carteira em 31/12/17, 81,8% representavam investimentos em sociedades não coligadas, 16,2% em sociedades coligadas, e os 2,0% restantes investimentos em fundos mútuos de investimentos em participações.

Carteira de Participações Societárias

31 de dezembro de 2017



A carteira de participações societárias, líquida de provisão para perdas, alcançou R\$ 81,672 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R\$ 3,425 bilhões (4,4%) no ano devido à valorização, da ordem de R\$ 9,239 bilhões, da carteira de participações em sociedades não coligadas, especialmente dos investimentos na Vale e Petrobras, e ao investimento na Marfrig (R\$ 1,172 bilhão) decorrente da conversão de debêntures em ações, parcialmente atenuado pelo resultado com alienações, de R\$ 3,675 bilhões.

A provisão para perdas alcançou R\$ 628 milhões em 2017, uma redução de R\$ 4,689 bilhões (88,2%) diante de 2016.

Os fundos de investimentos nos quais o BNDES, através da BNDESPAR, detém participação são apresentados na Nota Explicativa nº 6.4 às Demonstrações Financeiras BNDES 2017.

Disponibilidades

As operações compromissadas lastreadas em títulos públicos federais representavam 99,4% das disponibilidades em 31/12/17.

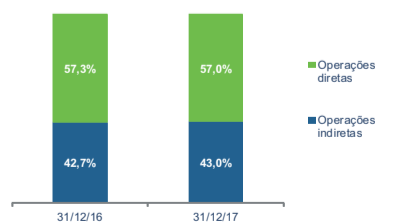
O crescimento de R\$ 57,778 bilhões (105,5%) em 2017 refletiu principalmente a entrada de recursos oriundos das liquidações de operações de crédito e repasses, que ultrapassaram os desembolsos em R\$ 99,387 bilhões em 2017, e das alienações de participações societárias, no valor de R\$ 3,675 bilhões, parcialmente atenuado pelo pagamento antecipado de dívida com o Tesouro Nacional em dinheiro, no valor de R\$ 35 bilhões, e pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio complementares referentes a 2016, no valor de R\$ 2,125 bilhões.

Créditos perante o Tesouro Nacional (TN)

Referem-se basicamente a valores a receber do TN decorrentes da equalização da remuneração de programas incentivados pelo governo federal, entre eles Pronaf, Revitaliza, Agrícolas e, principalmente, Programa de Sustentação do Investimento (PSI), que foi encerrado em 31/12/15.

A redução de R\$ 1,533 bilhão (27,6%) no ano reflete o pagamento de R\$ 9,217 bilhões pelo TN no primeiro semestre, atenuado pelo reconhecimento de créditos a receber de R\$ 7,684 bilhões. Os pagamentos de equalização pelo TN ocorrem semestralmente, em julho e janeiro de cada ano.

Do saldo remanescente de R\$ 4,027 bilhões, 66,1% se referem a créditos de equalização de operações do PSI e 86,7%, a créditos de equalização de competência de 2017.

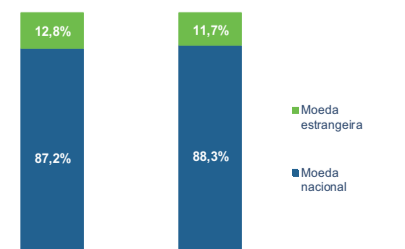


Sobre as operações de repasses não é cobrado *spread* de risco, mas sim uma taxa de intermediação financeira de 0,4%.^{*} Nessas operações, o risco é da instituição financeira repassadora dos recursos do BNDES.

^{*}Taxa de 0,23% para as operações enquadradas a partir de outubro/17.

TJLP e Dólar são os principais indexadores da carteira de crédito, respondendo, respectivamente, por 94,1% da carteira em moeda nacional e 94,3% da carteira em moeda estrangeira em 31/12/17.

^{*}Inclui operações equalizadas pelo TN.



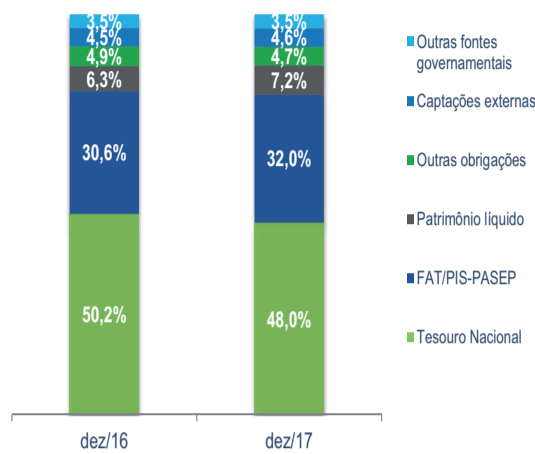
Outros Ativos

Compreendem, em 31/12/17, principalmente, créditos tributários (R\$ 20,846 bilhões) e direitos a receber Eletrobras/Itaipu (R\$ 9,371 bilhões).

O aumento de R\$ 1,983 bilhão (6,0%) no ano decorre basicamente do aumento de R\$ 2,025 bilhões nos créditos tributários reconhecidos, basicamente, sobre a despesa com provisão para risco de crédito.

FONTES DE RECURSOS

Na composição de suas fontes de recursos, o BNDES conta com 7,2% de recursos próprios e 92,8% de recursos de terceiros, com destaque para as fontes governamentais, que representam 83,5% do passivo total em 31/12/17.



Tesouro Nacional (Repasse e Instrumentos Elegíveis a Capital Principal)

Desde 2010, com o crescimento dos repasses de recursos, o Tesouro Nacional se tornou a principal fonte de recursos do BNDES, responsável por 48,0% do passivo total em 31/12/17.

Do passivo total com o TN em 31/12/17, R\$ 36,111 bilhões (8,7%) correspondem a instrumentos elegíveis a capital principal, que compõe o Patrimônio de Referência e cuja remuneração está atrelada a fatores como a existência de lucro contábil e o montante de dividendos pago ao acionista, e R\$ 379,877 bilhões (91,3%) correspondem a operações de repasses, sendo, desse total, 98,5% atreladas à TJLP.

A redução de R\$ 23,775 bilhões (5,4%) do passivo com o TN em 2017 decorre do pagamento antecipado de dívida de R\$ 50,0 bilhões (R\$ 15,0 bilhões pagos com títulos públicos federais e R\$ 35 bilhões com disponibilidades), parcialmente atenuada pela apropriação de juros e correção monetária a pagar. Em 2017 não houve captação de recursos com o TN.

Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e Fundo PIS-Pasep

O saldo de recursos do FAT totalizou R\$ 250,250 bilhões em 31/12/17. Desse total, R\$ 238,802 bilhões constituíram saldo do FAT Constitucional e R\$ 11,448 bilhões, saldo do FAT Depósitos Especiais.

No ano, ingressaram R\$ 16,326 bilhões de novos recursos do FAT, volume 4,8% superior ao de 2016. Do total captado em 2017, 100% são recursos do FAT Constitucional.

Em 31/12/17, o passivo com o Fundo PIS-Pasep totaliza R\$ 27,699 bilhões destinados à aplicação em programas de desenvolvimento econômico e social. Desde a criação do FAT em 1988, o Fundo PIS-Pasep não recebe novos aportes de recursos.

A redução de R\$ 7,270 bilhões (20,8%) dos recursos do Fundo PIS-Pasep em 2017 decorre principalmente da liquidação antecipada de R\$ 9,290 bilhões em outubro de 2017, em cumprimento à Medida Provisória 797/17, atenuada pela correção do saldo a pagar.

Outras Fontes Governamentais

Compreendem recursos do Fundo da Marinha Mercante (FMM), do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), do Fundo de Investimento do FGTS (FI-FGTS) e de outros fundos financeiros e de desenvolvimento. O FMM representava 66,4% do saldo em 31/12/17.

Captações Externas

Representadas por repasses de instituições multilaterais, empréstimos e emissão de *bonds*.

Em maio de 2017, o BNDES captou R\$ 3,185 bilhões (US\$ 1,0 bilhão) por meio da emissão no mercado internacional de *green bonds*, a primeira emissão de um banco nesse mercado. Em 2017 foram captados ainda R\$ 2,027 bilhões junto a instituições multilaterais como Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID (R\$ 1,658 bilhão), *Japan Bank for International Cooperation* - JBIC (R\$ 327 milhões) e *Agence Française de Développement* - AFD (R\$ 42 milhões).

Emissão de Green Bonds

Os *green bonds* tem características similares aos *bonds* convencionais, porém os recursos captados devem ser destinados a financiar projetos ambientalmente sustentáveis, atestados por uma empresa verificadora, especializada na área ambiental. No caso do BNDES, os recursos captados serão investidos em projetos de geração eólica ou solar, novos ou já existentes na carteira do Banco.

A operação resultou em uma taxa de retorno ao investidor de 4,80% a.a., o que representa prêmio de 269,3 pontos-base sobre as taxas dos títulos do Tesouro dos Estados Unidos e cerca de 60 pontos-base sobre os títulos externos da República Federativa do Brasil.

Debêntures BNDESPAR

Referem-se a ofertas públicas de debêntures simples, da espécie quirográfrica, realizadas no âmbito de três Programas e seis emissões.

A redução de R\$ 784 milhões (29,3%) no ano decorre basicamente da liquidação integral, no vencimento, de debêntures simples (série indexada ao IPCA) da Primeira Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2010), no valor de R\$ 835 milhões.

Outras Obrigações

Do total das outras obrigações em 31/12/17, 41,3% se referem a obrigações tributárias (tributos correntes e diferidos).

O crescimento de R\$ 2,020 bilhões em 2017 resulta de novas operações compromissadas realizadas a partir de agosto de 2017, nas quais o BNDES atua como dealer do Banco Central (BACEN) ao realizar a intermediação das operações, captar recursos de uma instituição financeira e repassar ao BACEN.

Fundo Amazônia

Em 2017, o Fundo Amazônia recebeu novas doações de R\$ 273,1 milhões, dos quais R\$ 271,2 milhões do governo da Noruega e do Banco de Desenvolvimento da Alemanha (KfW) e o restante da Petrobras para apoio a projetos de combate ao desmatamento e de conservação da Floresta Amazônica.

Os aportes de recursos dos doadores estão diretamente vinculados à redução da emissão de gases oriundos de desmatamento e da degradação florestal – ou seja, as doações dependerão dos resultados dos esforços de redução da taxa anual de desmatamento.

Patrimônio Líquido

O crescimento de R\$ 7,660 bilhões (13,9%) do patrimônio líquido em 2017 reflete os efeitos do ajuste de avaliação patrimonial positivo, líquido de tributos, que alcançou R\$ 5,071 bilhões no ano, e do lucro líquido de R\$ 6,183 bilhões no exercício, parcialmente atenuado pelo pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio complementares relativos ao lucro líquido de 2016 (R\$ 2,125 bilhões), e pelo provisionamento dos juros sobre capital próprio obrigatórios relativos ao lucro líquido de 2017 (R\$ 1,469 bilhão).

Aumento de capital

O capital do BNDES alcançou R\$ 42,349 bilhões em 31/12/17 com a integralização de R\$ 6,008 bilhões realizada com a utilização das reservas de futuro aumento de capital (R\$ 4,536 bilhões) e de equalização de dividendos (R\$ 1,472 bilhão). Não houve emissão de novas ações.

Distribuição do Resultado de 2017

A distribuição do lucro líquido de R\$ 6,183 bilhões em 2017 contempla:

- 5%, correspondentes a R\$ 309 milhões, para a constituição da Reserva Legal;
- 25% após constituição da Reserva Legal, equivalentes a R\$ 1.468 bilhão, a título de dividendos mínimos obrigatórios, na forma de juros sobre capital próprio;
- 35% após constituição da Reserva Legal, no valor de R\$ 2,056 bilhões, para a constituição de Reserva para Margem Operacional; e
- R\$ 2,350 bilhões, equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição da Reserva para Futuro Aumento de Capital.

Para informações sobre a Política de Dividendos do BNDES, que define as condições para pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, vide a seção 6 – “Remuneração ao Tesouro Nacional”.

5.3. RESULTADO

Resultado da Intermediação Financeira

É o produto da intermediação financeira líquida da provisão para risco de crédito.

A redução de R\$ 8,423 bilhões (50,5%) do resultado da intermediação financeira em 2017 decorreu da queda do produto de intermediação financeira, parcialmente atenuada pela redução da despesa com provisão para risco de crédito.

Produto da Intermediação Financeira

É o resultado das aplicações em disponibilidades e nas carteiras de crédito e repasses e de títulos e valores mobiliários.

O produto da intermediação financeira alcançou R\$ 14,969 bilhões em 2017, uma queda de R\$ 10,877 bilhões (42,1%) em relação a 2016 em consequência, da redução da rentabilidade média da carteira de títulos e valores mobiliários, e da redução do resultado com operações de crédito e repasses decorrente da redução do volume da carteira média de operações de crédito, com a redução da demanda por desembolsos.

Provisão para Risco de Crédito

A queda de R\$ 2,454 bilhões (26,8%) da despesa com provisão para risco de crédito no ano decorre, principalmente, da redução da provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, constituída em 2016 visando à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico atual, que passou de uma despesa de R\$ 1,306 bilhão em 2016 para uma receita de R\$ 85 milhões em 2017, e do menor volume de créditos com rating baixado, conforme determinado pela Resolução CMN 2.682/99.

A constituição de provisão obedece aos critérios previstos na Resolução CMN 2.682/99. Quando identificada a necessidade de cobertura de riscos adicionais, é constituída provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução.

Os créditos recuperados atingiram R\$ 473 milhões em 2017, um crescimento de R\$ 143 milhões (43,3%) diante de 2016.

Resultado com Participações Societárias

Compreende receita com dividendos e juros sobre capital próprio, resultados com equivalência patrimonial, alienações, derivativos e fundos de investimento em participações societárias, provisão para perdas em investimentos (*impairment*) e outras receitas oriundas, majoritariamente, da carteira da BNDESPAR.



A melhora em 2017 do resultado com participações societárias em R\$ 8,561 bilhões decorre, especialmente, do crescimento do resultado com alienação de investimentos em R\$ 2,779 bilhões, do aumento da receita com dividendos e juros sobre capital próprio associada a esses ativos em R\$ 364 milhões e da queda da despesa com *impairment* em R\$ 4,689 bilhões. As demais rubricas do resultado também apresentaram melhora em 2017, exceto o resultado com equivalência patrimonial e a despesa com amortização de ágios.

Despesa com provisão para perdas em investimentos (*impairment*)

O reconhecimento das perdas com *impairment* é realizado com base em modelo de avaliação econômico-financeira e motivado pelo fato das respectivas ações terem atingido parâmetros indicativos de perdas permanentes previstos na Política de Participações Societárias.

Dos R\$ 628 milhões registrados em 2017, 97% se referem a perdas na carteira de coligadas e 3%, a perdas na carteira de não coligadas. Vide Notas Explicativas nº 7.1.1 e 7.2.5 às Demonstrações Financeiras BNDES 2017.

Alienação de investimentos

O resultado com alienações de investimentos alcançou R\$ 3,675 bilhões em 2017, um aumento de R\$ 2,779 bilhões (310,2%) no ano.

Os principais desinvestimentos realizados em 2017 foram de ações da Petrobras, CPFL Energia, Vale e Rumo S.A., que geraram resultado de R\$ 3,181 bilhões, o equivalente a 86,6% do total. Após essas alienações, o BNDES, através da BNDESPAR, passou a não ter mais participação na CPFL Energia e na Rumo S.A., enquanto a participação na Vale ficou em 7,60% tanto no capital votante quanto no capital total. Na Petrobras, o Sistema BNDES (BNDES + BNDESPAR) ficou com participação de 16,54% no capital total e de 10,02% no capital votante.

As principais alienações em 2016 foram de ações da AES BEH II, Klabin e da Braskem, que responderam por 84% do resultado.

Dividendos e juros sobre capital próprio

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio cresceu 64,8%, passando de R\$ 562 milhões em 2016 para R\$ 926 milhões em 2017.

Vale, Valepar, AES Tietê e CEG responderam por 76,1% da receita total em 2017, com destaque para a Vale, cuja receita passou de R\$ 45 milhões em 2016 para R\$ 415 milhões em 2017. Em 2016 os destaques ficaram para Vale, AES Tietê e CEMIG, que responderam por 58,7% da receita total.

Resultado com derivativos de renda variável

O resultado com derivativos de renda variável reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis.

O resultado em 2017 foi um lucro de R\$ 331 milhões, contra um prejuízo de R\$ 459 milhões em 2016. Essa melhora foi impulsionada, principalmente, pela recuperação do resultado com derivativos embutidos em debêntures, que passou de um prejuízo de R\$ 440 milhões em 2016 para um lucro de R\$ 254 milhões em 2017.

Outras receitas/despesas com participações societárias

As outras receitas/despesas operacionais alcançaram R\$ 327 milhões em 2017, um crescimento de 85,8% no ano decorrente principalmente do ganho de R\$ 308 milhões oriundo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações da Marfrig apurado na reclassificação do investimento de participações em sociedades não coligadas para sociedades coligadas, motivada pelo reconhecimento de influência significativa da BNDESPAR na Marfrig.

Resultado com fundos de renda variável

O resultado com fundos de renda variável reflete as valorizações ou desvalorizações das cotas dos fundos. Em 2017, o resultado foi um lucro de R\$ 284 milhões, contra um prejuízo de R\$ 147 milhões em 2016.

Despesas Tributárias

Representam, em quase sua totalidade, tributos federais como PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social, inclusive tributos sobre o resultado ajustado antes dos impostos.

O crescimento de R\$ 551 milhões das despesas tributárias em 2017 reflete a redução dos tributos diferidos, em consequência da redução das provisões para perdas em investimentos e para risco de crédito no ano.

Outras Despesas, líquidas

Compreende atualização monetária de ativos e passivos, despesas administrativas e com pessoal, provisões trabalhistas e cíveis, entre outras.

Não houve variação relevante nas outras despesas, líquidas no ano.

5.5. INFORMAÇÃO POR SEGMENTO

Os ativos e resultado por segmento de negócios do BNDES foram definidos em função de suas atividades de: (i) renda fixa (financiamento a empresas); (ii) renda variável (mercado de capitais); e (iii) tesouraria (gestão das disponibilidades financeiras).

Composição dos Segmentos

- “Renda Fixa”: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, às carteiras de operações de crédito e repasses e de debêntures;
- “Renda Variável”: inclui ativos, receitas e custos de captação atrelados à carteira de renda variável, que inclui participações societárias e fundos de investimento em renda variável; e
- “Tesouraria”: inclui ativos, receitas e os custos de captação atrelados, basicamente, à gestão das disponibilidades.

O resultado não alocado é composto, basicamente, por despesas tributárias, despesas administrativas, provisões trabalhistas e cíveis e impostos sobre o lucro.

O BNDES avalia o desempenho de seus segmentos com base no resultado alocado. As receitas operacionais se originam integralmente de clientes externos, não havendo operações entre os segmentos.

Resultado e Ativos por Segmento

Segmento	2016		Resultado		2017		Resultado	
	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%	R\$ bilhões	%
Renda Fixa	641.569	75,0%	9.344	66,9%	573.353	67,9%	5.655	40,3%
Renda Variável	79.790	9,3%	(3.971)	-28,4%	83.633	9,9%	4.417	31,5%
Tesouraria	133.641	15,7%	8.593	61,5%	187.715	22,2%	3.961	28,2%
Alocado	855,000	100,0%	13,966	100,0%	844,701	100,0%	14,033	100,0%
Não alocado	21.137		(7.574)		22.816		(7.850)	
Total	876.137		6.392		867.517		6.183	

Em 2017, não obstante o crescimento da carteira de tesouraria, observa-se queda da rentabilidade destes ativos devido à redução da remuneração dos mesmos, que foi maior que a queda do custo (TJLP) no ano.

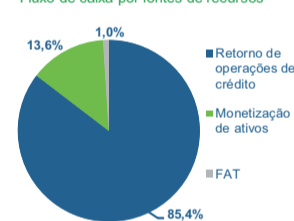
A redução no resultado do segmento de renda fixa em 2017 decorre da queda da carteira média, provocada pela redução da demanda por desembolsos, atenuada pela queda na despesa com provisão para risco de crédito em 2017.

A recuperação do segmento de renda variável em 2017 decorre, principalmente, da menor despesa com provisão para perdas em investimentos e do crescimento do resultado com alienações de investimentos.

5.6 FLUXO DE CAIXA

Pelas características de longo prazo das principais fontes de recursos do BNDES, expressivamente superior ao giro médio dos ativos da carteira de crédito, o retorno das operações de crédito (recebimento de serviços de crédito) representou o principal fluxo de entrada de recursos para o atendimento ao orçamento de desembolsos em 2017, a exemplo do observado em 2016.

Fluxo de caixa por fontes de recursos



O BNDES deseja contribuir com o máximo possível ao atendimento das diversas demandas governamentais, desde que assegurada a capacidade de atendimento às obrigações contratadas e em perspectiva, observados os limites prudenciais de gestão da atividade bancária.

Além de contribuir com essas demandas, também é obrigação do BNDES dar transparência à sociedade sobre a capacidade de fazer frente às mesmas. Para explicitar as restrições do BNDES para fazer frente ao que lhe é demandado, sem perder de vista seus compromissos assumidos e sua missão, o Fluxo de Caixa do BNDES para 2017 e 2018 é apresentado nessa seção.

Para 2018, são apresentados dois cenários de fluxo de recursos: (A) um que considera a liquidação antecipada de R\$ 130 bilhões de passivos do BNDES junto ao Tesouro Nacional (TN), somada ao atendimento integral das demais demandas do governo, como a devolução integral do saldo do PIS-Pasep e amortização extraordinária de parcela do passivo junto FAT; e (B) outro que considera o desembolso do BNDES conforme a projeção atual de demanda por operações de crédito e destaca o quanto ainda seria possível liquidar antecipadamente de passivos do BNDES junto ao TN, além da devolução integral do saldo do PIS-Pasep e amortização extraordinária de parcela do passivo junto FAT.

Destaca-se na tabela que, para o período de 2017/2018, há a expectativa de saídas extraordinárias de até R\$ 19 bilhões para atender despesas do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e até R\$ 36 bilhões de pagamentos ao PIS/PASEP para lidar com os termos da Medida Provisória nº 813/2017, de 26/12/2017.

A expectativa de saídas extraordinárias para atender às diversas demandas governamentais é, portanto, a soma da solicitação de R\$ 180 bilhões da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) em 2017 e 2018, além dos valores acima. Logo, significa montante que pode superar R\$ 235 bilhões.

Fluxo de Recursos - R\$ Milhões			
Emissão: 10/1/2018	2017	2018 [A]	2018 [B]
1) Saldo Inicial	117.526	170.062	170.062
2) Entrada de Recursos	224.943	167.172	167.172
. Retorno	173.168	122.286	122.286
. Frustrações de Retorno		13.385	13.385
. Equalização de Juros	9.210	5.962	5.962
. FAT	16.326	17.673	17.673
. Recursos Vinculados	2.389	2.978	2.978
. Captações ¹	5.172	7.914	7.914
. Carteira de Renda Variável	7.996	10.359	10.359
. Outras Entradas (inclui receitas financeiras)	10.684	0	0
3) Saídas de Recursos	188.484	304.355	256.750
. Saídas Financeiras	102.029	200.122	152.516
. Saídas Extraordinárias Tesouro Nacional	50.000	130.000	82.395
. Amortização Extraordinária FAT	0	18.621	18.621
. Devolução ao PIS-Pasep	9.134	14.466	14.466
. Desembolsos	70.751	94.059	94.059
. Despesas Tributárias	9.939	4.224	4.224
. Despesas de Pessoal e Administrativas	1.960	2.723	2.723
. Dividendos	3.805	3.228	3.228
4) Entradas - Saídas de Recursos [2-3]	36.459	-137.183	-89.578
(+) Valorização da Carteira de TPF	16.077	0	0
5) Saldo Final	170.062	32.879	80.484
6) Carteira Requerida	58.778	42.777	42.777
. REDE	38.501	23.263	23.263
. Ajuste de Risco de Mercado	20.277	19.515	19.515
7) Saídas Contingentes		29.820	29.820
. Devolução Adicional ao PIS-Pasep		13.070	13.070
. Compromisso Fundo Brasil-China ²		16.750	16.750
8) Recursos de Terceiros ³	9.010	7.887	7.887
9) Folga Projetada	102.275	-47.605	0

¹ Captações de mercado interno e externo e captações externas juntos a instituições multilaterais.

² Contrapartida do Brasil aos investimentos realizados no âmbito do Fundo Brasil-China de Cooperação.

³ Fundo Amazônia, FAT - Depósitos Especiais, FMM, FNMC, Fundo PIS-PASEP, FSA e FT.

O Cenário A, que prevê o atendimento integral das demandas governamentais, além da liquidação antecipada de R\$ 130 bilhões de passivos junto ao TN resulta em uma insuficiência de caixa de R\$ 47,6 bilhões, o que significa que o BNDES não conseguiria atender integralmente a demanda por desembolsos, que estariam, então, limitados a R\$ 46,5 bilhões. Por sua vez, no Cenário B, que tem como premissa o atendimento integral da demanda por desembolsos, a insuficiência de caixa é contornada

Descreve-se a seguir, em detalhe, as linhas do Fluxo de Caixa apresentado na tabela:

1. O Saldo Inicial reflete a posição da Tesouraria do BNDES no início do período analisado e contempla a carteira de Títulos Públicos Federais somada às aplicações em operações compromissadas, ao saldo disponível em caixa¹ e ao saldo dos fundos GAIA, GAIA II² e Juno.

Vale destacar que parte dos recursos de Tesouraria, os quais são explicitados na rubrica Recursos de Terceiros, não são de livre aplicação do BNDES por se tratarem de recursos do patrimônio de fundos dos quais o BNDES é somente o agente aplicador, quais sejam: Fundo Amazônia, FAT - Depósitos Especiais, Fundo da Marinha Mercante (FMM), Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (FNMC), Fundo PIS-PASEP, Fundo Setorial do Audiovisual (FSA), Fundo de Terras e da Reforma Agrária (FT). Cada fundo tem legislação própria que define a destinação e as condições específicas de aplicação dos respectivos recursos³.

2. A linha Retorno reflete os recursos recebidos e esperados em decorrência do pagamento do serviço da dívida das operações de crédito realizadas pelo BNDES, extraído do sistema de projeção de contratos de crédito, descontado das Frustrações de Retorno projetadas que consolidam: i. o montante de recebimentos previstos decorrentes de créditos incertos, ou seja, subcontratos selecionados pela Área de Crédito dentre as maiores Provisões Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) de maneira a refletir os maiores riscos presentes na carteira ativa do BNDES⁴, excluindo os subcontratos com fianças bancárias e/ou da União e/ou outras situações específicas; e ii. o montante correspondente aos recebimentos previstos decorrentes dos contratos com Entes Públicos enquadráveis na renegociação de dívidas aprovada pelo Congresso Nacional⁵;

3. A rubrica Equalização de Juros espelha o montante de recursos recebidos e esperados em decorrência do pagamento, pelo Tesouro Nacional, de equalização de encargos sobre operações de crédito e repasses realizados pelo BNDES no âmbito dos programas previamente autorizados pelo Ministério da Fazenda.

4. Na linha FAT são consolidados os recebimentos observados e esperados tanto de recursos ordinários do FAT, previstos no Art. 239 da Constituição Federal, quanto dos depósitos especiais, decorrentes de disponibilidades financeiras do FAT.

5. A rubrica Recursos Vinculados explicita os recursos recebidos e esperados com destinação específica, sendo o FMM o mais relevante, e com efeito nulo sobre as disponibilidades uma vez que os recursos são recebidos pelo BNDES à medida que os desembolsos são efetuados.

6. As Captações correspondem ao montante de recursos recebidos e esperados decorrentes de captações no mercado doméstico utilizando os diferentes instrumentos financeiros disponíveis tais como Letras de Crédito do Agronegócio (LCA), debêntures, Letras Financeiras etc., somadas ao montante de recursos recebidos e esperados decorrentes de captações no mercado internacional realizadas tanto por meio de emissão de títulos, quanto de contratação de empréstimos junto a instituições multilaterais, agências financeiras oficiais internacionais e instituições financeiras privadas.

Uma consideração importante sobre as captações de mercado, interno ou externo, é que, em geral, elas ocorrem com custo financeiro superior às fontes institucionais acessadas pelo BNDES. Por repetidas vezes as Leis de Diretrizes Orçamentárias, como a Lei 13.242/2015 (LDO 2016), trazem capítulos referentes à Política de Aplicação dos Recursos das Agências Financeiras Oficiais de Fomento:

"Art. 112. Os encargos dos empréstimos e financiamentos concedidos pelas agências não poderão ser inferiores aos respectivos custos de captação e de administração, ressalvado o previsto na Lei no 7.827, de 27 de setembro de 1989."

Ou seja, o BNDES e outras agências não podem captar em mercado e repassar por taxa usualmente utilizada em operações de crédito com origem em fontes públicas.

A implicação desse dispositivo vai além da impossibilidade de fazer novas captações para financiar novas operações repassando custo inferior ao da captação, é importante destacar que também está vedado ao BNDES captar em mercado para liquidar antecipadamente passivos de origem institucional, logo lastro de ativos de crédito em condições preestabelecidas, como os recursos captados junto ao Tesouro Nacional.

Isso ocorre, pois ao longo do tempo o BNDES constituiu uma carteira de crédito com rentabilidade compatível com as fontes institucionais e uma liquidação antecipada ao Tesouro Nacional não mudaria o quanto o BNDES recebe nos contratos de seus clientes e como não haveria fonte em mercado com custo compatível, o BNDES estaria em desacordo com o referido artigo da LDO, além de poder ser acusado de prática de gestão temerária.

Além disso, o Acórdão 3297-2015 (Processo TC nº 021.643/2014-8 – TCU) ao tratar das operações conhecidas posteriormente como Pedaladas Fiscais, registrou que:

"(...) a União optou por se endividar junto ao banco estatal, que acabou tendo que se valer do seu próprio patrimônio para suportar o ônus dos financiamentos subsidiados."

Portanto, o BNDES também estaria impedido de assumir passivos mais caros do que os com o Tesouro Nacional ou outra fonte pública, sob o risco de responsabilização de dirigentes do BNDES e de autoridades federais.

8. A linha Carteira de Renda Variável soma os recebimentos observados e esperados decorrentes de dividendos e juros sobre o capital da carteira da BNDESPAR e do BNDES, bem como resgates de fundos e debêntures e alienações de ações. São informações prestadas mensalmente pela Área de Acompanhamento de Mercado de Capitais (AAMC) e pela Área de Investimentos de Mercado de Capitais (AIMC), unidades responsáveis pela gestão da carteira de renda variável. O valor esperado de monetização de ativos reflete sempre a avaliação mais recente de esforço de venda dentro de cenários de preços minimamente aceitáveis e da contínua preocupação de que a ação da BNDESPAR seja promotora do desenvolvimento do mercado, não motivo para movimentos prejudiciais ao conjunto de investidores.

9. As Saídas Financeiras refletem os pagamentos observados e esperados do serviço da dívida do BNDES, tanto decorrentes de captações internas quanto externas. Os valores são extraídos dos sistemas de controles financeiros. Nessa rubrica está considerada a devolução de recursos pelo BNDES ao PIS-Pasep para honrar os compromissos decorrentes da Medida Provisória nº 813/2017, de 26/12/2017, no montante previsto pelo Ministério do Planejamento, atualmente R\$ 14 bilhões⁶.

10. A linha Desembolsos corresponde aos desembolsos realizados e previstos do Sistema BNDES e consolida informações de produtos não automáticos e automáticos. As previsões de desembolsos do primeiro grupo, de produtos não automáticos, consolidam as previsões de cada área operacional do BNDES, capturadas no sistema de registro de operações (OPE), para os projetos em carteira e para o pipeline de projetos que tendem a ser financiados pelo Banco, avaliando-se o grau de maturidade de cada projeto. Já no grupo de operações automáticas, a previsão de desembolso se utiliza de modelos econométricos e de formação de carteira que consideram: variáveis econômicas, variáveis de política operacional e do histórico de operações realizadas nos produtos e linhas. As informações são apuradas mensalmente pela Área de Planejamento e Pesquisa (APP).

11. Os itens Despesas Tributárias e Despesas de Pessoal e Administrativas representam a soma de todas as demais saídas de caixa observadas e/ou previstas, sendo o segundo, a consolidação das projeções de despesas informadas mensalmente pela Área de Administração e Recursos Humanos (AARH) e pela Área de Desestatização (AD).

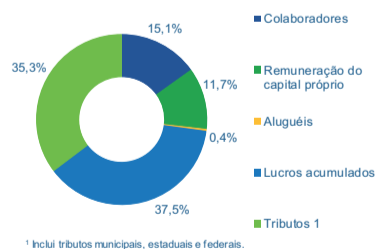
12. Dividendos significa o valor pago ou previsto de remuneração ao acionista nos termos da Política de Dividendos ora vigentes.

13. A Valorização da Carteira de TPF apura o crescimento da carteira de títulos públicos decorrente da valorização dos títulos, isto é, excluídas as variações decorrentes de compras ou vendas de títulos. Finalmente, a Folha Projetada é igual ao montante estimado do Saldo Final subtraído do montante da Carteira Requerida e dos Recursos de Terceiros.

Nos termos da Política Financeira vigente, a Carteira de Tesouraria Mínima Requerida (Carteira Requerida) do BNDES tem o objetivo de assegurar a liquidez necessária para honrar compromissos assumidos e administrar a exposição das aplicações do caixa aos riscos de mercado e crédito⁷. A Carteira Requerida é igual à Reserva de Estabilização de Desembolsos (REDE), somada ao ajuste de Risco de Mercado (ARM), que por sua vez é igual à soma dos seguintes componentes: Ajuste a Valor de Mercado (AVM) da Carteira de Títulos Públicos Federais (TPF); Ajuste de Hedge⁸; e Prêmio de Liquidez⁹. A REDE tem como objetivo evitar variações significativas nos montantes disponíveis para desembolsos¹⁰ ou mesmo interrupções e seu montante mínimo deverá ser a igual a três vezes o valor do desembolso médio mensal somado à saída máxima mensal do horizonte de 12 meses subtraído da entrada mínima mensal do horizonte de 12 meses¹¹. Por sua vez, os componentes do ARM estão relacionados ao quanto se pode contar para fazer frente às obrigações do Sistema BNDES, seja por potenciais perdas de valor de mercado de ativos, chamadas de margem de derivativos de bolsa ou prêmio de liquidez em um cenário de necessidade de monetização rápida de ativos.

Em complemento à Carteira de Tesouraria, na rubrica Saídas Contingentes são previstos os impactos decorrentes das saídas de recursos extraordinárias esperadas: i. Devolução Adicional ao PIS-Pasep que explicita a expectativa de devolução pelo BNDES do total do saldo de recursos do PIS-Pasep para honrar os compromissos decorrentes da Medida Provisória nº 813/2017, de 26/12/2017; e ii. Compromisso Fundo Brasil-China representa reserva de recursos para atender o objetivo do Governo Federal de viabilizar o referido fundo. O valor é a contrapartida potencial do BNDES ao aporte de USD 20 bilhões por parte de *China Latin America Investment Fund* - CLAIFUND.

5.7. Geração e Distribuição de Valor



¹ Inclui tributos municipais, estaduais e federais.

Importante indicador de avaliação do papel social, a demonstração do valor adicionado (DVA) apresenta, segundo uma visão global de desempenho, o valor da riqueza gerada pela companhia, a sua distribuição entre os elementos que contribuíram para a geração dessa riqueza, tais como empregados, financiadores, acionistas, governo e outros, bem como a parcela da riqueza não distribuída.

A riqueza gerada e distribuída pelo BNDES em 2017 foi de R\$ 12,558 bilhões, superior aos R\$ 12,040 bilhões gerados e distribuídos em 2016 devido à redução nas despesas com perdas em investimentos e com provisão para risco de crédito.

Do total distribuído pelo BNDES em 2017, 46,8% foram destinados à União, dos quais, 11,7% na forma de remuneração do capital próprio (dividendos obrigatórios sobre o lucro de 2017) e 35,1% na forma de tributos federais.

¹ Desde a entrada do BNDES no Sistema Brasileiro de Pagamentos (SPB) esse valor se tornou irrisório.

² Os recursos do Fundo Amazônia estão depositados nos fundos GAIA e GAIA II, do Banco do Brasil, para remunerar e manter a atualização monetária das parcelas doadas e efetivamente ingressadas no país.

³ Decreto nº 6.527, de 1/8/2017, Lei nº 8.352, de 28/12/1991, Lei nº 10.893, de 13/7/2004, Lei nº 12.114, de 9/12/2009, Lei Complementar nº 26, de 11/9/1975 e Decreto nº 4.751, de 17/6/2003, Lei nº 11.437, de 28/12/2006, Lei Complementar nº 93, de 4/2/1998 e Decreto nº 4.892, de 25/11/2003.

⁴ A seleção atual considera a posição de janeiro e fevereiro de 2017.

⁵ Lei Complementar nº 156, de 28/12/2016, disciplinada pela Resolução do Senado Federal nº 10, de 21/06/2017.

⁶ <http://www.planejamento.gov.br/noticias/mp-que-amplia-saque-do-pis-pasep-para-pessoas-a-partir-de-60-anos-e-publicada>

⁷ Res. nº 3.107/2017-BNDES, Art. 23.

⁸ O Ajuste de Hedge é a reserva prudencial necessária para fazer frente a eventuais chamadas de margem de derivativos cambiais e de juros.

⁹ O Prêmio de Liquidez corresponde a 5% do montante da Carteira de Tesouraria (descontado o AVM dos Títulos Públicos Federais) e busca compensar um eventual deságio no preço em caso de necessidade de rápida monetização desses ativos, supondo restrita a opção de monetização por meio de operações compromissadas.

¹⁰ Res. nº 3.107/2017-BNDES, Art. 19.

¹¹ REDE = N*(D+E+S), onde N é o número de meses de cobertura, D é o desembolso médio mensal, E é a entrada mensal mínima de recursos no horizonte de 12 meses e S é a saída máxima mensal de recursos no horizonte de 12 meses, conforme Res. 2.231/2012-BNDES.

6. REMUNERAÇÃO AO TESOURO NACIONAL

De acordo com a Política de Dividendos do BNDES aprovada em 2017, o pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio ao Tesouro Nacional é limitado a 60% do lucro líquido ajustado, já contemplados os dividendos mínimos obrigatórios de 25%, previstos pela Lei Societária, o que, por consequência, limita o pagamento de dividendos complementares a 35% do lucro. A política determina ainda que o pagamento de dividendos complementares está condicionado a projeções internas que atestem que o pagamento não comprometerá o cumprimento dos limites prudenciais aos quais o Banco está sujeito, o que traz maior segurança ao seu funcionamento.



¹ Lucro líquido deduzido da reserva legal equivalente a 5% do lucro líquido.
² Inclui dividendos e juros sobre capital próprio obrigatórios e complementares.

Durante o exercício de 2017 foram pagos R\$ 2,125 bilhões a título de dividendos e juros sobre capital próprio relativos ao lucro de 2016, atingindo, então, o limite de 60% previsto na Política de Dividendos.

Em relação ao lucro de 2017, foram provisionados os juros sobre capital próprio obrigatórios, equivalentes a 25% do lucro líquido passível de distribuição, no total de R\$ 1,469 bilhão.

7. GERENCIAMENTO DE RISCOS

No âmbito das atividades de apoio ao aprimoramento do gerenciamento de riscos do Sistema BNDES em 2017, destacaram-se:

7.1. Gestão Integrada

- Elaboração da Declaração de Apetite ao Risco do Sistema BNDES;
- Elaboração da Política de Monitoramento de Riscos Integrados (PMRI) com a definição dos limites integrados de riscos; e
- Desenvolvimento do Programa de Testes de Estresse individuais e integrados do Sistema BNDES.

7.2. Compliance

- Diagnóstico de práticas de conformidade, que irão integrar o Programa de Conformidade;
- Aprovação da norma de apuração interna;
- Implementação de *checklist de compliance* prévio à aprovação de operações de apoio financeiro;
- Aprimoramento do Programa Agentes de Conformidade;
- Implementação de iniciativas para ampliar a disseminação da cultura de *compliance*, com destaque para a produção e divulgação do Guia de Conduta e Integridade;
- Obtenção do nível 1 de governança como resultado da avaliação da SEST sobre a conformidade das estatais à Lei 13.303/16, denominado IG-SEST 2017;
- Desenvolvimento de metodologia de diligência de integridade de clientes;
- Aprimoramento das medidas de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e de Combate ao Financiamento do Terrorismo (PLD/CFT); e
- Fortalecimento da cultura de *compliance*, com destaque para a realização de Seminário de PLD/CFT para bancos de desenvolvimento com a participação de instituições internacionais, produção e divulgação do Guia de PLD/CFT e promoção de treinamento sobre o tema para todos os empregados.

7.3. Processos

- Mapeamento dos macroprocessos da cadeia de valor do BNDES a fim de identificar, de forma inequívoca para cada processo, responsabilidades e inter-relação entre processos, bem como normas, unidades organizacionais, sistemas de apoio, riscos e controles associados. Com previsão de conclusão em fevereiro de 2018, o escopo contempla 24 macroprocessos, sendo 22 concluídos e dois em andamento. Os processos estão armazenados em uma base de dados e disponibilizados para todos os empregados da instituição; e
- Projetos de melhoria em processos da instituição, com foco na eficiência, redução de riscos e simplificação das atividades.

7.4. Segurança da Informação

- Elaboração e aprovação do Plano Estratégico de Segurança da Informação (2017-2018);
- Aprovação e divulgação da nova versão da Política Corporativa de Segurança da Informação;
- Automação de rotinas para tratamento de incidentes, identificação de casos suspeitos e notificação;
- Evolução do sistema piloto para monitoração de eventos de Segurança da Informação;
- Novo processo para revisão de acessos por gestores na mudança de lotação implantado para todo Banco;
- Campanhas de conscientização sobre segurança da informação;
- Avaliação sobre a suscetibilidade a risco de fraude cibernética por *phishing* via e-mail;
- Autoavaliação sobre controles de segurança do programa de proteção da rede SWIFT; e
- Análises de riscos de segurança da informação em processos de negócio.

7.5. Risco Operacional e Controles Internos

- Realização do ciclo de identificação e avaliação dos principais riscos operacionais e controles internos, envolvendo todo o Banco;
- Início da aplicação da metodologia de identificação e avaliação de riscos de fraude em processos específicos;
- Implementação de abordagem para avaliar a aderência do Sistema de Controle Interno aos requisitos do COSO 2013;
- Desenvolvimento de ações para aperfeiçoamento dos critérios da Análise de Impacto nos Negócios, que determina a priorização de processos no âmbito do Sistema de Gestão de Continuidade de Negócios;
- Elaboração de novas estratégias para mitigação de riscos associados à interrupção de processos críticos para continuidade de negócios;
- Divulgação dos processos judiciais para avaliação de possíveis medidas de mitigação por parte das unidades com atividades relacionadas a tais processos;
- Aplicação do piloto do framework de apetite a risco operacional e proposição de limites para 2018;
- Avaliação da aplicação da Ficha de Avaliação de Riscos Operacionais (FARO) e proposição de abordagem para identificação dos riscos de fronteira entre o Risco Operacional e o Risco de Crédito;
- Aprimoramento da comunicação sobre riscos operacionais e controles internos: implementação de Informes Trimestrais para colegiados e Informes Semestrais por Área; e
- Desenvolvimento de metodologia para a identificação, avaliação e tratamento do risco reputacional.

7.6. Riscos de Mercado e de Liquidez

- Implantação do Teste de Estresse *Bottom-Up* (TEBU);
- Implantação de limites de giro financeiro para as carteiras trading e banking;
- Criação e aprimoramento de rotinas de validação interna para fins de verificação do cálculo de apreçamento dos instrumentos financeiros;
- Elaboração de estudo de impacto da nova RBAN (Risco de Taxa de Juros da Carteira Bancária);
- Implementação de base de dados única com resultados das métricas de risco;
- Elaboração de metodologia de apreçamento de operações indexadas à TLP;
- Elaboração dos programas de *backtest* e de teste de estresse de risco de mercado;
- Elaboração do manual de metodologias de risco de mercado e liquidez; e
- Revisão dos limites gerenciais de risco de mercado.

7.7. Risco de Crédito

- Desenvolvimento de metodologia para estimação de provisionamento de acordo com cenários macroeconômicos, para uso no Teste de Estresse *Bottom-Up* do BACEN;
- Aprimoramento das metodologias e inclusão de autoavaliação de capital econômico no relatório ICAAP;
- Aprimoramento contínuo da série histórica usada para as estimativas dos parâmetros de risco estatísticos;
- Consolidação de metodologias de estimação de parâmetros de risco, como matrizes de transição de ratings e de correlações de ativos;
- Desenvolvimento de metodologias adicional de capital econômico referente a risco de concentração individual;
- Aprimoramento da estimação do custo de recuperação para uso em estimativas de Perdas Dado o Descumprimento (LGDs);
- Estabelecimento de metodologia para acompanhamento das maiores exposições da carteira, visando antecipar possíveis problemas de risco de concentração;
- Aprimoramentos realizados na geração de informações para o Sistema de Informações de Crédito (SCR) do BACEN; e
- Implementação e monitoramento de limites por Unidade Operacional definidos no âmbito da estrutura de apetite a risco da Instituição, sob a ótica do capital regulatório e aprimoramento da metodologia.

7.8. Gestão de Riscos em Números

Em 31/12/17, o BNDES apresentou valores confortáveis para os requerimentos mínimos de capital exigidos pelo Banco Central do Brasil: o Índice de Basileia ficou em 27,51%, enquanto os Índices de Capital Principal e de Capital de Nível I, em 18,34%, acima dos valores mínimos exigidos pelo regulador.

Recursos próprios e Basileia	R\$ milhões, exceto percentuais				
	Basileia III				
	2013	2014	2015	2016	2017
Patrimônio de Referência - PR	108.669	97.851	94.997	135.620	146.368
= Capital Nível 1 (N1)	72.446	65.234	63.331	90.413	97.579
(+) Capital Principal (CP)	60.418	65.234	63.331	90.413	97.579
(+) Capital Complementar (CC)	12.028	-	-	-	-
(+) Capital Nível 2	36.223	32.617	31.666	45.207	48.789
Ativos Ponderados pelo Risco (RWA)	580.237	615.706	644.322	624.849	523.011
= Risco de Crédito (RWA _{CPAD})	545.944	575.861	601.621	534.199	478.161
(+) Risco de Mercado (RWA _{MPAD})	23.257	28.055	16.981	58.312	14.465
(+) Risco Operacional (RWA _{OPAD})	11.036	11.790	25.730	32.339	35.385
Risco de Juros da Carteira Bancária (Rban)	2.278	2.383	3.568	3.450	4.141
Índice de Basileia / Índice de PR (PR/RWA)	18,73%	15,89%	14,74%	21,70%	27,51%
Índice de Capital Principal (CP/RWA)	10,41%	10,59%	9,83%	14,47%	18,34%
Índice de Capital Nível 1 (N1/RWA)	12,49%	10,59%	9,83%	14,47%	18,34%

O aumento do Índice de Basileia é explicado pela queda dos Ativos Ponderados pelo Risco (RWA) de R\$ 92.839 milhões (14,9%) e pelo aumento do Patrimônio de Referência (PR) de R\$ 10.748 milhões (7,9%), quando comparado a dezembro de 2016.

Informações adicionais são divulgadas no Relatório de Gestão de Riscos, disponível na página de Relações com Investidores do BNDES.

8. GESTÃO DA ÉTICA

A gestão da ética no BNDES é conduzida pela Comissão de Ética do Sistema BNDES (CET/BNDES) e por sua Secretaria-Executiva (SECE/BNDES).

O Código de Ética do Sistema BNDES e o Regimento Interno da CET/BNDES, além de outros normativos internos e externos, orientam a gestão da ética por meio de ações de natureza educativa e preventiva, da atualização e aperfeiçoamento de normas e da apuração e aplicação das providências cabíveis nos casos de infrações éticas.

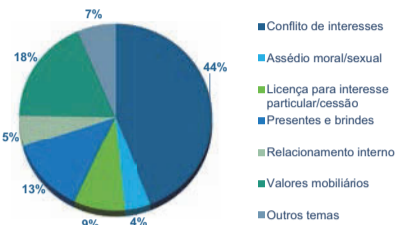
Dentre as atividades conduzidas pela Comissão de Ética em 2017, destacamos o início dos trabalhos na coordenação do Fórum Nacional de Gestão da Ética nas Empresas Estatais, cujo mandato 2017-2019 foi assumido conjuntamente pelo BNDES e pela BR Distribuidora. A assunção de tal posição de relevo no Sistema da Gestão da Ética do Poder Executivo Federal fez parte do planejamento estratégico da CET/BNDES para que os temas que são relevantes e fazem parte da realidade da Instituição fossem inseridos na agenda das discussões perante a Comissão de Ética Pública da Presidência da República (CEP), fortalecendo a gestão da ética no BNDES e a segurança na atuação da CET/BNDES.

Merece destaque, ainda, a colaboração da CET/BNDES para a elaboração do Guia de Conduta e Integridade do BNDES, lançado pela unidade de *compliance* no 2º semestre de 2017, consolidando as principais regras e diretrizes a serem consideradas para uma tomada de decisão alinhada com os preceitos éticos que regem o BNDES.

A CET/BNDES se empenhou em 2017 em aprimorar as ações educativas, valendo observar que tais atividades preventivas ganham cada vez mais destaque, pois uma de suas missões primordiais consiste justamente em prevenir a ocorrência de desvios éticos. São apontados, a seguir, alguns exemplos de iniciativas realizadas em 2017: (i) divulgação de campanhas de comunicação contínuas sobre diversos temas; (ii) realização de cursos; e (iii) organização de debates, painéis e palestras.

Em 2017, a CET/BNDES procedeu à abertura de 93 Procedimentos Preliminares, assim distribuídos:

Perfil dos Procedimentos Preliminares

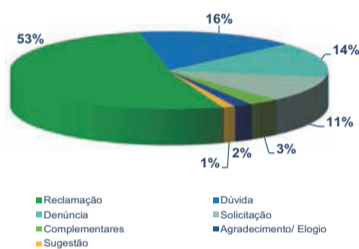


9. OUVIDORIA

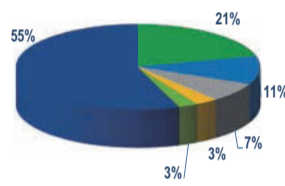
A Ouvidoria proporciona ao público do BNDES, e à sociedade em geral, um canal de comunicação ativo junto à Administração do Banco. Visando auxiliar a melhoria das práticas da Instituição, a Ouvidoria analisa de forma quantitativa e qualitativa as manifestações que acolhe, provendo a mediação entre as partes e com vistas a sugerir medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos, rotinas, normas e da atuação das empresas do Sistema BNDES.

Em 2017, a Ouvidoria recebeu e deu tratamento, em estreita colaboração com as diversas áreas do Banco, a 1.440 manifestações, um aumento de 4,7% em relação a 2016.

Tipo de Manifestação



Região



Personalidade Jurídica



10. BNDES TRANSPARENTE

Na manutenção do seu firme compromisso com a transparência de sua atuação, o BNDES busca estreitar seu relacionamento com seus diversos públicos através das seguintes iniciativas:

10.1. Canais de Atendimento

Central de Atendimento

Atendimento ao público externo quanto aos assuntos relacionados aos produtos, serviços e demais questões sobre as atividades do Sistema BNDES pelos canais: 0800 702-6337, correspondência e formulário eletrônico disponível em www.bndes.gov.br/faleconosco.

Em 2017 foram realizados cerca de 324.400 atendimentos, sendo 87% por meio telefônico. Em pesquisa de satisfação realizada pós-atendimento, 95% dos respondentes consideraram o atendimento EXCELENTE ou BOM. Esses números evidenciam a preferência do público externo pelo meio telefônico e sua satisfação com o serviço prestado.

A Central também realizou cerca de 15.000 contatos ativos, apoiando processos de credenciamento, ativação de produtos e captura de pedidos no Cartão BNDES. Os contatos ativos também são utilizados para campanhas de fomento, como a realizada para novos fornecedores da indústria têxtil para o Cartão BNDES e no apoio a pesquisas de clientes, com destaque à pesquisa realizada para o Planejamento Estratégico do BNDES.

Atendimento Presencial

Canal de diálogo direto com clientes e público em geral, que presta orientação empresarial nos escritórios de Belém, Brasília, Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Em 2017 foram realizados 916 atendimentos presenciais.

Desse total, 38% dos atendimentos foram realizados no escritório do Rio de Janeiro, com a maioria do público identificado como micro, pequenas e médias empresas, microempreendedores individuais e pessoas físicas. Dentre as linhas de financiamento recomendadas, destacam-se o Cartão BNDES, o BNDES Giro e o BNDES Microcrédito, além do BNDES Automático e do BNDES Finame. Em pesquisa de satisfação realizada no pós-atendimento, 98% dos respondentes consideraram o atendimento presencial um importante canal no esclarecimento de dúvidas. O serviço prestado pela equipe responsável pelo atendimento também foi bem avaliado na pesquisa, com um índice de satisfação acima de 99%.

Ainda em 2017, o BNDES participou com estande próprio em 16 feiras de negócios, prestando 4.842 atendimentos ao público visitante. Destaque para a Feira do Empreendedor realizada na cidade de São Paulo, que atraiu 2.704 visitantes para as palestras realizadas pela equipe técnica do Banco.

Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)

Responsável pelo tratamento dos pedidos recebidos no âmbito da Lei de Acesso à Informação (Lei 12.527/2011), o SIC (www.bndes.gov.br/sic) oferece atendimento presencial, no escritório do Rio de Janeiro (Avenida República do Chile, 100, Centro), telefônico (0800-887-6000), por correspondência, via e-mail (sic@bndes.gov.br) ou através do Sistema e-SIC, da Controladoria Geral da União (CGU) no website www.acessoinformacao.gov.br/sistema/.

Em 2017, o SIC do BNDES recebeu 673 pedidos de informação, todos respondidos dentro dos prazos legais. Desses pedidos, apenas 3,7% foram reapresentados como recursos em 1ª instância.

Sítio de Relações com Investidores

O BNDES disponibiliza ao público interessado o site <http://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/relacoes-com-investidores/>, onde são divulgadas informações financeiras, gerenciais, de risco, rating, entre outras, do Sistema BNDES, e o e-mail ri@bndes.gov.br para encaminhamento de dúvidas/sugestões sobre esses temas.

Também mantém um cadastro dos interessados em receber, por e-mail, informações financeiras do Sistema BNDES como demonstrações financeiras, informes econômico-financeiros, apresentações institucionais, entre outras. Ao final de 2017, o cadastro contava com 1.140 inscritos.

10.2. Palestras Institucionais

O BNDES recebe a visita de delegações e de grupos de estudantes de instituições de ensino, nacionais e estrangeiras, para a realização de palestras sobre a economia brasileira e sobre atuação do BNDES, o que evidencia a relevância do Banco como um dos principais atores no desenvolvimento nacional. Em 2017 foram realizadas 21 apresentações institucionais para um público de 445 visitantes.

10.3. Palestras “O BNDES Mais Perto de Você”

Realização de eventos em parceria com postos de informações e também com outras instituições, cujo objetivo é a divulgação das formas de financiamento do BNDES oferecidas ao segmento de micro, pequenas e médias empresas. O projeto teve início em 2005 e, desde então, mais de 34 mil pessoas já assistiram às palestras realizadas em dezenas de cidades de todas as regiões do País.

Em 2017 foram realizadas 17 palestras, distribuídas em nove Estados, atingindo um público de 2.116 presentes. Uma pesquisa voluntária de avaliação da palestra questionou a probabilidade de recomendação da palestra para outra pessoa e o resultado, numa escala de 0 a 10, alcançou a média de 8,82, com 64% das notas médias concentradas nas graduações 9 e 10, que pode ser considerado um público essencialmente promotor do evento e comprovado o êxito da iniciativa.

10.4. Sítio do BNDES e Presença nas Redes Sociais

Em 2017, o portal teve 5 milhões de visualizações de páginas contra 4,3 milhões no ano anterior, com um tempo médio de permanência 15% maior e uma taxa de rejeição 28% menor (31,9% de rejeição). Após o lançamento do novo site no final de 2016, vem sendo realizado um esforço contínuo de melhorias em conteúdo, forma e arquitetura da informação, de forma a aumentar a atração e retenção de usuários.

Boa parte do fluxo adicional de usuários em 2017 adveio de campanha publicitária institucional realizada no 4º trimestre: a *landing page* da campanha teve quase 1,1 milhão de visitas.

Em junho, o site passou a abrigar o Canal do Desenvolvedor MPME (www.bndes.gov.br/canalmpme), plataforma online voltada a MPMEs, por meio da qual podem identificar as linhas de crédito mais adequadas ao seu empreendimento, simular financiamentos, apontar os agentes financeiros intermediários de sua preferência e encaminhar online manifestação de interesse de crédito.

Ampliamos nossa presença digital com o início da atuação no *LinkedIn*, em junho, que chegou a mais de 20 mil seguidores até o fim de 2017. Sem perder de vista as demais redes sociais, continuamos trabalhando para aumentar a nossa audiência na web. Na *fan page* no *Facebook*, foram 70 mil curtidas, um aumento de 30% em relação ao ano anterior. A base de seguidores cresceu 33%, de 53 mil para 71 mil – com impulso da campanha publicitária institucional ocorrida em dezembro.

No *Twitter*, o número de seguidores deu um salto de 116 mil para 124 mil, um crescimento de 6,9%. Já no *YouTube*, alcançamos mais pessoas, com alta de 60% no número de inscritos no nosso canal e de 74% nos compartilhamentos de vídeos em comparação com 2016.

Investimos ainda mais em conteúdo audiovisual para engajar nosso público. Demos continuidade às transmissões ao vivo e divulgamos diferentes vídeos, desde entrevistas com nossos funcionários até peças publicitárias sobre a importância da nossa atuação para o desenvolvimento de projetos que transformam a vida dos brasileiros.

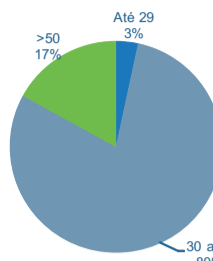
Também estabelecemos parcerias com outras entidades para produção e disseminação de conteúdo. Participamos, por exemplo, de conversas com perfis da administração pública em ações de comunicação do governo federal. Mas o maior destaque foi um vídeo feito em parceria com a Cresol, sistema de cooperativas de crédito rural e agente financeiro credenciado, sobre a plataforma BNDES On-line e seu impacto na concessão de crédito para produtores rurais na região sul. O vídeo foi publicado em agosto no *Facebook* e obteve a maior audiência do ano, com 14 mil visualizações.

11. GESTÃO DE PESSOAS

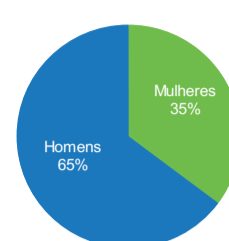
O BNDES encerrou o ano de 2017 com 2.693¹² empregados(as) e, devido às suas políticas de benefícios e de desenvolvimento de pessoal, continuou apresentando baixas taxas de rotatividade. Somente 3% dos(as) empregados(as) se desligaram no ano.

11.1. Perfil do Corpo Funcional

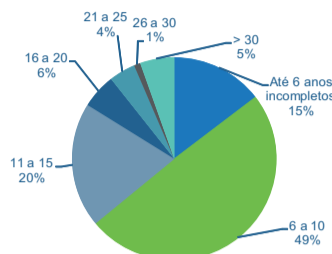
Faixa Etária (Em anos)



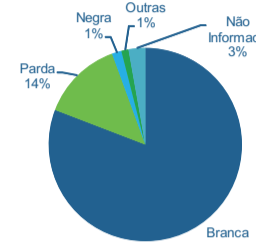
Gênero



Tempo de Serviço (Em anos)



Raça



11.2. Aprendizado e Conhecimento

Em 2017, o BNDES deu continuidade às ações de desenvolvimento pessoal e profissional dos empregados. Nesse período, tendo em vista a necessidade de promover o desenvolvimento de competências para atender as demandas da organização, o Banco investiu aproximadamente R\$ 11,3 milhões em treinamentos, programas de certificação e de idiomas, além de cursos de pós-graduação, totalizando 149.497 horas de treinamento, média de 54,7 horas de treinamento por empregado, com destaque para 57 novas participações de empregados em cursos de pós-graduação.

No âmbito dos treinamentos internos customizados, foram ofertadas 129 turmas presenciais referentes a 43 cursos diferentes. Ao todo, foram computadas nesse segmento 23.350 horas de treinamento, com 2.259 inscrições e uma média de 10,3 horas de treinamento por empregado. Destaca-se a ampliação dos treinamentos com instrutores internos e a oferta de novos cursos com metodologias alternativas de aprendizagem, como o curso Formação de Instrutores no Método do Caso e o curso Práticas de Gestão, ambos baseados em discussão de casos de Harvard.

O Programa de Desenvolvimento Gerencial (PDG) concluiu sua oitava turma, totalizando a participação de 276 gerentes. O curso, com duração de 100 horas, ofereceu uma abordagem prática, incluindo temas como cultura organizacional, sustentabilidade, gestão pública, ética, estratégia e gestão de pessoas.

Nesse período, o BNDES também deu início ao seu programa interno de ensino a distância, produzindo em caráter piloto seis cursos e 13 tutoriais em vídeo-aulas, todos com instrutores internos. Esse material foi hospedado numa plataforma de aprendizagem e disponibilizado para o corpo funcional a partir setembro de 2017. Até o final do ano foram computadas 3.401 participações nos treinamentos online ofertados.

11.3. Programa de Estágio e Programa Jovem Aprendiz

O Programa de Estágio do BNDES proporciona oportunidade de desenvolvimento e aperfeiçoamento profissional a estudantes de nível superior de variadas formações. A seleção dos estagiários é realizada por um agente de integração, parceiro na administração do Programa, que conta atualmente com 364 estagiários, que cumprem jornada de 4 horas diárias. O Programa oferece, além da bolsa-auxílio, auxílio-transporte, auxílio-refeição e assistência à saúde (médica e odontológica).

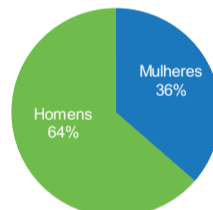
Além do Programa de Estágio, o BNDES também promove o Programa Jovem Aprendiz, que oferece formação técnico-profissional metódica aos adolescentes, visando sua inserção no mercado formal de trabalho e contribuindo, dessa forma, para a diminuição da principal causa do desemprego juvenil: a falta de experiência profissional. Os aprendizes devem ser maiores de 14 e menores de 18 anos e estar matriculados, no mínimo, no 9º ano do ensino fundamental.

Atualmente o Programa conta com 20 jovens aprendizes, distribuídos em diversos postos de trabalho, tais como Setor de Cópias, Gerência de Documentação, Biblioteca, Setor de Viagens, Centro de Estudos, dentre outros.

11.4. Valorização da Diversidade

O BNDES tem compromisso permanente com a eliminação de todas as formas de desigualdade e discriminação em seu ambiente de trabalho e nas instituições de sua cadeia de relacionamento.

Tal compromisso encontra-se em sua Missão, em sua Declaração de Valores, em seu Código de Ética e em sua Política de Equidade de Gênero e Valorização da Diversidade. Ser reconhecido como uma empresa inclusiva, capaz de compreender e atender às necessidades da sociedade constitui uma das principais diretrizes dessa Política.



A distribuição das funções gratificadas entre os empregados do Sistema BNDES está em linha com o perfil de gênero de seu quadro de colaboradores, evidenciando tratamento equânime na distribuição dessas funções.

Como ações específicas desenvolvidas ao longo de 2017, destacam-se:

- Promoção de campanha de conscientização sobre equidade de gênero durante o mês de março em menção ao Dia Internacional da Mulher incluindo divulgação de material informativo e de um *quiz* sobre direitos das mulheres nos canais institucionais internos (intranet e TV dos elevadores), exibição de vídeo da ONU Mulheres nos eventos realizados no Auditório Arino Ramos e programação do Espaço Cultural BNDES prestigiando artistas mulheres;
- Divulgação do “Guia de Orientações para uma Gestão Pautada em Equidade de Gênero – Foco no retorno da Licença Maternidade” direcionado a gestores (as) de empregadas em retorno de licença maternidade;
- Realização de reuniões com gestores (as) de empregadas em retorno de licença maternidade para sensibilizá-las (as) sobre ações a serem implementadas no âmbito da gestão em prol da construção de um ambiente corporativo pautado na equidade de gênero;
- Realização do primeiro Grupo de Gestantes do BNDES oferecendo oportunidade para troca de experiências, para reflexões a respeito de questões de trabalho relacionadas à maternidade e ainda buscando facilitar o planejamento pelas gestantes de seu retorno ao trabalho pós-licença;
- Elaboração de cartilha informativa sobre direitos e benefícios garantidos às gestantes do BNDES;
- Aquisição de livros com temáticas de equidade de gênero e raça e de valorização da diversidade, compondo setor específico em seu acervo;
- Adoção de linguagem inclusiva de gênero nos modelos de formulários de Recursos Humanos bem como na divulgação de processos de seleção interna.
- Distribuição aos(as) colaboradores(as) do CEDSERJ da cartilha informativa “Gênero e raça: questões para pensar” orientando sobre como cada um pode contribuir para a eliminação de desigualdades entre mulheres e homens e para a erradicação da discriminação racial.
- Realização de palestra de sensibilização, na semana do Dia da Consciência Negra, sobre o valor da diversidade racial e o combate ao preconceito e à discriminação, entre outros.
- Programação do Espaço Cultural BNDES prestigiando artistas negros(as) no mês do Dia da Consciência Negra.
- Campanha de sensibilização com depoimentos de empregados(as) com deficiência destacando as atitudes e comportamentos que podem contribuir para o aprimoramento contínuo do ambiente inclusivo no BNDES.
- Implantação de um Projeto Piloto de Teletrabalho Parcial, que permitirá adesões por 1 (um) ano, voltado para empregados(as) em retorno de licença maternidade e paternidade possibilitando-os(as) trabalharem à distância por 2 (dois) meses, 2 (duas) vezes na semana.

12. RATING

Agência de Rating	Emissão de longo prazo em moeda estrangeira		Emissão de longo prazo em moeda local	
	Rating escala global	Perspectiva	Rating escala global	Perspectiva
Moody's	Ba2	Negativa	Ba2	Negativa
S&P	BB-	Estável	BB-	Estável

13. CIRCULAR BACEN 3.068/2001

O BNDES declara ter capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos e valores mobiliários classificados como “Mantidos até o Vencimento” em 31/12/17, no montante de R\$ 8,878 bilhões, o equivalente a 5,6% da carteira líquida de títulos e valores mobiliários.

14. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

¹² Não foram computados (as) empregados (as) afastados (as), transitórios (as), cedidos (as) e mandatários (as).

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017**
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		232.714.601	188.695.385	267.690.850	232.602.908
DISPONIBILIDADES		447	2.777	490	22.436
APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ		108.937.125	51.300.856	112.548.040	54.748.832
Aplicações em moedas estrangeiras	4.1	396.026	11.414.864	623.610	11.882.566
Aplicações em operações compromissadas	4.1	108.541.099	39.885.992	111.924.430	42.866.266
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	50.010.091	54.839.860	47.717.592	56.404.627
Cotas de fundos de investimento	6.1 e 6.3	3.545.571	3.193.043	-	-
Títulos públicos	6.1	44.232.446	51.123.791	44.263.081	51.143.062
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	1.261.114	5	1.392.029	173.548
Ações	6.1 e 7.1	-	-	174.489	2.057.240
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.5.1	731.468	501.615	1.340.203	3.006.815
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.5.2	41.358	16.365	159.364	18.933
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.5.2	(414)	(164)	(596)	(176)
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.6	198.548	5.205	198.548	5.205
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.6	-	-	190.474	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	25.441.649	24.271.217	56.049.214	59.223.241
Créditos vinculados		-	49	-	49
Repasse interfinanceiros	5	25.511.903	24.322.625	56.270.865	59.432.632
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(70.254)	(51.457)	(221.651)	(209.440)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	43.895.884	54.005.368	45.527.854	55.970.341
Operações de crédito	5	45.600.312	55.916.012	47.249.779	57.901.649
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(1.704.428)	(1.910.651)	(1.721.925)	(1.931.308)
OUTROS CRÉDITOS	5.9	3.110.880	2.701.752	4.528.135	4.658.876
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	26.952	358.223
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	(7.717)	(66.960)
Direitos recebíveis	5.9	1.660	1.439	36.428	2.933
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(43)	(41)	(34.810)	(576)
Créditos tributários	15.2	1.992.540	1.408.406	2.978.072	2.513.159
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	15.3	4.718	4.829	243.375	653.571
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber		576.481	751.657	275.229	161.700
Devedores por depósito em garantia		103.907	97.019	115.453	117.821
Pagamentos a ressarcir		125.321	140.319	38.983	21.119
Diversos		306.296	298.124	856.170	897.886
OUTROS VALORES E BENS	9	1.318.525	1.573.555	1.319.525	1.574.555
Outros valores e bens		1.315.970	1.571.124	1.315.972	1.571.126
Despesas antecipadas		2.555	2.431	3.553	3.429
ATIVO NÃO CIRCULANTE		628.741.445	678.875.888	599.826.210	643.533.675
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		534.625.210	592.149.955	586.308.108	630.788.033
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	6	48.216.254	47.435.845	106.686.628	102.745.062
Ações	6.1 e 7.1	17.050.642	17.272.294	66.602.299	62.278.303
Debêntures disponíveis para venda	6.1 e 6.5.1	3.684.781	3.744.315	6.318.941	6.816.978
Debêntures mantidas até o vencimento	6.1 e 6.5.2	2.593.899	3.115.048	7.457.091	8.357.314
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Debêntures	6.1 e 6.5.2	(15.029)	(16.853)	(1.164.714)	(226.228)
Títulos públicos	6.1	24.581.924	23.016.187	24.581.924	23.016.187
Títulos de renda fixa no exterior	6.1	320.037	290.915	320.037	290.915
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.1 e 6.6	-	13.939	-	13.939
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.1 e 6.6	-	-	919.713	751.350
Cotas de fundos mútuos de investimento e de participações	6.4	-	-	1.651.337	1.446.304
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	5	215.503.919	249.738.824	183.734.827	206.179.058
Repasse interfinanceiros	5	216.096.593	250.268.292	184.656.111	207.065.147
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(592.674)	(529.468)	(921.284)	(886.089)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	5	250.667.645	276.947.703	262.725.185	289.544.368
Operações de crédito	5	260.400.791	286.745.808	272.587.602	299.466.693
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	5.6 e 5.7	(9.733.146)	(9.798.105)	(9.862.417)	(9.922.325)
OUTROS CRÉDITOS	15.2	20.237.392	18.027.583	33.161.468	32.319.545
Créditos tributários	15.2	9.132.701	7.374.822	17.867.975	16.307.565
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	1.078.635	977.642
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - venda a prazo de títulos e valores mobiliários	5.9	-	-	(308.841)	(187.485)
Direitos recebíveis	5.9	12.023	11.414	48.898	176.126
Provisão para crédito de liquidação duvidosa - Direitos recebíveis	5.9	(327)	(345)	(37.203)	(166.015)
Créditos perante o Tesouro Nacional	19.2.1	1.538.401	1.877.938	4.027.194	5.580.062
Direitos a receber - Sistema Eletrobrás	8.1	9.371.002	8.579.958	9.371.002	8.579.958
Incentivos fiscais		176.183	178.683	408.494	416.316
Devedores por depósitos em garantia		-	-	697.030	649.647
Diversos		7.409	5.113	8.284	5.729
INVESTIMENTOS	7	93.984.053	86.588.875	13.385.920	12.607.414
Participações em controladas e coligadas	7.2	93.841.907	86.446.729	13.243.774	12.465.268
Participações em outras empresas	7.3	100.000	100.000	100.000	100.000
Outros investimentos	7.4	42.146	42.146	42.146	42.146
IMOBILIZADO DE USO		108.783	110.052	108.783	111.222
INTANGÍVEL		23.399	27.006	23.399	27.006
TOTAL DO ATIVO		861.456.046	867.571.273	867.517.060	876.136.583

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

	Nota Explicativa	BNDES		CONSOLIDADO	
		2017	2016	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		44.548.206	52.340.427	35.615.157	47.285.566
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		1.466.165	1.590.027	1.466.165	1.590.027
Depósitos especiais - FAT	11.2	1.465.714	1.589.702	1.465.714	1.589.702
Diversos		451	325	451	325
CAPTAÇÕES NO MERCADO		16.834.041	8.964.283	5.296.589	-
Obrigações por operações compromissadas	12	16.834.041	8.964.283	5.296.589	-
RELAÇÕES INTERDEPENDÊNCIAS		279	3.215	279	3.215
Recursos em trânsito de terceiros		279	3.215	279	3.215
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	14	2.226.665	5.974.716	2.288.396	6.852.755
Debêntures	14.1	548.793	555.152	610.524	1.433.191
Letras de Crédito do Agronegócio	14.2	1.677.872	5.419.564	1.677.872	5.419.564
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	9.691.308	9.520.240	9.691.308	9.520.240
Empréstimos no país	10.1	421.288	423.619	421.288	423.619
Empréstimos no exterior	10.1	3.596.854	4.180.488	3.596.854	4.180.488
Empréstimos sindicalizados e outros		-	1.309.698	-	1.309.698
Bônus		3.596.854	2.870.790	3.596.854	2.870.790
Repasse no país		3.286.863	2.775.422	3.286.863	2.775.422
Tesouro Nacional	10.1 e 20.2	1.457.256	1.519.084	1.457.256	1.519.084
Fundo da Marinha Mercante	10.1	1.829.454	1.255.528	1.829.454	1.255.528
Outros		153	810	153	810
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	2.386.303	2.140.711	2.386.303	2.140.711
OUTRAS OBRIGAÇÕES		14.329.748	20.499.070	16.872.420	23.530.453
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	8.599.466	10.715.840	8.632.866	10.746.119
Fundo PIS/PASEP	13.1	1.735.548	4.391.980	1.735.548	4.391.980
Outros		6.863.918	6.323.860	6.897.318	6.354.139
Impostos e contribuições sobre o lucro	16.1	1.919.001	5.142.724	2.880.631	6.084.874
Outros impostos e contribuições		156.120	206.103	222.625	246.705
Provisões trabalhistas e cíveis	16	-	435	-	434
Passivo atuarial - FAPES	17	72.734	50.320	95.588	67.112
Vinculadas ao Tesouro Nacional	19.2	72	-	2.683	890
Impostos e contribuições diferidos	15.2	117.031	553.962	1.397.959	996.303
Passivo atuarial - FAMS	17	35.551	39.507	57.132	57.242
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	284.459	897.790	284.459	897.790
Instrumentos financeiros derivativos - renda variável	6.6	-	-	54.511	1.466.277
Obrigações por depósitos a apropriar	13.2	186.175	68.829	237.224	99.766
Diversas		1.490.576	1.305.541	1.535.168	1.348.922
DÍVIDAS SUBORDINADAS		-	5.788.876	-	5.788.876
FAT constitucional	11.1	-	5.788.876	-	5.788.876
Outras dívidas subordinadas		-	-	-	5.788.876
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		754.071.535	760.054.803	769.065.598	773.674.974
OBRIGAÇÕES POR DEPÓSITOS		9.982.281	11.492.155	9.982.281	11.492.155
Depósitos especiais - FAT	11.2	9.982.281	11.492.155	9.982.281	11.492.155
OBRIGAÇÕES POR EMISSÃO DE DEBÊNTURES E LETRAS DE CRÉDITO DO AGRONEGÓCIO	14	3.186.159	5.202.386	5.015.802	6.999.151
Debêntures	14.1	2.586.250	3.110.840	4.415.893	4.907.605
Letras de Crédito do Agronegócio	14.2	599.909	2.091.546	599.909	2.091.546
OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES	10	434.249.348	457.718.118	434.249.348	457.718.118
Empréstimos no país	10.1	3.651.651	4.045.613	3.651.651	4.045.613
Empréstimos no exterior	10.1	16.372.142	15.790.077	16.372.142	15.790.077
Bônus		16.372.142	15.790.077	16.372.142	15.790.077
Repasse no país		396.723.886	420.381.596	396.723.886	420.381.596
Tesouro Nacional	10.1 e 19.2	378.419.990	401.993.642	378.419.990	401.993.642
Fundo da Marinha Mercante	10.1	18.302.893	18.386.794	18.302.893	18.386.794
Outros		1.003	1.160	1.003	1.160
Repasse no exterior - Instituições multilaterais	10.1	17.501.669	17.500.832	17.501.669	17.500.832
OUTRAS OBRIGAÇÕES		31.741.096	35.530.496	44.905.516	47.353.902
Fundos financeiros e de desenvolvimento	13	26.120.827	30.755.929	26.120.827	30.755.929
Fundo PIS/PASEP	13.1	25.963.459	30.576.995	25.963.459	30.576.995
Outros		157.368	178.934	157.368	178.934
Passivo atuarial - FAPES	17	2.390.855	2.417.687	2.941.497	2.926.493
Provisões trabalhistas e cíveis	16	51.805	57.274	1.348.453	1.269.616
Instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6	395.340	70		

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota Explicativa	BNDES			CONSOLIDADO		
		2º semestre de 2017	2017	2016	2º semestre de 2017	2017	2016
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		29.239.159	61.416.971	60.225.223	31.239.667	65.569.020	65.274.937
Operações de crédito e repasses interfinanceiros							
Moeda nacional		18.827.176	38.799.998	44.251.279	18.058.159	36.785.949	39.996.075
Moeda estrangeira		750.516	2.604.950	(13.234.019)	906.171	2.934.626	(12.947.945)
Resultado com títulos e valores mobiliários		7.928.215	16.364.087	24.663.075	8.356.283	17.295.852	26.390.307
Rendas de operações vinculadas ao Tesouro Nacional		1.309.813	2.781.009	3.536.948	3.495.615	7.685.666	10.828.560
Rendas com administração de fundos e programas		423.439	866.927	1.007.940	423.439	866.927	1.007.940
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(25.469.838)	(55.968.569)	(47.399.052)	(26.540.604)	(57.301.672)	(48.584.784)
Captação no mercado - financiamentos e repasses							
Moeda nacional		(22.450.135)	(45.275.092)	(53.850.752)	(22.646.873)	(45.692.209)	(54.367.200)
Moeda estrangeira		(850.334)	(3.476.260)	12.457.729	(850.334)	(3.476.471)	12.316.844
Resultados com instrumentos financeiros derivativos - câmbio e taxa de juros	6.6.3	(1.102.626)	(1.235.320)	2.973.480	(1.102.626)	(1.235.320)	3.012.972
Despesas com operações vinculadas ao Tesouro Nacional		(2.321)	(4.095)	(4.542)	(5.599)	(9.076)	(5.507)
Resultado de provisão para risco de crédito	5.9	(1.061.914)	(5.788.712)	(8.581.846)	(1.932.503)	(6.701.911)	(9.156.177)
Reversão (constituição) de provisão		1.237.114	(6.203.843)	(8.838.445)	(2.110.584)	(7.174.951)	(9.486.182)
Recuperação de créditos baixados		175.200	415.131	256.599	178.081	473.040	330.005
Resultado da carteira de câmbio		(2.508)	(189.090)	(393.121)	(2.669)	(186.685)	(385.716)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA	5.10	3.769.321	5.448.402	12.826.171	4.699.063	8.267.348	16.690.153
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		1.288.040	1.678.153	(3.516.181)	1.877.307	1.457.859	(7.690.081)
Resultado com equivalência patrimonial	7	2.541.080	4.330.320	213.057	220.204	290.081	857.741
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		410.415	675.269	736.964	434.849	689.542	773.024
Amortização de ágios		-	-	-	(71.413)	(75.016)	(49.677)
Reversão (constituição) de provisão para perdas em investimentos	7	-	-	(798.714)	(250.740)	(628.201)	(5.316.683)
Receita de dividendos	7	-	1.235	-	108.436	244.332	400.266
Receita de juros sobre o capital próprio	7	-	29.836	-	240.897	681.756	161.716
Resultado com alienações de títulos de renda variável	6.6.2	41.390	41.390	-	2.946.174	3.675.173	896.444
Resultado com instrumentos financeiros derivativos - renda variável		-	-	-	363.381	331.124	(458.650)
Resultado com fundos de investimento em participações societárias		-	-	-	133.802	283.537	(146.915)
Outras rendas (despesas) sobre participações societárias		-	-	-	21.537	327.225	225.153
Reversão (constituição) de provisões trabalhistas e cíveis	16	(1.738)	13.878	(37.588)	(42.638)	(82.159)	(154.180)
Despesas tributárias		(268.121)	(578.987)	(958.544)	(521.658)	(983.764)	(1.264.295)
Despesas com pessoais		(714.970)	(1.439.143)	(1.181.833)	(905.054)	(1.792.351)	(1.695.360)
Despesas administrativas		(181.875)	(354.428)	(382.896)	(223.991)	(439.335)	(525.088)
Outras receitas operacionais		5.663	21.665	42.901	29.527	110.998	123.520
Outras despesas operacionais		(543.804)	(1.062.882)	(1.149.528)	(606.006)	(1.175.083)	(1.517.097)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.057.361	7.126.555	9.309.990	6.576.370	9.725.207	9.000.072
Imposto de renda	15	(722.935)	(1.681.416)	(3.799.463)	(1.735.187)	(3.151.777)	(4.810.479)
Contribuição social	15	(630.727)	(1.432.384)	(3.184.671)	(1.101.295)	(2.166.522)	(3.805.138)
Impostos e contribuição social diferidos - constituição líquida de realização	15	1.400.357	2.436.226	4.227.697	1.434.760	2.112.665	6.241.834
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.104.056	6.448.981	6.553.553	5.174.648	6.519.573	6.626.289
Participação nos resultados		(265.559)	(265.559)	(161.895)	(336.151)	(336.151)	(234.631)
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		4.838.497	6.183.422	6.391.658	4.838.497	6.183.422	6.391.658
Quantidade de ações		6.273.711.452	6.273.711.452	6.273.711.452			
LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		0,771234	0,985608	1,018800			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Reservas de lucros			Ajustes de avaliação patrimonial			Lucros acumulados	Total	
	Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva para futuro aumento de capital	Reserva para margem operacional	Reserva de equalização de dividendos			Próprios
Em 1º de janeiro de 2016	36.340.506	2.849.813	201.355	2.107.894	1.779.222	-	(12.986.468)	700.965	30.993.287
Reversão de reserva para margem operacional	-	-	-	-	(190.812)	-	-	-	190.812
Juros sobre o capital próprio complementar - 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(190.812)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º18)	-	-	-	-	-	-	20.456.988	(957.059)	19.499.929
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.391.658
Destinação do resultado (Nota Explicativa n.º18)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	319.583	-	-	-	-	-	-	(319.583)
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	910.811	-	-	-	-	(910.811)
Reserva para margem operacional	-	-	-	-	3.643.245	-	-	-	(3.643.245)
Juros sobre o capital próprio intermediários	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.518.019)
Em 31 de dezembro de 2016	36.340.506	3.169.396	201.355	3.018.705	5.231.655	-	7.470.520	(256.094)	55.176.043
Mutações no exercício	-	319.583	-	910.811	3.452.433	-	20.456.988	(957.059)	24.182.756
Em 1º de janeiro de 2017	36.340.506	3.169.396	201.355	3.018.705	5.231.655	-	7.470.520	(256.094)	55.176.043
Reversão de reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	1.518.020	(5.231.655)	3.713.635	-	-	-
Aumento de capital	6.008.875	-	-	(4.536.725)	-	(1.472.150)	-	-	-
Juros sobre o capital próprio complementares - 2016	-	-	-	-	-	(1.327.966)	-	-	(1.327.966)
Dividendos complementares - 2016	-	-	-	-	-	(797.260)	-	-	(797.260)
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º18)	-	-	-	-	-	-	5.117.008	(46.379)	5.070.629
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	6.183.422
Destinação do resultado (Nota Explicativa n.º18)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	309.171	-	-	-	-	-	-	(309.171)
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	2.349.700	-	-	-	-	(2.349.700)
Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	2.055.988	-	-	(2.055.988)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.468.563)
Em 31 de dezembro 2017	42.349.381	3.478.567	201.355	2.349.700	5.231.655	2.172.247	12.587.528	(302.473)	62.836.305
Mutações no exercício	6.008.875	309.171	-	(669.005)	(5.231.655)	2.172.247	5.117.008	(46.379)	7.660.262
Em 1º de julho de 2017	40.877.231	3.169.396	201.355	-	-	1.588.409	3.514.918	(526.593)	50.169.641
Aumento de capital	1.472.150	-	-	-	-	(1.472.150)	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º18)	-	-	-	-	-	-	9.072.610	224.120	9.296.730
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	-	-	4.838.497
Destinação do resultado (Nota Explicativa n.º18)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	309.171	-	-	-	-	-	-	(309.171)
Reserva para futuro aumento de capital	-	-	-	2.349.700	-	-	-	-	(2.349.700)
Reserva de equalização de dividendos	-	-	-	-	-	2.055.988	-	-	(2.055.988)
Dividendos propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio propostos	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.468.563)
Em 31 de dezembro 2017	42.349.381	3.478.567	201.355	2.349.700	5.231.655	2.172.247	12.587.528	(302.473)	62.836.305
Mutações no semestre	1.472.150	309.171	-	2.349.700	-	-	9.072.610	224.120	12.666.664

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	BNDES		CONSOLIDADO	
	2017	2016	2017	2016
Atividades operacionais				
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		7.126.555	9.309.990	9.725.207
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais		2.096.505	9.778.042	7.368.856
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável		5.788.712	8.581.846	6.701.911
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis		(13.878)	37.588	82.159
Resultado de participações em coligadas		(4.330.320)	(213.057)	(290.081)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários		-	-	(308.245)
Amortização de ágios		-	-	75.016
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures		632.083	1.353.167	784.311
Depreciação		19.908	18.498	26.708
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos		-	-	628.201
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		-	-	(331.124)
Varição de ativos e obrigações		38.415.548	(13.495.057)	32.439.036
(Aumento) / redução líquido em créditos por financiamento		63.664.457	77.531.045	56.470.405
(Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários		5.322.338	14.426.096	9.754.165
(Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo		(809.708)	787.867	1.276.782
(Aumento) / redução líquido nas obrigações por empréstimos e repasses		(26.038.219)	(93.460.564)	(26.035.098)
(Aumento) / redução líquido nas obrigações por operações compromissadas		7.869.758	2.057.769	5.296.589
(Aumento) / redução líquido nas demais contas do passivo		(1.127.540)	(1.563.420)	(2.468.046)
Juros pagos de empréstimos e repasses		(4.150.786)	(8.001.909)	(4.150.786)
IR e CSLL pagos		(6.314.752)	(5.271.941)	(7.704.975)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais		47.638.608	5.592.975	49.533.099
Atividades de investimentos				
Adições ao imobilizado		(13.331)	(15.899)	(13.331)
Baixa imobilizado BNDESPLC		213.430	-	(338)
Adições ao intangível		(7.029)	(13.129)	(7.029)
Baixas do imobilizado		33	-	33
Compra de investimento		-	-	(8.294)
Venda de investimentos		-	-	(41.988)
Recebimento de dividendos e juros sobre capital próprio de coligadas e controladas		851.293	350.292	299.833
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos		1.044.396	321.264	228.886
Atividades de financiamentos				
Aumento em obrigações por dívidas subordinadas		19.151.951	13.798.783	19.151.951
Dividendos pagos		(3.804.654)	(217.455)	(3.804.654)
Captações por emissão de letras de crédito do agronegócio		-	3.981.026	-
Amortização das obrigações por emissão de letras de crédito do agronegócio		(5.650.666)	(4.017.549)	(5.650.666)
Amortização das obrigações por emissão de debêntures		(745.696)	(768.632)	

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Esteves Pedro Colnago Junior – Presidente
Carlos Márcio Bicalho Cozende
Daniel Sigelmann
Jorge Saba Arbache Filho
Mansueto Facundo de Almeida Junior
Natália Marcassa de Souza
Walter Baere de Araujo Filho
William George Lopes Saab
Juan Pedro Jensen Perdomo

CONSELHO FISCAL

Christianne Dias Ferreira
Marcos Jorge de Lima
Vinícius Mendonça Neiva
Francisco Arruda Vieira de Melo Filho – Suplente
Andre Proite – suplente

COMITÊ DE AUDITORIA

Atílio Guaspari
Eustáquio Coelho Lott
Paulo Roberto Vales de Souza

DIRETORIA

Paulo Rabello de Castro – Presidente
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Marcelo de Siqueira Freitas
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Ricardo Luiz de Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA

Vânia Maria da Costa Borgerth
CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS

Alexandre Cordeiro de Andrade
CRC-RJ 080694/O-0



KPMG Auditores Independentes
Rua do Passeio, 38 - Setor 2 - 17º andar - Centro
20021-290 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Caixa Postal 2888 - CEP 20001-970 - Rio de Janeiro/RJ - Brasil
Telefone +55 (21) 2207-9400, Fax +55 (21) 2207-9000
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores do
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES
Brasília - DF

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES ("Banco"), identificadas como BNDES e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada do Banco em 31 de dezembro de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – Bacen.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação ao Banco e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da administração do Banco, e apresentadas como informação complementar em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras do Banco. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente preparadas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor A Administração do Banco é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da administração somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

1- INTRODUÇÃO

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social, por meio do Decreto nº 5.212, de 22 de setembro de 2004, teve o seu Estatuto Social alterado para o fim de instituir o Comitê de Auditoria. Posteriormente, por meio do Decreto nº 6.322, de 21 de dezembro de 2007, alterou novamente seu Estatuto Social para adaptar a composição do Comitê de Auditoria ao que estabelece a Resolução nº 3.416, de 24 de outubro de 2006, do Conselho Monetário Nacional.

Por último, em Assembléia Geral Extraordinária, de 20 de fevereiro de 2017, o BNDES alterou novamente seu estatuto, para adaptá-lo ao que dispõe a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, regulamentada pelo Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Entre as alterações ocorridas, no estatuto, estão aquelas que dizem respeito a adaptar o Comitê de Auditoria à citada legislação.

Conforme faculta o caput do artigo 11, da Resolução nº 3.198, do Banco Central do Brasil, de 27 de maio de 2004, foi adotado o formato de comitê único para as empresas que compõem o Sistema BNDES.

O Comitê reporta-se diretamente ao Conselho de Administração, é composto por três membros, tem independência no exercício de suas atribuições e sua atuação é permanente.

Para as avaliações que requerem maior grau de aprofundamento, bem como análise de documentação e de procedimentos, um de seus membros realiza esse trabalho de campo e depois reporta aos demais membros do Comitê.

2- ATIVIDADES

Durante o exercício de 2017, ocorreram reuniões do Comitê de Auditoria, ou de um de seus membros, com executivos e dirigentes do Sistema BNDES, seja para tratar de aspectos gerais relacionados a controles internos, seja para tratar de questões específicas.

Entre as matérias que foram ou vêm sendo tratadas no âmbito do Comitê, destacam-se:

- evolução e desenvolvimento das atividades relacionadas à Gestão de Riscos, desempenhadas por uma unidade específica, denominada de Área de Gestão de Riscos, bem como pelo Comitê de Gestão de Riscos constituído por membros da Diretoria do Sistema BNDES;
- desenvolvimento de projeto de reformulação operacional conjunta com a da plataforma de Tecnologia de Informação, que objetiva obter uma maior integração entre processos e tecnologia; aumentar a flexibilidade, com segurança; e favorecer a eficiência e agilidade operacional;
- atividades da Ouvidoria, que passou por um processo de reformulação e aprimoramento;
- procedimentos relacionados à aplicação das normas internacionais de elaboração de demonstrações financeiras *International Financial Reporting Standards* (IFRS);
- avaliação e acompanhamento das medidas tomadas no âmbito do Sistema BNDES para aprimorar o controle das operações de crédito agrícola, conduzidas por agentes financeiros, quando das alterações de sua condições contratuais (renegociações) por conta de decisões emanadas pelo Conselho Monetário Nacional;
- acompanhamento da evolução do Planejamento Estratégico;
- estrutura da rentabilidade das operações do Sistema, tanto no que diz respeito às operações de empréstimos e financiamentos como nas operações no mercado de capitais;
- acompanhamento dos trabalhos relativos à estrutura de gerenciamento de capital e ao Processo Interno de Avaliação da Adequação de Capital (*Internal Capital Adequacy Assessment Process - Icaap*), conforme previsto na Resolução BACEN nº 3.988, de 30 de junho de 2011;
- acompanhamento dos estudos relacionados ao Patrimônio de Referência e das variáveis e políticas, como a distribuição de dividendos, que afetam esse Patrimônio, bem como os riscos de não cumprimento do cronograma de enquadramento ao limite de exposição por cliente, em particular da Petrobrás, nos termos da Resolução CMN nº 4.430/15;
- operações de financiamento de bens e serviços no exterior;
- acompanhamento dos resultados das Comissões Parlamentares de Inquérito, no âmbito do Congresso Nacional, que tiveram por objeto o BNDES, instaladas a partir de 2015, e;
- acompanhamento da evolução de processos judiciais relevantes.

O Comitê de Auditoria reuniu-se também com os representantes das auditorias independentes, KPMG (responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas do BNDES e da subsidiária FINAME) e Grant Thornton (responsável pela auditoria das Demonstrações Financeiras da subsidiária BNDESPAR a partir de 2017). Nessas ocasiões foram analisados e discutidos os relatórios e pareceres emitidos pelas empresas de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES, suas subsidiárias a BNDES Participações S/A – BNDESPAR e a Agência Especial de Financiamento Industrial – FINAME, bem como dos fundos administrados pelo BNDES.

As reuniões com os auditores independentes ocorreram quando da análise das demonstrações do exercício findo em 2016, bem como quando da análise das demonstrações trimestrais (primeiro e terceiro trimestres), do primeiro semestre e do exercício de 2017.

Desde 2010, a BNDESPAR apresenta suas demonstrações financeiras segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* – IFRS, de conformidade com os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, em atenção ao que dispõem as Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, e de conformidade com as normas e procedimentos contábeis aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Com relação às demonstrações do BNDES, individual e consolidada, suas normas são estabelecidas pelo Banco Central do Brasil – BACEN. Ocorre que o BACEN ainda não homologou todos os pronunciamentos contábeis, que regulamentam as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, para as instituições financeiras. Não obstante, a Administração do BNDES optou por já incorporar todos os aspectos desses pronunciamentos que não sejam conflitantes com as normas bancárias, de forma a reduzir as diferenças de práticas contábeis. Adicionalmente, o BNDES tem obrigação de divulgar suas demonstrações financeiras anuais segundo os critérios do *International Financial Reporting Standards* – IFRS. Essa divulgação se dá no site do BNDES.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas
A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, não identificamos incerteza significativa em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco e suas controladas a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2018

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6 F-RJ

Lino Martins da Silva Junior
Contador CRC RJ-083314/O-7

A adoção do IFRS, no âmbito do Sistema BNDES, trouxe, como mudança mais significativa, a alteração do critério de contabilização do investimento em participações societárias que não se caracterizam como investimentos em coligadas. Entre os títulos constantes dessa carteira, destacam-se as ações da Petrobrás, do Grupo Vale e da Eletrobras.

Esses investimentos passaram a ser classificados como instrumentos financeiros disponíveis para venda, no grupo de Títulos e Valores Mobiliários, e sua contabilização passou a ser pelo método do valor justo, com contrapartida das variações em conta do Patrimônio Líquido - PL. Essa mudança acarretou, no exercício de sua adoção (2010), uma grande majoração no valor da carteira (R\$ 43,3 bilhões) e no PL (R\$ 29,4 bilhões), e, para os exercícios seguintes, uma volatilidade nas contas envolvidas.

No exercício de 2015, esta carteira sofreu uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões acompanhando as cotações da Bolsa de valores, contribuindo assim, para uma redução de R\$ 5,2 bilhões, líquidos dos efeitos tributários, no Patrimônio Líquido, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

Por outro lado, no exercício de 2016, como reflexo da recuperação do mercado de renda variável, a carteira de Investimentos em não coligadas sofreu uma valorização acumulada de R\$ 28,1 bilhões, contribuindo para um aumento de R\$ 17,5 bilhões no Patrimônio Líquido, já expurgados os efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

No exercício de 2017, a carteira de Investimentos em não coligadas também sofreu aumento em seu valor justo, apresentando uma valorização acumulada de R\$ 9,2 bilhões no exercício, contribuindo para um aumento de R\$ 6,6 bilhões no Patrimônio Líquido, já expurgados os efeitos tributários, na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial.

O parecer da Grant Thornton sobre as Demonstrações Financeiras da subsidiária BNDESPAR referente ao exercício de 2017 foi emitido com ressalva por limitação de escopo relacionada ao investimento mantido em JBS, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras da investida utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial não foram revisadas por eles e nem por outros auditores independentes.

O parecer da KPMG sobre as Demonstrações Financeiras Consolidadas do BNDES referente ao exercício de 2017 foi emitido sem ressalvas.

No exercício de 2017, destacam-se os seguintes aspectos:

- Ativo Total do Sistema BNDES de R\$ 867,5 bilhões, composto por: R\$ 548,0 bilhões (63,2%), em Operações de Créditos e Repasses; R\$ 167,8 bilhões (19,3%) em Títulos e Valores Mobiliários, incluindo Participações Societárias, R\$ 112,6 bilhões (13,0%) em Disponibilidades e R\$ 39,1 bilhões (4,5%) em Outros Ativos. O Patrimônio Líquido, de R\$ 62,8 bilhões, corresponde a 7,3% do Ativo Total.
- O Resultado Líquido do exercício foi um lucro de R\$ 6,2 bilhões, o que equivale a um retorno positivo de 0,72% do Ativo Total Médio e 12,97% do Patrimônio Líquido Médio. Este resultado ficou no mesmo patamar do resultado apurado em 2016, que foi de R\$ 6,4 bilhões, embora tenha havido uma significativa redução no Resultado de Intermediação Financeira (R\$ 8,4 bilhões) decorrente da redução da rentabilidade e da demanda por desembolsos. Essa redução foi compensada com o aumento no Resultado com Participações Societárias, seja pelo aumento de R\$ 2,8 bilhões no resultado com alienações, seja pela redução nas despesas com *impairment*, no valor de R\$ 4,7 bilhões.,
- No exercício de 2017 houve o registro de perdas por *impairment* na carteira de Títulos e Valores Mobiliários, no valor bruto de R\$ 0,6 bilhão, com reflexo líquido no Resultado (descontados os tributos) de R\$ 0,4 bilhão.
Durante o exercício de 2016, as perdas por *impairment* atingiram o valor de R\$ 5,3 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, correspondiam a R\$ 3,5 bilhões. Desse último total, R\$ 2,0 bilhões foram decorrentes de investimentos na Petrobras.
Durante o exercício de 2015, essas perdas foram de R\$ 9,7 bilhões que, líquidos dos efeitos tributários, corresponderam a R\$ 6,4 bilhões. Desse último total, R\$ 4,9 bilhões foram decorrentes de investimentos na Petrobras.
- No exercício de 2017 foram registradas Provisões para Risco de Crédito no valor de R\$ 6,7 bilhões. No exercício anterior, as provisões foram de R\$ 9,2 bilhões. As provisões registradas estão concentradas em seis clientes, que respondem por 88,1% do total. Adicionalmente, houve reversão da provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R\$ 0,1 bilhão, destinada à cobertura de riscos adicionais oriundos das incertezas do cenário econômico, devido ao aumento da provisão regulamentar requerida.
Em 2016 foram constituídas provisões, sobre operações de crédito e outros ativos, no valor de R\$ 9,2 bilhões, montante bastante superior aos valores históricos. O saldo de Provisões para Risco de Crédito, especificamente sobre as operações de crédito, passou de R\$ 4,7 bilhões para R\$ 12,9 bilhões. As provisões registradas no exercício de 2016 estavam concentradas em oito clientes, que respondiam por 62,2% do total, e também foram impactadas pela provisão complementar ao mínimo requerido pela Resolução CMN 2.682/99, no valor de R\$ 1,3 bilhão.
No exercício de 2015, a despesa com provisão foi no valor total de R\$ 1,5 bilhão e estava pulverizada em diversas empresas, acompanhando o crescimento da carteira.
- A partir de setembro de 2016, o BNDES passou a reconhecer os créditos tributários sobre provisão para risco de crédito de operações com realização prevista no prazo de 10 anos. Naquele exercício, foram reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre o saldo da provisão para risco de crédito do Sistema BNDES, no valor total de R\$ 5,3 bilhões.
No exercício de 2017, os créditos diferidos oriundos da constituição de provisão para risco de crédito sofreram acréscimo de R\$ 2,8 bilhões, como decorrência da despesa reconhecida no semestre.
- Desde o exercício de 2015, inclusive, não houve novas captações de recursos junto ao Tesouro Nacional, sendo que no período de 2008 a 2014 foram captados R\$ 438,5 bilhões.
- Os Instrumentos de Dívida Elegíveis a Capital Principal, que até dezembro de 2014 eram apresentados no Patrimônio Líquido, estão computados, apenas para efeito de apresentação, em uma conta do Passivo, conforme determinado pelo Ofício BCB/Desup nº 6323/2015, de 29 de abril de 2015.
- Em janeiro de 2017, foi aprovada a Política de Dividendos do BNDES, limitando o pagamento de dividendos a 60% do lucro líquido ajustado, sendo 25% referentes aos Dividendos Obrigatórios e 35% referentes aos Dividendos Complementares, sendo que estes últimos poderão não ser distribuídos caso haja previsão de descumprimento dos limites mínimos de capital e demais limites operacionais. O novo Estatuto Social do BNDES, que inclui os termos da Política de Dividendos, foi aprovado pela Assembleia Geral Extraordinária de 20/02/2017.

i) No exercício de 2017, houve pagamento de dividendos mínimos obrigatórios de R\$ 1,5 bilhão e dividendos complementares de R\$ 2,1 bilhões, relativos ao lucro líquido apurado no exercício de 2016. Adicionalmente, foi reconhecida remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal, referente ao mesmo período, no valor de R\$ 713 milhões.

No exercício de 2016, houve pagamento de remuneração ao acionista no valor de R\$ 191 milhões, a título de dividendos complementares, relativos ao lucro apurado no exercício de 2015. Adicionalmente, foi reconhecida remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal, referente ao mesmo período, no valor de R\$ 541 milhões.

Em 2015 ocorreu o pagamento de remuneração ao acionista no valor de R\$ 4,8 bilhões, dos quais R\$ 3,3 bilhões a título de dividendos intermediários sobre o lucro apurado no balanço de 30/06/2015 e R\$ 1,4 bilhão a título de dividendos complementares relativos ao lucro apurado no exercício de 2014. Adicionalmente, foi paga a remuneração dos Instrumentos Elegíveis a Capital Principal - IECP, referente ao exercício de 2014, no valor de R\$ 1,0 bilhão.

Esses pagamentos, líquidos dos efeitos tributários (quando aplicáveis), tiveram impacto negativo sobre o Capital regulatório do BNDES e, conseqüentemente, sobre o limite de exposição por cliente.

j) Conforme já relatado, a carteira de Títulos e Valores Mobiliários, que em 2015 havia sofrido uma desvalorização de R\$ 8,8 bilhões, em função das cotações na Bolsa de Valores, apresentou recuperação nos exercícios seguintes, valorizando-se R\$ 28,1 bilhões em 2016 e R\$ 9,2 bilhões em 2017. Os resultados dessas variações, deduzidos os efeitos tributários, afetam diretamente o Patrimônio Líquido, não transitando pelas contas de Resultado.

k) Receita com dividendos e Juros sobre o capital próprio de R\$ 0,9 bilhão em 2017, um aumento de 65% em relação a 2016, com destaque para JSCP da Vale, no valor de R\$ 0,6 bilhão.

l) No exercício de 2017, o resultado com alienação de investimentos foi de R\$ 3,7 bilhões, com destaque para CPFL ENERGIA, VALE, RUMO e PETROBRAS, que contribuíram com 86,6% do resultado com alienação.

Em 2016 o resultado com alienação de investimentos foi de R\$ 0,9 bilhão, com destaque para BRASKEM, BRASILIANA e KLABIN, que contribuíram com 84,0% do resultado com alienação.

m) No exercício de 2017, ocorreu o recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R\$ 9,2 bilhões, sendo R\$ 3,1 bilhões pelo BNDES e R\$ 6,1 bilhões pela Finame.

Em 2016 ocorreu o recebimento, do Tesouro Nacional, de encargos de equalização de juros, no valor de R\$ 13,1 bilhões, sendo R\$ 5,2 bilhões pelo BNDES e R\$ 7,9 bilhões pela Finame.

No exercício de 2015, esses recebimentos atingiram R\$ 30,6 bilhões, sendo R\$ 8,6 bilhões pelo BNDES e R\$ 22,0 bilhões pela Finame;

n) Em 2017, o BNDES antecipou o pagamento de R\$ 50 bilhões ao Tesouro Nacional, sendo R\$ 35 bilhões em disponibilidades e R\$ 15 bilhões em títulos públicos.

Em dezembro de 2016, o BNDES antecipou o pagamento de R\$ 100 bilhões ao Tesouro Nacional, sendo R\$ 60 bilhões em disponibilidades e R\$ 40 bilhões em títulos públicos.

Em 2015, o BNDES negociou com o Tesouro Nacional a liquidação antecipada de dívidas no montante de R\$ 28,3 bilhões, visando a redução do seu endividamento com a União. Deste montante, R\$ 15,8 bilhões foram pagos em dezembro de 2015 e R\$ 12,5 bilhões em janeiro de 2016.

Para 2018, está prevista a devolução de R\$ 130 bilhões adicionais, cujo cronograma deverá observar tanto as necessidades do controlador como os compromissos de liberação de recursos por parte do Sistema BNDES.

o) Em 05 de junho de 2017, a J&F Investimentos S.A firmou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal, por sua atuação, com atos ilícitos, nas operações "Greenfield", "Sépsis", "Cui Bono" (Lava Jato) e "Carne Fraca". Neste acordo está estabelecido que a J&F Investimentos S.A. deverá pagar, a título de multa e valor mínimo de ressarcimento, no prazo de 25 anos, o total de R\$ 10,3 bilhões, devendo ser destinado ao BNDES, como uma das entidades lesadas, o montante de R\$ 1,75 bilhão. A Administração está avaliando o respectivo acordo, à luz das informações recentes sobre suspensão e ou revisão dos benefícios previstos no documento. Dessa forma, esses valores não estão sendo reconhecidos nas demonstrações contábeis do exercício de 2017, mas informados em Notas Explicativas.

A carteira de empréstimos e financiamentos continua apresentando uma posição saudável, com 95,8% de seus créditos classificados entre os níveis AA e C, considerados de baixo risco, contra uma média de 89,8% no Sistema Financeiro Nacional - SFN.

Em 31/12/2017, o índice de inadimplência para 30 dias ficou em 2,12%, patamar inferior aos 2,81% registrados em 31/12/2016. Já o índice de inadimplência para 90 dias ficou em 2,08%, abaixo do índice de 2,43% de 31/12/2016 e dos 3,25% registrados pelo Sistema Financeiro Nacional. Desconsiderando o saldo das operações cujas prestações estão sendo honradas integralmente pelo garantidor (União), os índices de inadimplência de 31/12/2017 seriam reduzidos para 0,90% (30 dias) e 0,85% (90 dias).

Com relação aos índices operacionais prudenciais, estabelecidos pelo Banco Central do Brasil, o Sistema BNDES encontra-se enquadrado, conforme o demonstrado a seguir: índice de Basileia de 27,5% em 31 de dezembro de 2017 (contra 21,7% 14,7%, 15,9%, 18,7%, 15,4% e 20,6%, em dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013, 2012 e de 2011, respectivamente), quando o mínimo é 10,5%; índice de Exposição Cambial de 2,1% quando o teto é de 30%; índice de Exposição ao Setor Público de 17,5% (17,9%, 28,3%, 26,2%, 17,5%, 21,2% e 16,3% em dezembro de 2016, 2015, 2014, 2013, 2012 e 2011, respectivamente), contra um limite superior de 45%; e, finalmente, Índice de Imobilização de 8,6% sendo que o limite máximo é 50%.

A esse respeito, vale registrar que, em março de 2016, foi aprovada a Política de Monitoramento de Suficiência de Capital do Sistema BNDES - PMSC, que determina o processo de acompanhamento dos limites, estabelece procedimentos em caso de suas extrapolações e define responsabilidades referentes à instituição e ao monitoramento desses limites. Na mesma ocasião, foram estabelecidos os limites para os índices de capitalização do Sistema BNDES, nos montantes de: 15%, para o Índice de Basileia; 10%, para o Índice do Capital de Nível 1; e 8,0%, para o Índice do Capital Principal.

As atividades meio das empresas integrantes do Sistema BNDES (BNDES, BNDESPAR e Finame) são compartilhadas, o que faz com que seus controles internos sejam assemelhados, quando não os mesmos.

Consultados sobre a avaliação da qualidade e adequação do sistema de controles internos das integrantes do Sistema, as empresas de auditoria independente, KPMG e Grant Thornton, já citadas, manifestaram-se no sentido de que referidos controles continuam sendo avaliados como robustos o suficiente, não apresentando deficiências significativas, conforme vem sendo atestado pelos relatórios que são emitidos nos termos da Circular BACEN nº 3.467, de 15 de setembro de 2009, e normativos complementares.

Foi constatado que os exames das auditorias, tanto a interna como a independente, não registraram ocorrências que pudessem caracterizar descumprimento dos dispositivos legais, regulamentares e normativos aplicáveis ao Sistema BNDES.

Com base nos esclarecimentos prestados durante as reuniões e na análise dos documentos recebidos, o Comitê de Auditoria recomenda aos Conselhos de Administração e órgãos assemelhados, das empresas integrantes do Sistema BNDES, a aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício de 2017.

Rio de Janeiro, 05 de março de 2018.

Paulo Roberto Vales de Souza
Coordenador

Atilio Guaspari
Membro

Eustáquio Coelho Lott
Membro

PARECER CONSELHO FISCAL

(Nº. 01/2018)

O Conselho Fiscal do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (CNPJ: 33.657.248/0001-89 e NIRE 535.0000.0372), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 25, III e V, do Estatuto do BNDES, c/c Art. 163, II, III, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, examinou o Relatório de Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício de 2017 e, com base em seu exame e no Parecer dos Auditores Externos KPMG AUDITORES INDEPENDENTES, de 08/03/18, é de opinião que os referidos documentos societários representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do BNDES em 31/12/17, o resultado de suas operações, as mutações do seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado às operações, correspondentes ao exercício encerrado naquela data, e estão de acordo com as práticas contábeis emitidas pelo Conselho Monetário Nacional e Banco Central do Brasil adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou a proposta de destinação do lucro do exercício, de R\$ 6.183.421.898,24 (seis bilhões, cento e oitenta e três milhões, quatrocentos e vinte e um mil, oitocentos e noventa e oito reais e vinte e quatro centavos), já contemplada nas demonstrações financeiras, com a qual concorda, a seguir discriminada:

a) 5%, correspondentes a R\$ 309.171.094,91 (trezentos e nove milhões, cento e setenta e um mil, noventa e quatro reais e noventa e um centavos), para a constituição da Reserva Legal;

b) 25%, após constituição da Reserva Legal, a título de dividendos mínimos obrigatórios, no montante de R\$ 1.468.562.700,83 (um bilhão, quatrocentos e sessenta e oito milhões, quinhentos e sessenta e dois mil, setecentos reais e oitenta e três centavos);

c) 40%, após constituição da Reserva Legal, no valor de R\$ 2.349.700.321,33 (dois bilhões, trezentos e quarenta e nove milhões, setecentos mil, trezentos e vinte e um reais e trinta e três centavos), para a constituição de Reserva para Futuro Aumento de Capital; e

d) R\$ 2.055.987.781,17 (dois bilhões, cinquenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e sete mil, setecentos e oitenta e um reais e dezessete centavos), equivalentes ao saldo remanescente do lucro acumulado no exercício, para a constituição de Reserva para Equalização de Dividendos Complementares.

Rio de Janeiro (RJ), 13 de março de 2018

Christianne Dias Ferreira

Francisco Arruda Vieira de Melo Filho

Vinicius Mendonça Neiva

BNDES PARTICIPAÇÕES S.A. - BNDESPAR

Ao acionista e demais interessados:

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias e em linha com as melhores práticas de governança corporativa, apresentamos o Relatório da BNDES Participações S.A (BNDESPAR) relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017.

1. BNDESPAR

A BNDESPAR é uma sociedade por ações, subsidiária integral do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) cujos objetivos são realizar operações visando à capitalização de empreendimentos controlados por grupos privados, observados os planos e políticas do BNDES; apoiar empresas que reúnam condições de eficiência econômica, tecnológica e de gestão e, ainda, que apresentem perspectivas adequadas de retorno para o investimento, em condições e prazos compatíveis com o risco e a natureza de sua atividade; apoiar o desenvolvimento de novos empreendimentos, em cujas atividades se incorporem novas tecnologias; contribuir para o fortalecimento do mercado de capitais, por intermédio do acréscimo de oferta de valores mobiliários e da democratização da propriedade do capital de empresas; e administrar carteira de valores mobiliários, próprios e de terceiros.

2. CENÁRIO MACROECONÔMICO

O cenário internacional continua mostrando um quadro bastante benigno para o nível de atividade, tanto para economias avançadas, quanto para emergentes. Esse fato vem tendo conseqüências positivas nos fluxos de capitais líquidos para economias emergentes. Os preços de commodities continuam se comportando de maneira favorável aos exportadores, com destaque para a recuperação no preço do petróleo. Enquanto isso, os prêmios de risco vêm apresentando queda em todo o mundo, inclusive em países emergentes, como o Brasil.

O cenário doméstico caracterizou-se, ao longo do segundo semestre do ano, pela recuperação da atividade econômica. O PIB apresentou crescimento de 0,1% no 3º trimestre em relação ao 2º trimestre de 2017, na série com ajuste sazonal. Foi a terceira alta consecutiva do PIB na margem. Embora a taxa tenha sido menor do que nos dois trimestres anteriores, o resultado se destacou pelo crescimento da demanda doméstica: marcou, por exemplo, a primeira alta do investimento em 15 trimestres. O consumo das famílias também cresceu mais do que o PIB, mantendo a recuperação observada desde o início do ano, baseada fortemente na melhora do mercado de trabalho.

A taxa de desemprego passou a cair, atingindo 11,8% nos dados de dez/17 (a nona queda seguida), embora a maioria dos empregos gerados seja de pior qualidade (setor informal). A queda da inflação trouxe impactos positivos no rendimento real, elevando a massa salarial e, conseqüentemente, o poder de compra das famílias. A continuidade da recuperação, no entanto, passa pela melhoria das condições no mercado de crédito, o que vem acontecendo lentamente.

A inflação corrente, bem como as expectativas inflacionárias para 2018 e para os próximos anos, foi beneficiada, no curto prazo, tanto pelo choque positivo de oferta advindo dos preços dos alimentos, como também pelo comportamento dos preços mais sensíveis ao ciclo econômico (preço dos serviços). Nesse sentido, o Banco Central deu continuidade, em 2017, ao ciclo de flexibilização monetária iniciado em 2016, com uma redução total de 725 pontos básicos da taxa básica de juros, entre outubro de 2016 e dezembro de 2017. As expectativas indicam que a taxa de juros ficará em baixo patamar por um tempo razoável, favorecendo a continuidade da recuperação econômica.

No cenário fiscal, a Reforma da Previdência, vital para sustentação do teto de gastos, continua no centro das atenções. Após as sucessivas tentativas de aprovação em 2017, a matéria ficou para 2018, fato que deverá provocar grande volatilidade nos mercados. Do ponto de vista conjuntural, a arrecadação federal iniciou recuperação no fim de 2017, enquanto as despesas continuam pressionadas por gastos com aposentados e funcionários públicos. A dívida bruta do governo geral encerrou o ano em 74,0% do PIB, ante 70,0% em dez/16.

Por fim, as contas externas continuam a mostrar um bom desempenho, especialmente no que tange à balança comercial, que fechou 2017 com um superávit recorde, de US\$ 67 bilhões. Os investimentos diretos no país são mais que suficientes para o financiamento do déficit em conta corrente, tomando negativa a necessidade de financiamento externo do país.

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O Ano de 2017

O lucro líquido da BNDESPAR alcançou R\$ 3,778 bilhões em 2017, uma melhora diante do prejuízo líquido de R\$ 1,002 bilhão em 2016, que foi motivada, basicamente, pela recuperação do resultado com participações societárias.

O resultado trimestral também apresentou recuperação em 2017, passando de um lucro líquido de R\$ 413 milhões no 4T16 para um lucro líquido de R\$ 1,188 bilhão no 4T17, um crescimento de 187,7%. Assim como o resultado anual, o resultado trimestral também foi positivamente impactado pela recuperação do resultado com participações societárias.

O ativo total da BNDESPAR atingiu R\$ 89,114 bilhões em 31/12/17, um aumento de R\$ 8,715 bilhões (10,8%) no ano, proporcionado pelo retorno das operações, aplicado em operações compromissadas.

O patrimônio líquido alcançou R\$ 81,330 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R\$ 7,324 bilhões (9,9%) no ano devido aos reflexos do ajuste de avaliação patrimonial positivo, no valor de R\$ 3,546 bilhões, e do lucro líquido do exercício.

3.1. Principais Indicadores

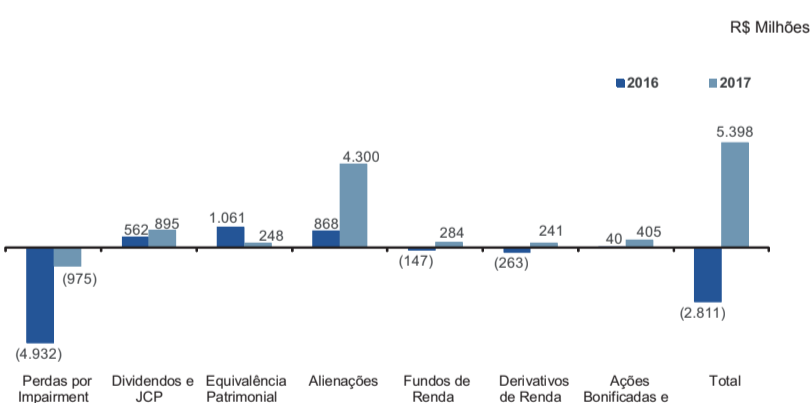
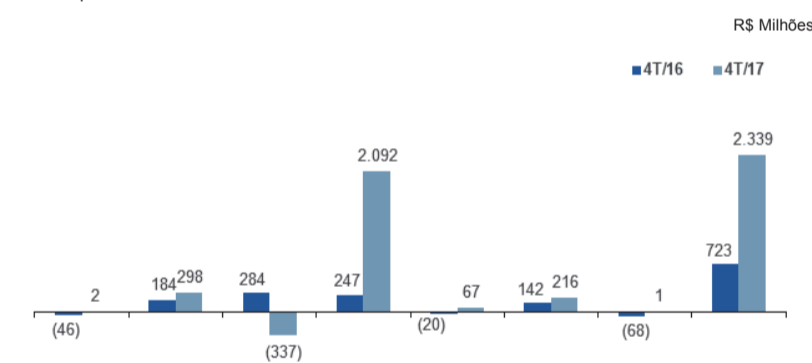
Resultado (R\$ milhões)	2017	2016	Δ (%)	4T/17	4T/16	Δ (%)
Resultado com Participações Societárias (RPS)	5.398	(2.811)	292,0	2.339	723	223,5
Resultado com Operações Financeiras	900	1.329	(32,3)	(71)	43	(265,1)
Outras Despesas, Líquidas	(565)	(607)	(6,9)	(280)	(178)	57,3
Tributação sobre o Lucro	(1.918)	1.132	(269,4)	(763)	(130)	486,9
Participação dos Empregados no Lucro	(37)	(45)	(17,8)	(37)	(45)	(17,8)
Lucro (prejuízo) Líquido	3.778	(1.002)	477,0	1.188	413	187,7
Posição Financeira (R\$ milhões)	Dez/17	Dez/16	Δ (%)	Dez/17	Set/17	Δ (%)
Ativo Total (AT)	89.114	80.399	10,8	89.114	85.704	4,0
Disponibilidades	11.188	3.962	182,4	11.188	7.401	51,2
Debêntures	8.226	9.613	(14,4)	8.226	8.743	(5,9)
Participações Societárias (PS)	66.501	63.084	5,4	66.501	66.082	0,6
Não Coligadas	49.698	47.029	5,7	49.698	48.874	1,7
Coligadas	15.152	14.609	3,7	15.152	15.600	(2,9)
Fundos de Participações de Renda Variável	1.651	1.446	14,2	1.651	1.608	2,7
Outros Ativos	3.199	3.740	(14,5)	3.199	3.478	(8,0)
Passivo Total	89.114	80.399	10,8	89.114	85.704	4,0
Obrigações por Emissão de Debêntures	1.891	2.675	(29,3)	1.891	1.851	2,2
Obrigações de Mútuos com o BNDES	-	553	(100,0)	-	-	-
Outras Obrigações	5.893	3.165	86,2	5.893	4.996	18,0
Patrimônio Líquido (PL)	81.330	74.006	9,9	81.330	78.857	3,1
Indicadores Financeiros (%)	Dez/17	Dez/16	Dez/17	Set/17		
Patrimônio Líquido/Ativo Total (PL / AT)	91,27%	92,05%	91,27%	92,01%		
Participações Societárias/Ativo Total (PS / AT)	74,62%	78,46%	74,62%	77,10%		
Rentabilidade (%)	2017	2016	4T/17	4T/16		
Retorno s/ Ativos (LL / AT _{médio}) ¹	7,06%	-1,78%	8,72%	3,19%		
Retorno s/ PL (LL / PL _{médio}) ¹	6,62%	-1,79%	8,14%	3,01%		
Retorno sobre Participações Societárias (RPS/PS _{médio}) ¹	16,09%	-7,57%	28,05%	8,39%		

¹ O cálculo do retorno considera como média dos ativos, patrimônio líquido e participações societárias a soma dos saldos iniciais e finais dos respectivos períodos dividida por 2, excluídos os ajustes a valor justo das participações em sociedades não coligadas.

3.2. Resultado

Resultado de Participações Societárias

Reflete o desempenho das empresas da carteira de renda variável da BNDESPAR e, como tal, é sensível a mudanças nos mercados de capitais brasileiro e internacional



Exceto pela queda de R\$ 621 milhões (218,7%) do resultado de equivalência patrimonial entre os trimestres, o resultado com participações societárias apresentou melhora de todas suas rubricas no 4T17, com destaque para o crescimento de R\$ 1,845 bilhão (747,0%) do resultado com alienações de investimentos.

Assim como no resultado trimestral, o resultado de participações societárias de 2017 também foi marcado pela queda do resultado com equivalência patrimonial e pela melhora das demais rubricas, especialmente, pela redução de R\$ 3,957 bilhões (80,2%) das perdas por impairment e pelos crescimentos de R\$ 3,432 bilhões (395,4%) do resultado com alienações de títulos de renda variável e de R\$ 504 milhões (191,6%) do resultado com derivativos de renda variável.

As perdas por impairment, que registraram queda de 80,2% no exercício, são constituídas em consonância com o CPC 01 (R1) - Redução no valor recuperável de Ativos e CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, como resultado da análise das evidências de impairment identificadas. Do total de R\$ 975 milhões de perdas registradas em 2017, 98% se referem a investimentos em sociedades coligadas e o restante, a sociedades não coligadas, diferentemente do que ocorreu em 2016, quando da perda de R\$ 4,932 bilhões, 87% se referiam a sociedades não coligadas.

A receita com dividendos e juros sobre capital próprio (JCP) reflete o desempenho das empresas que compõem a carteira de sociedades não coligadas, avaliadas ao valor justo. Em 2017, Vale, Valepar, AES Tietê e CEG responderam por 78,8% da receita total, enquanto em 2016 o destaque foi a AES Tietê, que contribuiu com 41,5% da receita total.

A queda de R\$ 813 milhões (76,6%) do resultado de equivalência patrimonial em 2017 reflete a queda dos resultados com a Fibria e com a COPEL e o resultado negativo com a Marfrig, que em 2016 não fazia parte da carteira de participações em coligadas.

As alienações de participações societárias na Petrobras, CPFL Energia, Vale e Rumo S.A. realizadas em 2017 geraram ganho de R\$ 3,848 bilhões, correspondente a 89,5% do resultado com alienações nesse período. Com essas alienações, a participação da BNDESPAR no capital total e votante da Petrobras ficou em 9,67% e 0,16%, respectivamente, e de 7,60% no capital total e votante da Vale. As ações da CPFL Energia e da Rumo S.A. foram alienadas em sua totalidade no 4T17 e 3T17, respectivamente, passando a BNDESPAR a não mais participar do capital dessas companhias. Em 2016, as principais alienações foram de ações da Braskem, Klabin e Petrobras, que responderam por 88,1% do resultado com alienações.

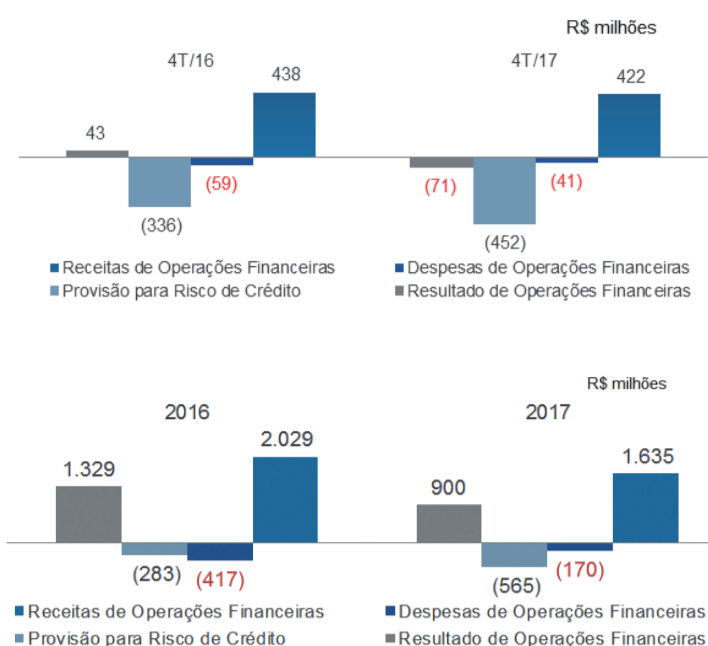
Os desinvestimentos visam reciclar a carteira de renda variável da BNDESPAR após sua atuação no desenvolvimento econômico e de governança no ativo, e contribuir para o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro, por meio do aumento da liquidez dos papéis e da ampliação e diversificação da base de investidores.

O resultado com derivativos de renda variável reflete a variação no valor justo de instrumentos financeiros derivativos isolados vinculados a participações societárias e embutidos em debêntures conversíveis ou permutáveis. A melhora em 2017 foi impulsionada, principalmente, pela recuperação do resultado com derivativos embutidos em debêntures, que passou de um prejuízo de R\$ 244 milhões em 2016 para um lucro de R\$ 163 milhões em 2017.

O crescimento de R\$ 365 milhões do resultado com ações bonificadas e outros em 2017 é decorrente, basicamente, do ganho de R\$ 308 milhões oriundo da diferença entre o valor de mercado e o valor contábil das ações da Marfrig apurado na reclassificação do investimento de participações em sociedades não coligadas para sociedades coligadas, motivada pelo reconhecimento de influência significativa da BNDESPAR na Marfrig.

Resultado com Operações Financeiras

O resultado com operações financeiras é composto pelas receitas com títulos e valores mobiliários, especialmente debêntures, com recursos disponíveis aplicados e com operações de venda a prazo de títulos e valores mobiliários e de direitos recebíveis, deduzidas das despesas financeiras dos empréstimos com o BNDES e dos encargos sobre as debêntures emitidas.



A queda de R\$ 114 milhões do resultado com operações financeiras no 4T17 decorreu basicamente do aumento da despesa com provisão para risco de crédito no período.

Apesar da redução de 59,2% das despesas com operações financeiras em 2017, provocada pela queda nas obrigações com emissões de debêntures e pela liquidação integral dos repasses com o BNDES no 2T17, o resultado com operações financeiras apresentou queda de R\$ 429 milhões (32,3%) devido ao crescimento da despesa com provisão para risco de crédito e à queda na receita com juros e atualização monetária de debêntures decorrente do decréscimo da respectiva carteira.

3.2. Posição Financeira

Disponibilidades

As disponibilidades alcançaram R\$ 11,188 bilhões em 31/12/17, um crescimento de R\$ 7,226 bilhões (182,4%) no ano, explicado, principalmente, pelo aumento do retorno das operações, sobretudo das alienações de títulos de renda variável, cujos recursos foram aplicados em operações compromissadas com o BNDES.

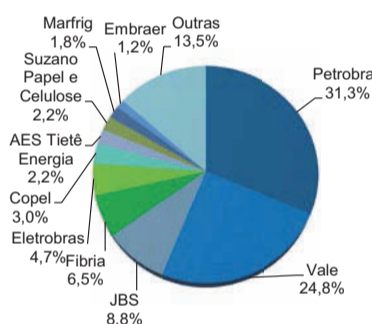
Carteira de Participações Societárias

Principal ativo da BNDESPAR, a carteira de participações societárias totalizou R\$ 66,501 bilhões em 31/12/17, equivalentes a 74,6% do ativo total na mesma data.

A carteira de participações societárias compreende investimentos em sociedades coligadas e não coligadas, realizados por meio de investimento direto no âmbito de oferta pública ou emissão privada ou pela transferência de ações pelo BNDES à BNDESPAR decorrentes da integralização de capital do BNDES pelo Tesouro Nacional no início dos anos 80 e em 2009, e fundos de investimento em participações societárias administrados por gestores de mercado escolhidos através de rigoroso processo de seleção.

Carteira de Participações Societárias*

Em 31 de dezembro de 2017



* Exceto fundos de investimentos em participações. Líquida de provisão para perdas.

*Exceto fundos de investimentos em participações. Líquida de provisão para perdas.

Participações em Sociedades Coligadas

Investimentos em sociedades coligadas são aqueles nos quais a BNDESPAR possui influência significativa, ou seja, poder de influenciar as políticas operacional e/ou financeira da companhia investida, sem controlar de forma individual ou conjunta. São avaliados contabilmente pelo método de equivalência patrimonial.

Os investimentos em coligadas atingiram R\$ 15,152 bilhões em 31/12/17, sem variação relevante no ano. No entanto, cabe destaque para o investimento na Marfrig (R\$ 1,172 bilhão), que passou a compor a carteira após a conversão de debêntures da companhia pela BNDESPAR, para a provisão para perdas por *impairment*, que atingiu R\$ 953 milhões, e para a receita com equivalência patrimonial de R\$ 248 milhões no período.

Outro fator que merece destaque é que o relatório do auditor independente relativo às Demonstrações Financeiras da BNDESPAR de 31 de dezembro de 2017 apresentou opinião com ressalva a respeito do investimento na JBS.

Desde a data-base de 30 de setembro de 2017, a investida JBS não divulga demonstrações financeiras auditadas. O último relatório do auditor independente da JBS foi emitido com abstenção de opinião face às incertezas que envolvem a companhia no momento atual. Esse contexto motivou a referida ressalva do auditor independente.

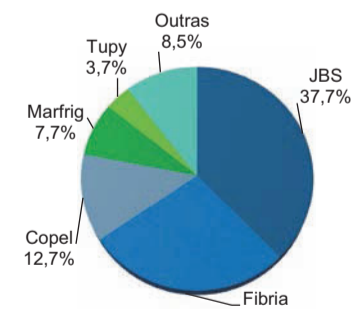
Vale ressaltar que, no terceiro trimestre de 2017, apesar das incertezas envolvendo a JBS, a Administração da BNDESPAR efetuou uma estimativa do valor recuperável do seu investimento na Companhia, com o conseqüente reconhecimento de provisão para redução ao valor recuperável de R\$ 218 bilhões. Esse montante foi apurado com base no valor em uso obtido através do fluxo de caixa descontado construído pela projeção do fluxo de caixa livre da firma ("FCFF"), através da consolidação dos fluxos projetados de diferentes segmentos de negócio.

Em 31 de dezembro de 2017, apesar de o valor em uso do investimento na JBS ter apresentado recuperação, ainda houve alteração no valor da provisão constituída anteriormente, uma vez a Administração entende que o cenário atual ainda apresenta um grau de incerteza que justifica a manutenção da provisão reconhecida, tais como: incertezas financeiras de curto prazo, incertezas sobre gestão, governança, qualidade e imagem dos produtos, bem como fatos relacionados ao funding e plano de desinvestimentos e os possíveis impactos das delações na Companhia, conforme acordo de leniência celebrado com o Ministério Público.

Por fim, destaca-se que o valor contábil do investimento da BNDESPAR na JBS, em 31 de dezembro de 2017, era de R\$ 5,714 bilhões.

Carteira de Participações em Sociedades Coligadas*

Em 31 de dezembro de 2017



* Líquida de provisão para perdas.

Participações em Sociedades Não Coligadas

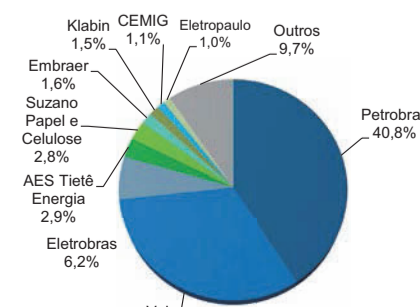
Investimentos em sociedades não coligadas são aqueles nos quais a BNDESPAR não possui poder de influenciar as políticas operacional e/ou financeira da companhia investida. São contabilmente avaliados a valor justo, que pode ser o valor correspondente à última cotação média em bolsa, no caso de ações negociadas em bolsa, ou o valor apurado por modelos de precificação, no caso de ações não negociadas em bolsa.

As participações em sociedades não coligadas cresceram R\$ 2,669 bilhões (5,7%) em 2017 como resultado da valorização, principalmente, dos investimentos na Petrobras e Vale, parcialmente atenuada pela desvalorização dos investimentos na Eletrobras e pela alienação de ações da CPFL Energia, Vale e Petrobras.

Cabe destacar ainda a troca da totalidade das ações da Valepar por ações da Vale, decorrente do processo de reestruturação societária do Grupo, que incluiu a incorporação reversa da controladora Valepar pela controlada Vale em agosto de 2017. Como consequência, a BNDESPAR não possui mais ações da Valepar; apenas da Vale.

Carteira de Participações em Sociedades Não Coligadas*

Em 31 de dezembro de 2017



* Líquida de provisão para perdas.

Carteira de Debêntures

A fim de apoiar o desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro e complementar as opções de financiamento às empresas brasileiras, a BNDESPAR conta com produtos e programas que incentivam a emissão de títulos corporativos de renda fixa, tais como debêntures.

A carteira de debêntures totalizou R\$ 8,226 bilhões em 31/12/17 (9,2% do ativo total na mesma data), uma redução de R\$ 1,387 bilhão (14,4%) no ano, provocada basicamente pela conversão de debêntures da Marfrig (R\$ 986 milhões) em ações da companhia conforme explicado acima, e pelo crescimento de R\$ 282 milhões da despesa com provisão para risco de crédito no período.

Debêntures Designadas

São debêntures com cláusula de conversão ou permuta (derivativos embutidos) e representam 42,3% do saldo da carteira de debêntures em 31/12/17. São avaliadas contabilmente a valor justo, cujas variações impactam diretamente o resultado.

Debêntures - Empréstimos e Recebíveis

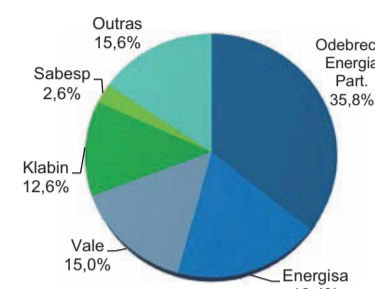
Devido à característica de dívida, são avaliadas contabilmente pelo custo amortizado. Representam 53,4% do saldo da carteira em 31/12/17.

Debêntures Disponíveis para Venda

São avaliadas contabilmente a valor justo, cujas variações impactam o patrimônio líquido e só afetam o resultado na baixa do investimento, geralmente por alienação. Representam 4,3% do saldo em 31/12/17.

Carteira de Debêntures*

Em 31 de dezembro de 2017



* Líquida de provisão para perdas.

Gerenciamento da Carteira de Investimentos

O gerenciamento da carteira da BNDESPAR enfatiza a diversificação e o giro de ativos. Em 31 de dezembro de 2017, tal carteira compreendia títulos de emissão de 129 empresas (incluindo ações em 99) e de 42 fundos, com valores concentrados principalmente nos setores de petróleo e gás, mineração, energia elétrica, papel e celulose, alimentos e bebidas e bens de capital, conforme demonstrado na tabela abaixo.

Distribuição setorial da Carteira de Investimentos

Em 31 de dezembro de 2017

Setor	Ações	Debêntures	Fundos	Derivativos Isolados	Total
Petróleo e Gás	31,2%	0,0%	0,0%	0,0%	27,3%
Mineração	23,6%	17,4%	0,0%	0,0%	22,3%
Energia Elétrica	11,6%	62,5%	0,0%	97,2%	16,7%
Papel e Celulose	14,4%	14,5%	0,0%	0,0%	14,0%
Alimentos/Bebidas	10,5%	0,0%	0,0%	0,0%	9,2%
Fundos de Investimento	0,0%	0,0%	100,0%	0,0%	2,1%
Bens de Capital	1,7%	0,0%	0,0%	2,7%	1,5%
Tecnologia da Informação	1,3%	2,3%	0,0%	0,0%	1,3%
Logística/Transporte	1,3%	0,0%	0,0%	0,0%	1,2%
Cadeia Automobilística	1,1%	1,2%	0,0%	0,1%	1,1%
Sucroalcooleiro	1,2%	0,0%	0,0%	0,0%	1,1%
Outros	2,1%	2,1%	0,0%	0,0%	2,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Em 31 de dezembro de 2017, a BNDESPAR tinha representantes em 16 Conselhos Fiscais e em 47 Conselhos de Administração no universo de 99 empresas em que mantinha participação acionária. Adicionalmente, tinha Acordo de Acionistas em 49 dessas empresas.

Outros Ativos

Compreendem os créditos a receber referentes à venda a prazo de títulos e valores mobiliários, dividendos e juros sobre capital próprio a receber, e créditos tributários.

A queda de R\$ 541 milhões (14,5%) em 2017 reflete basicamente a redução de R\$ 412 milhões nos impostos e contribuições diferidos.

Fontes de Recursos

As principais fontes de recursos da BNDESPAR são provenientes dos retornos e rendimentos de seus investimentos (notadamente, juros de debêntures, dividendos e juros sobre capital próprio de participações acionárias e desinvestimentos). Adicionalmente, a BNDESPAR tem como fonte de recursos complementar as debêntures emitidas no mercado local e os mútuos com o BNDES.

A gestão financeira da BNDESPAR é feita de forma integrada à gestão das demais empresas do Sistema BNDES (FINAME e BNDES), sendo política do BNDES suprir suas subsidiárias com os recursos necessários à execução de suas atividades de apoio financeiro às empresas brasileiras.

Obrigações de Mútuos com o BNDES

Em 31/12/17, não há saldos de mútuos da BNDESPAR com o BNDES devido à liquidação integral antecipada pela BNDESPAR no 2T17, no valor de R\$ 571 milhões.

Obrigações por Emissão de Debêntures

As debêntures emitidas pela BNDESPAR representam 2,1% de seu *funding* em 31/12/17. São debêntures simples, da espécie quirografária, realizadas no âmbito de três Programas de Emissão de Debêntures e seis emissões.

As emissões públicas da BNDESPAR têm como principais objetivos:

- atrair pequenos investidores de renda fixa para um tipo de mercado até então acessado apenas por grandes instituições; e
- contribuir para o desenvolvimento do mercado secundário, estimulando a negociação dos papéis em circulação.

A redução de R\$ 784 milhões (29,3%) em 2017 decorre basicamente da liquidação, no vencimento, de 525.000 debêntures simples (série indexada ao IPCA) da Primeira Oferta no âmbito do Terceiro Programa (2010), no total de R\$ 835 milhões.

Outras Obrigações

As outras obrigações cresceram R\$ 2,728 bilhões (86,2%) em 2017 devido ao crescimento do saldo de tributos diferidos constituídos sobre o ajuste a valor justo positivo da carteira de participações em não coligadas.

Patrimônio Líquido

O crescimento de R\$ 7,324 bilhões (9,9%) do patrimônio líquido em 2017 é formado pelo ajuste de avaliação patrimonial positivo, de R\$ 3,546 bilhões, líquido de tributos, decorrente, especialmente da valorização da carteira de participações em sociedades não coligadas, e do lucro líquido de R\$ 3,778 bilhões em 2017.

Destinação do Resultado de 2017

O lucro líquido de R\$ 3,778 bilhões registrado em 2017 foi integralmente absorvido pelos prejuízos acumulados de R\$ 5,121 bilhões referentes aos exercícios de 2016 e 2015. Não foram constituídas reservas nem foi provisionado o pagamento de dividendos ou juros sobre capital próprio ao BNDES.

4. GESTÃO DE PESSOAS

A última contratação de funcionários feita diretamente pela BNDESPAR ocorreu em 1987. Desde 1992, novas contratações são feitas exclusivamente pelo BNDES, mediante concurso público, e alocadas às operações da BNDESPAR conforme a necessidade.

Em 31 de dezembro de 2017, a BNDESPAR contava com 42 profissionais (52 em 31 de dezembro de 2016) em seu quadro próprio, remanescente das contratações realizadas até 1987. Em 2017, a Área de Mercado de Capitais, que desempenha atividades exclusivas da BNDESPAR, foi dividida em duas Áreas, de maneira a possibilitar o aperfeiçoamento da distribuição de suas atribuições: Área de Investimento no Mercado de Capitais (AIMC) e Área de Acompanhamento do Mercado de Capitais (AAMC). Ambas reuniam, em 31 de dezembro de 2017, 122 profissionais, sendo 105 de nível superior, 15 de nível médio e dois de nível fundamental.

5. CONTROLES INTERNOS

O ambiente de controle da organização é pautado pelas disposições constantes na Política Corporativa de Gestão de Risco Operacional e Controle Interno do Sistema BNDES (PROCI), a qual estabelece o conjunto de princípios, diretrizes, papéis e responsabilidades relativos ao tema.

Esta Política, alinhada aos requerimentos legais e as boas práticas aplicáveis, estabelece, dentre outros dispositivos, a observância do conceito das três linhas de defesa ou camadas de controle. Neste sentido, a primeira camada é constituída pelos gestores dos processos que são responsáveis por gerir riscos e manter controles adequados. A Área de Integridade e Gestão de Riscos (AGR) atua como segunda camada, apoiando os gestores em suas atribuições relacionadas a riscos e controles. A terceira camada é formada pela Auditoria Interna que atua de forma independente, avaliando a efetividade deste processo e reportando-se ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração.

Durante o exercício 2017, foi realizada a avaliação da qualidade do sistema de controle interno com base nos requisitos definidos na metodologia emitida pelo COSO (Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission), bem como a identificação dos principais riscos e controles internos dos processos. Em linhas gerais, o resultado permitiu verificar que o sistema de controle interno das empresas do Sistema BNDES é condizente com a complexidade dos processos da Instituição, contribuindo para a mitigação de riscos e para a conformidade dos processos aos normativos internos e externos.

6. INSTRUÇÃO CVM 381/2003

Em conformidade à Instrução CVM nº 381/03, a BNDESPAR vem declarar que não possui qualquer tipo de contrato de prestação de serviços de consultoria com seus auditores independentes, Grant Thornton Auditores Independentes, caracterizando, assim, a inexistência de conflito de interesses ou comprometimento da objetividade desses auditores em relação ao serviço contratado.

7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos nossos colaboradores a dedicação e o talento, que nos permitem alcançar resultados consistentes; aos nossos clientes, que nos motivam na incessante busca do desenvolvimento de nossos serviços; e ao mercado, pelo apoio e confiança indispensáveis.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado

BALANÇOS PATRIMONIAIS

	Nota explicativa	2017	2016
ATIVO CIRCULANTE		13.319.268	8.741.380
Caixa e equivalentes de caixa	12.1	11.188.408	3.961.872
Títulos e valores mobiliários		1.036.704	3.098.717
Debêntures	5	861.840	1.041.477
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	174.489	2.057.240
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	375	-
Outros créditos		1.093.157	1.679.792
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	19.194	272.665
Direitos recebíveis	7	22.681	1.286
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	3.1	275.229	161.700
Impostos e contribuições a recuperar e antecipações	11.1.3	237.073	648.687
Devedores por depósitos em garantia	8	4.730	14.235
Diversos		534.250	581.219
Outros valores e bens		999	999
ATIVO NÃO CIRCULANTE		75.795.056	71.657.716
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		60.642.566	57.048.473
Títulos e valores mobiliários		58.938.557	55.311.208
Debêntures	5	7.364.648	8.571.186
Ações e certificados de depósito de ações	4.2	49.523.080	44.971.353
Cotas de fundos de investimento	6	1.651.337	1.446.304
Instrumentos financeiros derivativos	3.2.1	399.492	322.365
Outros créditos		1.704.009	1.737.265
Venda a prazo de títulos e valores mobiliários	7	768.153	745.272
Direitos recebíveis	7	24.057	127.747
Incentivos fiscais		214.194	214.194
Devedores por depósitos em garantia	8	697.030	649.647
Diversos		575	405
Investimentos	4.3	15.152.490	14.609.243
Participações em coligadas		15.152.490	14.609.243
TOTAL DO ATIVO		89.114.324	80.399.096

	Nota explicativa	2017	2016
PASSIVO CIRCULANTE		480.499	1.160.592
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	61.731	878.039
Obrigações por repasses	10.1.2	-	41.574
Outras obrigações		418.768	240.979
Impostos e contribuições sobre o lucro	11.1	264.880	93.681
Outros impostos e contribuições		54.422	29.393
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	32.075	25.071
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		3.011	-
Diversas		64.380	92.834
PASSIVO NÃO CIRCULANTE		7.303.696	5.232.491
Obrigações por emissão de debêntures	10.1.1	1.829.644	1.796.765
Obrigações por repasses	10.1.2	-	511.719
Outras obrigações		5.474.052	2.924.007
Passivo atuarial	12.3 e 13.1	728.320	654.558
Provisões trabalhistas e cíveis	11.2	1.293.960	1.207.019
Tributos diferidos	11.1	3.451.772	1.056.777
Aquisição a prazo de títulos e valores mobiliários		-	5.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	14	81.330.129	74.006.013
Capital social		60.344.504	60.344.504
Ajustes de avaliação patrimonial		22.328.830	18.782.761
Próprios		22.173.020	18.642.976
De coligadas		155.810	139.785
Prejuízos acumulados		(1.343.205)	(5.121.252)
TOTAL DO PASSIVO		89.114.324	80.399.096

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

	Nota explicativa	2017	2016
RECEITAS OPERACIONAIS		10.307.598	5.807.816
De participações societárias		8.672.401	3.778.479
Receita de equivalência patrimonial	4.3.2	2.546.527	2.718.528
Resultado com alienações de títulos de renda variável		4.300.464	867.933
Resultado com instrumentos financeiros derivativos		240.523	(263.130)
Juros sobre o capital próprio	4.2.3	651.921	161.716
Dividendos	4.2.3	243.097	400.266
Outras receitas com participações societárias		406.332	40.081
Resultado com fundos de investimento		283.537	(146.915)
De operações financeiras		1.635.197	2.029.337
Receitas de operações de crédito		124.958	130.374
Títulos e valores mobiliários		1.510.239	1.898.963
DESPESAS OPERACIONAIS		(4.008.874)	(7.289.427)
De participações societárias		(3.274.029)	(6.588.989)
Despesa de equivalência patrimonial	4.3.2	(2.298.954)	(1.657.142)
Constituição de provisão para perdas em investimentos	4.1, 4.2.2 e 4.3.4	(975.075)	(4.931.847)
De operações financeiras		(734.845)	(700.438)
Encargos financeiros sobre obrigações:			
. Emissão de debêntures		(152.709)	(368.722)
. BNDES		(17.477)	(48.683)
Reversão (constituição) de provisão para redução no valor recuperável	9	(564.659)	(283.033)
OUTRAS RECEITAS/DESPESAS OPERACIONAIS		(565.214)	(606.965)
Despesas com tributos		(295.261)	(169.046)
Remuneração da diretoria e conselheiros		(701)	(578)
Despesas com pessoal		(178.588)	(304.149)
Reversão (constituição) de provisão trabalhistas e cíveis		(94.779)	(115.533)
Atualização monetária líquida de ativos e passivos - SELIC		55.855	66.986
Despesas administrativas		(40.412)	(77.369)
Diversas		(11.328)	(7.276)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		5.733.510	(2.088.576)
Imposto de renda	11.1	(997.581)	(452.692)
Contribuição social	11.1	(361.499)	(167.261)
Tributos diferidos	11.1	(559.406)	1.750.805
RESULTADO ANTES DA PARTICIPAÇÃO SOBRE O LUCRO		3.815.024	(957.724)
Participação nos resultados		(36.977)	(44.580)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		3.778.047	(1.002.304)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO (REAIS / AÇÃO)		3.778.047.000	1.002.304.499

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

	2017	2016
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.778.047	(1.002.304)
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	6.228.965	15.211.042
Ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários disponíveis para venda de coligadas	(40.283)	73.832
Realização do ajuste a valor justo de títulos e valores mobiliários - próprios, líquido de efeitos tributários	(2.657.791)	(747.160)
Ajuste acumulado de conversão de coligadas	102.209	(825.877)
Outros resultados abrangentes de coligadas	(45.901)	61.310
Ganhos ou perdas atuariais, líquido de efeitos tributários	(41.130)	(198.082)
Total do resultado do exercício abrangente	7.324.116	12.572.761
Ajustes de avaliação patrimonial - Próprio	3.530.044	14.265.800
Ajustes de avaliação patrimonial - Coligadas	16.025	(690.735)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

	Capital social	Ajustes de avaliação patrimonial		Prejuízos acumulados	Total
		Próprios	De coligadas		
Em 1º de janeiro de 2016	60.344.504	4.377.176	830.520	(4.118.948)	61.433.252
Ajustes de avaliação patrimonial	-	14.265.800	(690.735)	-	13.575.065
Prejuízo do exercício	-	-	-	(1.002.304)	(1.002.304)
Em 31 de dezembro de 2016	60.344.504	18.642.976	139.785	(5.121.252)	74.006.013
Mutações no exercício	-	14.265.800	(690.735)	(1.002.304)	12.572.761
Em 1º de janeiro de 2017	60.344.504	18.642.976	139.785	(5.121.252)	74.006.013
Ajustes de avaliação patrimonial (Nota Explicativa n.º 14)	-	3.530.044	16.025	-	3.546.069
Lucro líquido do exercício	-	-	-	3.778.047	3.778.047
Em 31 de dezembro de 2017	60.344.504	22.173.020	155.810	(1.343.205)	81.330.129
Mutações no exercício	-	3.530.044	16.025	3.778.047	7.324.116

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

	2017	2016
RECEITAS	6.988.239	1.746.304
Intermediação financeira	1.635.197	2.029.337
Outras receitas	5.353.042	(283.033)
DESPESAS	(342.619)	(841.247)
Intermediação financeira	(170.186)	(417.405)
Outras despesas	(172.433)	(423.842)
INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(1.572.488)	(4.125.780)
Materiais, energia e outros	(4.205)	(7.710)
Serviços de terceiros	(28.549)	(52.210)
Perda de valores ativos	(1.539.734)	(4.065.860)
VALOR ADICIONADO BRUTO	5.073.132	(3.220.723)
RETENÇÕES	(2.772)	(5.094)
Depreciação	(2.772)	(5.094)
VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (RETIDO)/PRODUZIDO PELA ENTIDADE	5.070.360	(3.225.817)
VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	1.142.591	1.623.368
Resultado de equivalência patrimonial	247.573	1.061.386
Dividendos e juros sobre capital próprio	895.018	561.982
VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	6.212.951	(1.602.449)
DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	6.212.951	(1.602.449)
Pessoal e encargos	152.449	261.379
- Remuneração direta	91.435	162.035
- Benefícios	52.407	85.439
- FGTS	8.585	13.859
- Outros	22	46
Participação nos resultados	36.977	44.580
Impostos, taxas e contribuições	2.240.588	(918.459)
- Federais	2.239.654	(920.059)
- Estaduais	2	5
- Municipais	932	1.595
Aluguéis	4.890	12.355
Lucros (prejuízos) retidos	3.778.047	(1.002.304)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

	2017	2016
Atividades operacionais		
Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	5.733.510	(2.088.576)
Ajustes que não afetam o caixa das atividades operacionais	871.143	4.677.475
Constituição (reversão) da provisão para redução no valor recuperável	564.659	283.033
Constituição (reversão) das provisões trabalhistas e cíveis	94.779	115.533
Resultado de participações em coligadas	(247.573)	(1.061.386)
Ajuste ao valor justo de títulos e valores mobiliários	(308.245)	(159.618)
Juros e atualização monetária e juros das obrigações por emissão de debêntures	152.228	368.092
Depreciação	2.772	5.094
Constituição (reversão) da provisão para perdas de investimentos	975.075	4.931.847
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(240.523)	263.130
Ganho na compra vantajosa de investimentos	(122.029)	(68.250)
Varição de ativos e obrigações	1.307.990	128.151
. (Aumento) / redução líquido em créditos por venda a prazo de títulos e valores mobiliários e direitos recebíveis	(251.775)	(711.399)
. (Aumento) / redução líquido em títulos e valores mobiliários	3.012.057	1.728.018
. (Aumento) / redução líquido nas demais contas do ativo	304.235	(217.114)
. Aumento / (redução) líquido nas obrigações por empréstimos e repasses	(553.293)	52.798
. Aumento / (redução) líquido nas demais contas do passivo	(794.562)	(439.194)
. IR e CSLL pagos	(408.672)	(284.958)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de operacionais	7.912.643	2.717.050
Atividades de investimentos		
. Venda de investimentos	(41.988)	463.461
. Compra de investimentos	(8.294)	(90.939)
. Recebimento de dividendos de coligadas	299.833	530.118
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	249.551	902.640
Atividades de financiamentos		
. Amortização das obrigações por emissão de debêntures	(935.658)	(1.247.586)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamentos	(935.658)	(1.247.586)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.226.536	2.372.104
Modificação na posição financeira		
Início do exercício	3.961.872	1.589.768
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	3.961.872	1.589.768
Final do exercício	11.188.408	3.961.872
Saldo de caixa e equivalentes de caixa	11.188.408	3.961.872
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa	7.226.536	2.372.104

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

MEMBROS DA ADMINISTRAÇÃO

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO:

Fernando Antônio Ribeiro Soares - Presidente
Antônio Carlos de Paiva Futuro
Cleiton dos Santos Araújo
George Alberto de Aguiar Soares
Hailton Madureira de Almeida
Luciana Pires Dias

CONSELHO FISCAL:

José Franco Medeiros de Moraes
Luis Eduardo Salem
Mariângela Fialek
Adriano Pereira de Paula - Suplente
Antônio Sávio Lins Mendes - Suplente

DIRETORIA:

Paulo Rabello de Castro – Diretor-Presidente
Carlos Alexandre Jorge da Costa
Carlos Thadeu de Freitas Gomes
Cláudia Pimentel Trindade Prates
Eliane Aleixo Lustosa de Andrade
Marcelo de Siqueira Freitas
Marilene de Oliveira Ramos Múrias dos Santos
Ricardo Luiz de Souza Ramos

SUPERINTENDENTE DA ÁREA DE CONTROLADORIA:

Vânia Maria da Costa Borgerth – CRC-RJ 064817/O-3

CHEFE DO DEPARTAMENTO DE RELATÓRIOS SOCIETÁRIOS:

Alexandre Cordeiro de Andrade - CRC-RJ 080694/O-0

Relatório de revisão do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos:
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
BNDES Participações S.A.
Brasília – DF

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Voluntários da Pátria, 89 – 1º andar
Botafogo
Rio de Janeiro | RJ | Brasil
T +55 21 3529-9150
www.grantthornton.com.br

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações contábeis da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR ("BNDESPAR ou Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto descrito na "Base para opinião com ressalva", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BNDES Participações S.A. - BNDESPAR em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião com ressalva

As demonstrações contábeis da JBS S.A. ("JBS") para o período findo em 31 de outubro de 2017, utilizadas pela BNDESPAR para fins da aplicação do método de equivalência patrimonial, não foram auditadas por nós ou outro auditor independente. Como consequência, não nos foi possível concluir quanto à adequação dos valores representativos de tal investimento naquela data no montante de R\$ 5.714.119 mil e do correspondente ganho de equivalência patrimonial no montante de R\$ 120.725 mil registrado no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, com base no patrimônio líquido dessa investida, como divulgado na Nota 4.3.2.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros

Conforme detalhado na Nota 4.2., a BNDESPAR possui investimentos em ações de companhias de capital aberto e fechado que totalizam R\$ 49.697.569 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 47.028.593 mil em 31 de dezembro de 2016). Estes ativos estão classificados como "Instrumentos financeiros disponíveis para venda" e, desta forma, o ajuste a valor de mercado para as companhias abertas e o valor em uso para as companhias fechadas destas ações são contabilizados em "Outros resultados abrangentes" no Patrimônio Líquido. A Companhia possui um acompanhamento detalhado dessa carteira e, embasado em estudos técnicos, atribui limites máximos de declínio e tempo de desvalorização para definição quanto à análise do valor recuperável dos ativos. Atingido o conjunto de parâmetros estabelecidos pela área técnica da Companhia e havendo evidência de perda, os ajustes decorrentes dessas perdas são reconhecidos no resultado do exercício. Para os instrumentos financeiros que são ativamente negociados e para os quais os preços e parâmetros de mercado estão disponíveis, existe um nível maior de objetividade na determinação dos valores de mercado. No entanto, quando os preços ou parâmetros de mercado não são observáveis, a determinação dos valores de mercado e/ou valores em uso estão sujeitos a um nível maior de incerteza, na medida em que a Companhia efetua julgamentos significativos para estimar esses valores. Consideramos esse assunto como significativo para nossa auditoria devido ao alto grau de julgamento no processo de avaliação do valor recuperável desses ativos disponíveis para venda.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Como parte de nossos procedimentos de auditoria, efetuamos a análise da política contábil e, com base em amostragem, selecionamos alguns estudos para avaliar a razoabilidade dos julgamentos exercidos pela área técnica da BNDESPAR no que tange a aspectos qualitativos que impactam o reconhecimento de eventuais perdas. Acompanhamos o valor de mercado dos ativos financeiros para verificar a adequação da aplicação dos limites de declínio e tempo de desvalorização, quando aplicáveis. Adicionalmente, testamos o cálculo do valor de mercado desses ativos financeiros disponíveis para venda e a adequação da contabilização com base nas normas contábeis em vigor. Realizamos a leitura das divulgações efetuadas pela Companhia vislumbrando verificar a conformidade e detalhamento de informações conforme requerido pelas regras contábeis.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação à adequação do uso pela Administração da Companhia da base contábil para a mensuração do valor recuperável dos ativos financeiros na elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Mensuração do valor recuperável dos investimentos em companhias coligadas

A Companhia detinha investimentos em empresas nas quais possui influência significativa. De acordo com as normas em vigor, esses investimentos são classificados como "Investimentos - Participações em coligadas" e totalizam R\$ 16.266.129 mil em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 14.609.243 mil em 31 de dezembro de 2016), conforme detalhado na Nota 4.3. Esses investimentos são registrados inicialmente ao custo e posteriormente avaliados pelo método de equivalência patrimonial, tendo seus resultados auferidos (ganhos ou perdas) na demonstração do resultado do exercício. A BNDESPAR elabora estudos para determinar quando há indícios de perdas e, dessa forma, realiza teste de redução ao valor recuperável dessas coligadas. Essa avaliação tem como base, o desenvolvimento de modelos de avaliação econômico financeiro que contemplam: (a) o plano de negócios da investida para os anos subsequentes; (b) informações de mercado que possam impactar o modelo de negócio da investida, e; (c) elaboração do fluxo de caixa projetado trazido ao valor presente pela taxa de desconto calculada com base em práticas usuais de mercado. Como o processo de elaboração desse estudo econômico financeiro faz uso de diferentes técnicas de avaliação e premissas que podem produzir estimativas de valor justo significativamente diferentes, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Para as investidas com mercados ativos e regulados, comparamos o valor contábil do investimento com o valor realizável menos os custos de venda desse ativo e, caso esse valor fosse menor, avaliamos se esse indicativo já era forte evidência de perda. Com o auxílio de especialistas, selecionamos uma amostragem para avaliar de forma independente os modelos econômico financeiro apresentados pela área técnica da BNDESPAR e, caso nossa conclusão apontasse evidência de perdas, solicitamos à Companhia esclarecimentos sobre os julgamentos e premissas utilizadas, bem como evidências qualitativas para a manutenção do valor em uso. Os procedimentos dos especialistas envolveram: (a) análise da razoabilidade das premissas e julgamentos exercidos pela área técnica da Companhia; (b) verificação dos modelos matemáticos e se foram elaborados nos padrões de mercado aceitos; e; (c) conclusão dos resultados obtidos nas projeções de fluxo de caixa. Os nossos procedimentos incluíram também a avaliação das divulgações efetuadas pela BNDESPAR nas demonstrações contábeis descritas nas Notas 4.3.1, 4.3.2, 4.3.3 e 4.3.4.

Com base na abordagem e procedimentos de auditoria acima descritos, obtivemos evidência de auditoria apropriadas e suficientes com relação à adequação do uso pela Administração da Companhia da base contábil para a mensuração do valor recuperável dos investimentos em companhias coligadas na elaboração das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

PARECER CONSELHO FISCAL (Nº. 01/2018)

O Conselho Fiscal da BNDES Participações S.A. – BNDESPAR (CNPJ: 00.383.281/0001-09 e NIRE 533.0000.2371), consoante o artigo 23 do Estatuto Social, c/c Art. 163, II, III, VI e VII da Lei Nº 6.404/76, no exercício de suas atribuições legais, examinou o Relatório da Administração, bem como as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/17 e o Parecer dos Auditores Independentes GRANT THORNTON AUDITORES INDEPENDENTES, de 08/03/18, emitido com ressalva por limitação de escopo relacionada ao investimento mantido em JBS, tendo em vista que as Demonstrações Financeiras da investida utilizadas para o cálculo da equivalência patrimonial não foram revisadas por eles e nem por outros auditores independentes. Com base nesse exame, o Conselho Fiscal é de opinião de que as referidas demonstrações financeiras estão em condições de serem submetidas à deliberação da Assembleia Geral da BNDESPAR.

Demonstração intermediária do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações contábeis da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações contábeis e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente examinados por outros auditores independentes que emitiram relatório datado de 06 de março de 2017 sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos nenhuma forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras da Companhia para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria da Companhia e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive das eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações contábeis do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 08 de março de 2018

Ana Cristina Linhares Areosa
CT CRC RJ-081.409/O-3 "S" – DF

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC SP-025.583/O-1 "S" – DF

Na mesma ocasião, o Conselho Fiscal também examinou e não se opôs à utilização do lucro do exercício, de R\$ 3.778.046.536,69 (três bilhões, setecentos e setenta e oito milhões, quarenta e seis mil, quinhentos e trinta e seis reais e sessenta e nove centavos), para compensação de prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido.

Rio de Janeiro (RJ), 09 de março de 2018

José Franco Medeiros de Moraes

Luiz Eduardo Salem

Mariângela Fialek